

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUTORADO

**ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS-GO (1944 - 1960): FATORES DE
EXPANSÃO IDEOLÓGICA**

Diogo Jansen Ribeiro
Orientadora: Profa. Dra. Silvia Rosa da Silva Zanolla

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

☐ Dissertação ☒ Tese

2. NOME COMPLETO DO AUTOR

Diogo Jansen Ribeiro

3. TÍTULO DO TRABALHO

Escola Primária Nacional em Anápolis-Go (1944-1960): fatores de expansão ideológica

4. INFORMAÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO (ESTE CAMPO DEVE SER PREENCHIDO PELO ORIENTADOR)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO JANSEN RIBEIRO, Discente**, em 10/03/2022, às 07:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Rosa Da Silva Zanolla, Professora do Magistério Superior**, em 14/03/2022, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2747120** eo código CRC **B65D2216**.

Referência: Processo nº 23070.007511/2022-48 SEI nº 2747120

DIOGO JANSEN RIBEIRO

**ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS-GO (1944 - 1960): FATORES DE
EXPANSÃO IDEOLÓGICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Rosa da Silva Zanolla

Área de concentração: Educação.

**GOIÂNIA
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

RIBEIRO, DIOGO JANSEN
ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS-GO (1944 - 1960):
FATORES DE EXPANSÃO IDEOLÓGICA [manuscrito] / DIOGO
JANSEN RIBEIRO. - 2022.
CXLVII, 147 f.

Orientador: Profa. Dra. SILVIA ROSA DA SILVA ZANOLLA.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2022.
Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Escola Primária Nacional; . 2. História da Educação; . 3. Município
Pedagógico; . 4. Educação Primária Anapolina.. I. ZANOLLA, SILVIA
ROSA DA SILVA, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata N° 74 da sessão de Defesa de Tese de **Diogo Jansen Ribeiro** que confere o título de **Doutor em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois (24/02/2022)**, a partir das **08:30**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/udb-hjbw-and>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **"Escola Primária Nacional em Anápolis-Go (1944-1960): fatores de expansão ideológica"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof^a. Dr^a. **Silvia Rosa da Silva Zanolla**(PPGE/FE/UFG), doutora em **Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano** pela USP, com participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Sandro Henrique Ribeiro (IFG)**, doutor em **Sociologia** pela UFG - membro titular externo, Prof. Dr. **João Ferreira de Oliveira (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela USP - membro titular interno, Prof^a. Dr^a. **Cleudes Maria Tavares Rosa (PUC/GO)**, doutora em **Educação** pela UFG - membro titular externa e Prof^a. Dr^a. **Maurides Batista de Macêdo Filha (PUC/GO)**, doutora em **História** pela PUC-SP - membro titular externa. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Prof^a. Dr^a. **Silvia Rosa da Silva Zanolla**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Silvia Rosa da Silva Zanolla

Prof. Dr. Sandro Henrique Ribeiro

Prof. Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Prof^a. Dr^a. Cleudes Maria Tavares Rosa

Prof^a. Dr^a Maurides Batista de Macêdo Filha

TÍTULO SUGERIDO
PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Rosa Da Silva Zanolla, Professora do Magistério Superior**, em 03/03/2022, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de](#)

[novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 03/03/2022, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maurides Batista de Macêdo Filha, Usuário Externo**, em 07/03/2022, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEUDES MARIA TAVARES ROSA, Usuário Externo**, em 07/03/2022, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Henrique Ribeiro, Usuário Externo**, em 08/03/2022, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13](#)

[de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2725131** eo código CRC **8B05C67C**.

Referência: Processo nº 23070.007511/2022-48 SEI nº 2725131

**ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS-GO (1944 - 1960): FATORES DE
EXPANSÃO IDEOLÓGICA**

Esta tese foi considerada **APROVADA** para a obtenção do título de **Doutor em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – UFG, em 24 de FEVEREIRO de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

PROFA. DRA. SILVIA ROSA DA SILVA ZANOLLA
UFG (Orientadora)

SANDRO HENRIQUE RIBEIRO
IFG

PROF. DR JOÃO FERREIRA DE OLIVEIRA
UFG

PROF. DRA. CLEUDES TAVARES ROSA
PUCGO

PROFA DRA. MAURIDES MACEDO FILHA
PUCGO

PROF. DR. JOSÉ PAULO PIETRAFESA
(SUPLENTE) UFG

PROFA. DRA KARINE NUNES DE MORAES
(SUPLENTE) UFG

Goiânia-GO, 24 de FEVEREIRO de 2022.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Silvia Rosa da Silva Zanolla, vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - PPGE/FE/UFG e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Violência, Infância, Diversidade e Arte (NEVIDA) e professora da graduação e da pós-graduação da Universidade Federal de Goiás/UFG, orientadora. Obrigado por assumir este desafio, desejo luz em toda a sua caminhada aqui na Terra.

Aos professores que aceitaram o convite para compor a banca de defesa desta tese, meu muito obrigado.

Ao Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG) que neste ano de 2022, coordenou o Programa durante a pandemia SARS COVID 2019¹. Seu Componente Curricular foi essencial a compreensão do materialismo histórico-dialético e a contemporaneidade da luta de classes, movimentos sociais e a sociedade.

À Profa. Dra. Marilza Suanno, ministrante da disciplina Didática e Questões Contemporâneas, que trouxe leveza com sua metodologia no penúltimo semestre desta jornada. Conduziu de modo coerente seu Componente Curricular em um Ambiente de Gestão de Aprendizagem.

Ao professor Doutor Marcos Penna Corte Real, do Componente Curricular Cultura e Educação, ministrado presencialmente.

À Doutora Edna Queiroz, ministrou o componente curricular Juventude e Educação, ministrado presencialmente.

À Doutora Amone Inácia, que conduziu o Componente Curricular Movimentos Sociais e Educação, seu componente curricular foi ministrado presencialmente.

À Doutora Alessandra de Oliveira Santos, colega com a qual dividi Congressos e intensos debates no Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), do qual fui integrante nos anos de 2017 e 2018.

À Doutora Rosa Fátima de Souza da *Universidade de São Paulo USP*, por toda a contribuição com suas pesquisas acerca do universo da Escola Primária brasileira. Pós-Doutorado na *School of Education, University of Wisconsin - Madison/EUA* (2001), Livre-

¹ Até o dia 10 de janeiro de 2022 o Ministério da Saúde contabilizou cerca de 620 mil pessoas mortas em decorrência do SARS COVID-19. **Fonte:** Ministério da Saúde.

Docência pela Universidade Estadual Paulista (2006) e estágio no exterior na Universidade de Santiago e Compostela (2009) e na Universidade de Lisboa (2012). Minha admiração.

À minha mãe, Auxiliadora Keina, hoje com 59 anos, que fez faculdade depois dos 40 anos e ainda se especializou em Estética. Uma mulher guerreira, intelectual, à frente do seu tempo, sobrevivente da violência doméstica. Ensinou-me que ler é viajar, é crescer.

Ao meu irmão Daniel Oliveira da Silva, meu amigo.

À minha irmã, Nilsa Jailinne de Oliveira, pedagoga, orgulho da família.

Ao meu filho, Adriano Sena Jansen Ribeiro, que sempre me apoiou, te amo.

Aos meus pais, João Batista Ribeiro Carvalho e
Natalino Alves Barbosa (*In memoriam*).

“[...] se compararmos a nossa luta da vida neste plano material a um edifício de cimento armado, vemos que os primeiros degraus dessa escada que nos conduz ao primeiro pavimento, são representados pelos cursos primários”.

(A NOTÍCIA, 26 de março de 1950, p. 3).

“O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.”

(LE GOFF, 1990, p. 535).

RESUMO

A Escola Primária Brasileira na primeira metade do Século XX, consolidou-se nacionalmente, a partir do discurso e das ações político-educacionais, empreendidos por meio de um esforço conjunto de dominação, do Estado brasileiro, dos órgãos representantes da educação brasileira e dos movimentos ideológicos, com o objetivo de formar a mentalidade do povo brasileiro com vista à consolidação de um projeto educacional para a sociedade capitalista. Para tal empreendimento, a Escola Primária nacional se apresentava coesa em seus objetivos, sua organização e seu funcionamento social, quando, por meio de instituições incentivava, no meio social ideologias como, o amor ao país, às suas instituições e às suas tradições nacionais de modo ufanista. Essa concepção de escola foi implementada em Anápolis-GO e, devido ao seu caráter ideológico, verticalizou uma concepção centrada em perspectiva conservadora e acrítica. Tendo isso como base, fez-se necessário o estudo dessas influências na Escola Primária, no município de Anápolis-GO, entre os anos de 1944 até 1960, período que alternou repressões políticas, levou à democratização da educação escolar no país e o vislumbre inicial da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1961). Assim, considerando essas contradições, o intuito aqui é apresentar as consequências dessa ideologia nacional nos documentos e diretrizes da Escola Primária, sobretudo de Anápolis. Trata-se de pesquisa bibliográfica e seu referencial teórico histórico cultural considerando, sobretudo, os seguintes autores: Rosa Fátima de Souza (1997), Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), Justino Magalhães (2019), Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015), dentre outros de relevância no campo da História da Educação brasileira. A metodologia empregou pesquisa documental pelo acervo histórico da Câmara Municipal de Anápolis-GO, organização das fontes em planilhas, para contextualização e análise em Estado da Arte. Portanto, o resultado alcançado mostrou que a Escola Primária nacional, constituída no início do Século XX para anunciar e consolidar o Projeto Educacional Republicano, difundida no bojo do discurso nacionalizador, encontrou no município de Anápolis-GO um celeiro para sua expansão ideológica pela criação de grupos escolares, escolas isoladas rurais e urbanas influenciadas por diretrizes da escola primária nacional.

Palavras-chave: Escola Primária Nacional; História da Educação; Município Pedagógico; Educação Primária Anapolina.

ABSTRACT

The Brazilian Elementary School in the first half of the 20th century was nationally consolidated, based on political-educational discourse and actions, undertaken through a joint effort of domination, by the Brazilian State, the bodies representing Brazilian education, and ideological movements, with the purpose of forming the Brazilian people's mentality with a view to consolidate an educational project for the capitalist society. For such an undertaking, the national Elementary School presented itself cohesive in its objectives, its organization and its social functioning, when, through institutions, it encouraged, in the social environment, ideologies such as love for the country, its institutions and its national traditions in a patriotic way. This school concept was implemented in Anápolis-GO and, due to its ideological character, it verticalized a conception centered on a conservative and uncritical perspective. With this as a basis, it was necessary to study these influences in the Elementary School, in the city of Anápolis-GO, between the years of 1944 and 1960, a period that alternated political repressions, led to the democratization of the school education in the country and the initial glimpse of the first Law of Directives and Bases of the National Education (LDB/1961). Therefore, considering these contradictions, the intention here is to present the consequences of this national ideology in the documents and guidelines of the Elementary School, especially of Anápolis. This is a bibliographic research and its theoretical cultural-historical referential considering, mainly, the following authors: Rosa Fátima de Souza (1997), Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), Justino Magalhães (2019), Wenceslau Gonçalves Neto and Carlos Henrique de Carvalho (2015), among others of relevance in the field of the History of Brazilian Education. The methodology employed documentary research through the historical collection of the City Council of Anápolis-GO, organization of sources in spreadsheets, for contextualization and analysis in State of the Art. Therefore, the result achieved showed that the national Elementary School, constituted at the beginning of the 20th Century to announce and consolidate the Republican Educational Project, spread in the wake of the nationalizing discourse, found in the city of Anápolis-GO a granary for its ideological expansion through the creation of school groups, isolated rural and urban schools influenced by the guidelines of the national Elementary School.

Keywords: National Elementary School; History of Education; Pedagogical Municipality; Anapolina Primary Education.

INTRODUÇÃO.....	124
1 HISTÓRIA CULTURAL E ESCOLA PRIMÁRIA EM ESTADO DA ARTE	22
2.1 A HISTÓRIA CULTURAL.....	44
2 NACIONALIZAÇÃO, CIVISMO E PATRIOTISMO DA ESCOLA PRIMÁRIA: ASPECTOS IDEOLÓGICOS	49
2.1 O NACIONALISMO E A NACIONALIZAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: PRINCIPAIS FATORES DE CONSTITUIÇÃO E IDEOLOGIAS	49
2.1.1 A Escola Primária – A Revista.....	50
2.1.2 Conferências Nacionais de Educação para a década de vinte	54
2.1.3 Os Anais do Ensino Primário na década de 1920	56
2.1.4 História: uma Ciência das ações humanas no tempo	57
2.1.5 Nacionalização do Ensino Primário	59
3 ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS/GO (1944 - 1960): FATORES DE EXPANSÃO IDEOLÓGICA	65
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE ANÁPOLIS-GO: VINHO E CERVEJA DE FREGUESIA DAS ANTAS À VILA	67
3.2 ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS-GO (1944 - 1960).....	73
3.3 CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO PEDAGÓGICO DE ANÁPOLIS-GO	75
3.4 MUNICÍPIO PEDAGÓGICO (TERRITÓRIO EDUCATIVO)	79
3.4.1 Município Pedagógico de Anápolis-GO	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXOS.....	113
ANEXO A – FOTOGRAFIA DA PROFESSORA FRANCISCA MIGUEL.....	114
ANEXO B -JORNAL ANNÁPOLIS	114
ANEXO C - JORNAL A NOTÍCIA	116
ANEXO D - GOVERNANTES DE ANÁPOLIS ATÉ A DATA DE 1960	117
ANEXO E - PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DE ANÁPOLIS (1926).....	118
ANEXO F -JORNAL ANNÁPOLIS	119
ANEXO G – CENSO DE 1944	121
ANEXO H - CARTA DE OBRIGATORIEDADE DO ENSINO CÍVICO.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDOC - Centro de Documentação

CEPEDOC - Centro de Pesquisa e Documentação

CONArq - Conselho Nacional de Arquivo

EDISE - Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe

EI - Escolas Isoladas

GE - Grupos Escolares

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística

IHGB - Instituto Histórico Geográfico Do Brasil

IEL - Instituto Euvaldo Loide

LAI - Lei de Acesso A Informações

PPGE - Programa de Pós-Graduação Em Educação

FE - Faculdade de Educação

PPGIELT - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologias

UEG - Universidade Estadual De Goiás

UFG - Universidade Federal De Goiás

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 - Escola primária em âmbito nacional: estado da arte.

Quadro nº 2 - As especificidades metodológicas da pesquisa em História da Educação

Quadro nº 3 - Dissertações e Teses no campo da História da Educação de Goiás.

Quadro nº 4 - O lugar da Escola Primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890 - 1922)

Quadro nº 5 - A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)

Quadro nº 6 - O higienismo e o currículo escolar na primeira metade do Século XX: um olhar sobre a escola primária em alagoas (1899-1950)

Quadro nº 7 - Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954)

Quadro nº 8 - Condições, impasses e perspectivas do Ensino Primário brasileiro no processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 (1948 a 1961)

Quadro nº 9 - Origem da Escola Pública Brasileira: a formação do novo homem

Quadro nº 10 - Currículo do Ensino Primário Elementar, Complementar e Supletivo - 1946

Quadro 11 - Documentos analisados neste capítulo.

Quadro nº 12 -Evolução populacional do município de Anápolis e do estado de Goiás: 1900/1920

Quadro nº 13 - Lista nominal de crianças da Vila Góis

INTRODUÇÃO

O tema desta tese, *Escola Primária Nacional em Anápolis-GO (1944 - 1960): fatores de expansão ideológica*, tratará da análise do conjunto de orientações e determinações presentes nas fontes selecionadas do acervo histórico do Centro de Pesquisa e Documentação de Anápolis, em Goiás, com a finalidade de compreender a expansão ideológica da escola primária nacional, sobretudo em Anápolis-GO, entre os anos de 1944 e 1960. Salienta-se que, o recorte temporal para esta tese é o ano de 1944, pois é a data de publicação da primeira Sinopse Estatística², resultado do censo realizado na cidade de Anápolis-GO, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1940, este documento apresenta de forma sistematizada, pioneira e oficial, dados quantitativos acerca da Escola Primária no município, para mais, a escassez de fontes repercutiu no recorte temporal, pois o último documento acerca da escola primária localizado neste acervo histórico, trata-se do Projeto de Lei nº 36 de 1960.

O primeiro contato com o acervo histórico e público, ponto de partida para toda a complexidade reflexiva apresentada nesta tese, aconteceu quando este pesquisador desenvolveu estudos em nível de Mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (IELT/UEG), sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Elaine Aires de Abreu (UEG), pesquisadora da História da Educação Goiana e Anapolina.

Desta forma, em maio de 2017, foi defendida a pesquisa de Mestrado intitulada *A implementação da Lei Orgânica do Ensino Primário em Anápolis/GO – (1948-1957)*, contendo a apresentação e a descrição das fontes relativas à expansão dos estabelecimentos de ensino primário na cidade. Mesmo com este trabalho de levantamento de fontes, que ocorrera acerca da escola primária, ainda sim considerou-se a historiografia da História da Educação Anapolina um campo pouco explorado. Isso fica claro quando se observa que Anápolis possui dois grandes acervos históricos, como o Museu Alderico Borges de Carvalho e o Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis, este primeiro com documentos que datam

² A Sinopse está disponível no anexo G em sua íntegra.

do século XIX e o segundo com documentos a partir da segunda década do século XX, todavia, são poucas as pesquisas realizadas nestes espaços.

Em relação às pesquisas acadêmicas sobre a escola primária na cidade, foram encontradas poucas, porém relevantes as que foram defendidas e publicadas. No que diz respeito a trabalhos acadêmicos, destacava-se a dissertação de Mestrado intitulada *A Criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o Protestantismo em Anápolis-GO*, defendida pela Profa. Dra. Sandra Elaine Aires de Abreu no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), com a finalidade de analisar a chegada desta instituição na cidade e sua característica confessional, em um contexto nacional de inserção do protestantismo no Brasil, com capítulos que apresentam dados da cultura religiosa da cidade na primeira metade do século XX.

Em relação aos trabalhos monográficos, que utilizam de fontes documentais, com recorte na primeira metade do século XX, e relacionados à história da educação Anapolina, destacaram-se os seguintes³:

a) *Ginásio Auxilium: a inauguração do ensino secundário elitista feminino em Anápolis-GO (1943)*. Da graduanda em Pedagogia Roselene Candida Barroso Mendonça. Foram utilizadas fontes do próprio colégio e que se inserem no campo temático da História da Educação e;

b) *O grupo escolar Antensina Santana: criação, denominação e a arquitetura escolar*, analisou o processo de criação do primeiro Grupo Escolar em Anápolis.

De cunho jornalístico foram encontrados textos com de Haydée Jayme Ferreira: *Anápolis, sua vida, seu povo*, de 1971, uma das primeiras obras a sistematizar dados relativos à educação na cidade, desde sua fundação até meados do século XX. A obra de Humberto Crispim Borges, *História de Anápolis*, data de 1975, sistematiza, tanto quanto Haydée, dados relativos ao povo de Anápolis e sua história até a primeira metade do século XX. As duas pesquisas utilizam, enquanto fonte, documentos cartorários, eclesiásticos e jornalísticos, avaliados como não problematizando suas fontes e não usando do rigor teórico-metodológico característico da produção acadêmica, porém, isso não diminui sua importância como fontes inestimáveis de conhecimento como registro histórico.

É objetivo de zelo e com a intencionalidade de se ampliar as discussões, no campo da história da educação, que a escola primária brasileira é revisitada, em sua plasticidade sobre o

³ Todos esses trabalhos foram orientados pela Profa. Dra. Sandra Elaine Aires de Abreu. As obras, mencionadas acima, bem como toda a narrativa que se repercute até aqui, são de pesquisadores imbuídos do compromisso com a memória da história educacional do município de Anápolis-GO.

Plano de Reconstrução educacional por qual passa a escola na primeira metade do século XX. (ARAÚJO, 2006).

Os sistemas municipais e estaduais de educação, subordinados às políticas nacionais, ramificaram-se através da cultura nacional em uma evocação de ensinamentos de valores cívicos, nacionalizadores e de atributos morais (ARAÚJO, 2006). De acordo com os estudos de Marta Maria de Araújo (2006), à escola primária era atribuída a incumbência das ações de viés nacionalizador (centralizado) e de nacionalização (formação) da educação nacional na primeira metade do século XX. A partir desta reflexão, proposta por Araújo (2006) e pensando o objeto desta tese, chegou-se seguinte questionamento deste trabalho: como é implementado ideologicamente este projeto de escola entre os anos de 1944 e 1960 na cidade de Anápolis-GO?

Para responder a esta pergunta de pesquisa, foram levantadas as seguintes hipóteses para reflexão:

1) a escola primária do início do século XX, foi constituída com a finalidade de anunciar e propagar o projeto ideológico de sociedade do regime republicano que se instaurava;

2) o Estado brasileiro na primeira metade do século XX, apropriou-se da escola primária com a finalidade de difundir e propagar o nacionalismo ufanista/romântico, a fim de consolidar seu projeto de sociedade, sobretudo em Anápolis-GO;

3) a escola primária implementada em Anápolis-GO, segue os moldes ideológicos da escola primária nacional do restante do país, analisada a partir da perspectiva da categoria historiográfica do município pedagógico. Compreende-se aqui a escola primária nacional enquanto:

A materialização do discurso e ações político-educacionais e pedagógicas, empreendidos por meio de um esforço conjunto, mas não harmonioso, do Estado brasileiro, Órgãos representantes da Educação brasileira e movimentos ideológicos da Primeira metade do Século XX, com vista a consolidação de um projeto de escola primária com as seguintes características: 1) As escolas de ensino primário terão sempre caráter nacional; 2) Seus objetivos, a sua organização e o seu funcionamento: a) quando leve os alunos a falar e a escrever correntemente o idioma nacional, b) quando neles desenvolva o sentimento cívico e o espírito de brasilidade (patriótico), integrando-os na unidade, e na comunhão nacional; c) quando adote os padrões ou tipos de ensino consignados na lei federal, d) quando o ensino for ministrado por professor brasileiro, habilitado em escola nacional, e sua direção estiver entregue a brasileiro nato, nas mesmas condições; e) quando satisfizer, em seus programas, ao mínimo fixado, pelas autoridades federais, no que diga ao ensino da linguagem, da geografia e da história pátria; f) quando ministrar o ensino exclusivamente em língua nacional, g) quando, por meio de instituições concorra para incentivar, no meio social ambiente, o amor ao País, às suas instituições e

às suas tradições. (ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, p. 59, 1946. *Adaptado*).

E, a categoria historiográfica município pedagógico, por meio da diretriz concebida por Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015), "os processos de formação e circulação de ideologias e suas singularidades municipais em consonância com o cenário nacional", auxiliaram na análise das fontes.

Tendo essas hipóteses levantadas, os objetivos foram propostos com vistas a se explorar possibilidades de respostas. Assim, esta tese buscou, como objetivo geral, investigar o processo de implementação e de expansão ideológica da escola primária nacional em Anápolis-GO entre os anos de 1944 e 1960 e, para alcançá-lo, pretendeu-se com os objetivos específicos: mostrar, por meio de estado da arte e estudo bibliográfico, a difusão e a concepção atribuída à escola primária no processo de consolidação do regime republicano no início do século XX; compreender a constituição da escola primária nacional, 'cívica e patriótica', no plano do discurso nacionalista da primeira metade do século XX; analisar a implementação e a expansão ideológica da escola primária nacional no município de Anápolis-GO entre os anos de 1944 a 1960.

Sendo assim, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica, para um embasamento teórico aprofundado e uma pesquisa documental, como técnica que ajudou na compreensão histórica, social e cultural da educação Anapolina do início do século XX.

A pesquisa bibliográfica tem como finalidade buscar e aprimorar o conhecimento através de obras já publicadas, como afirma Andrade (2010):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas. (ANDRADE, 2010, p. 25)

Já a pesquisa documental tal qual afirmam Lakatos e Marconi (2001), consiste na coleta de elementos em fontes, como documentos pertencentes a arquivos públicos; particulares de instituições e domicílios e fontes estatísticas.

Então, as diretrizes dos documentos utilizados, enquanto sustentáculo para o debate sobre a escola primária nacional no município de Anápolis-GO, entre os anos de 1944 e 1960, estão tipificados em Projetos de Leis, Requerimentos e o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise desta documentação foi feita no capítulo três, em uma perspectiva da categoria historiográfica denominada *Município pedagógico* e, ou seja, do local para o nacional, a percepção inicial que se teve é de um conjunto de documentos apresentando discursos político-oficiais carregadas de ideologia nacionalista ufanista, nos mais variados campos da ação municipal, onde a escola primária nacional e os projetos ideológicos empreendidos na primeira metade do século XX, de nacionalização da escola primária, como o civismo, patriotismo e outras características deste período histórico, que constituíram prenúncios para um regime autoritário prementes, além de indícios de uma expansão exponencial dos estabelecimentos de ensino primário na cidade a partir desta concepção de escola e projeto de sociedade.

Portanto, para compreender de onde são extraídos os documentos e as fontes utilizadas nesta tese, fez-necessário explicar a história do Centro de Pesquisa e Documentação (CEPEDOC) de Anápolis e da identificação e descrição das fontes tipificadas em projetos de leis, requerimentos e censo IBGE. Convém advertir que as fontes utilizadas para análise desta pesquisa, precisaram ser tratadas anteriormente, porém, embora não estivesse diretamente ligado a este trabalho, deve ser exposto aqui, para a compreensão de cada etapa e da totalidade do trabalho.

Essas fontes foram curateladas no acervo histórico da Câmara Municipal de Anápolis, chamado em sua primeira fase (2009 a 2012), de Centro de Memória. Nesta fase, empregou-se o trabalho de estudantes do primeiro, segundo e oitavo períodos do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG)⁴.

Uma dificuldade em analisar o material foi o fato que tais documentos encontravam-se no Estádio Jonas Duarte, amontoados sem nenhuma classificação ou qualquer cuidado determinado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARq) e foi preciso realizar um processo seletivo, por intermédio do Instituto Euvaldo Loide (IEL), contando com a contratação de estudantes de História da UEG. Deste modo, em um veículo da Prefeitura Municipal, os selecionados, com o auxílio de garis e utilizando Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs)

⁴ Entrevista disponível no Canal Oficial do Youtube da Câmara Municipal de Anápolis. Cerimônia de Lançamento da TV Câmara e do Centro de Memória do Legislativo Anapolino no Dia 20 de junho de 2012 no Plenário Teotônio Vilela, link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=a5Wdh333pyA>

como máscaras, aventais, toucas e luvas, coordenaram a busca e o alocamento, em um galpão alugado próximo à sede do Poder Legislativo. A orientação aconteceu por meio do Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade Estadual de Goiás (UEG)⁵.

Os próximos passos foram dedicados à limpeza, subtração de qualquer elemento metálico e o restauro de 30% desses documentos, que estavam empastelados⁶. De acordo com funcionários mais antigos do órgão, esse comprometimento ocorreu por causa de uma enchente que atingiu a Câmara Municipal de Anápolis na década de 1990, justificativa inclusive, para o fato de estarem em outro local, e não nas dependências do legislativo.

Esta fase de limpeza durou cerca de quatro anos, ou seja, o período integral de um Curso acadêmico de História, e foi árdua, exigindo um preparo teórico e metodológico dos estudantes envolvidos, por meio de oficinas, seminários, congressos, cursos de extensão e de curta duração, tanto na Unidade de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Goiás, quanto em outras instituições, como na Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi neste contexto que se deu o início da atividade de pesquisa e da utilização destes documentos enquanto material possível de se proceder ao trato historiográfico e rigor científico.

A triagem inicial foi muito importante para a cultura local porque permitiu à comunidade acadêmica Anapolina o acesso a fontes de diversificados temas⁷, como: agricultura, pecuária, saúde e educação, inclusive ao conjunto documental analisado no capítulo três.

Na sua segunda fase, o Centro de Memória passa a existir no organograma da Câmara Municipal de Anápolis, com o nome de Centro de Pesquisa e Documentação (CEPEDOC), criado a partir da Portaria 333/2013, com especificidades pautadas nas diretrizes do Conselho Nacional de Arquivo (CONARq) e por meio da Lei de Acesso a Informações (LAI) nº 11.527 de 2011.

Neste momento, as fontes foram organizadas e catalogadas por tipos de documentos, como: atas, cadernos avulsos, requerimentos, projetos de leis, balancetes, anotações avulsas, o que permitiu uma facilidade maior nas buscas de temáticas sobre a educação.

⁵ As informações referentes a criação e legalização do acervo histórico da Câmara Municipal de Anápolis encontram-se em plataformas digitais e outras mídias.

⁶ Significado de Empastelado: empastelado vem do verbo empastelar. O mesmo que: misturado, amontoado, inutilizado, fechado, amontoado confusamente (caracteres tipográficos) inutilizando a composição. **[Figurado]** destruir as instalações de um jornal e/ou revista por motivos políticos, ou pessoais. *Dicionário On Line da Língua Portuguesa*. Acesso: 05/01/2022 às 12:09.

⁷ No entanto, para esta pesquisa, em virtude de sua delimitação metodológica serão analisados apenas os itens relativos à educação.

É importante destacar que a busca foi iniciada sem nenhuma orientação, a não ser por período específico, qualquer documento que fosse relacionado à educação datava em arquivo de 1940, independente da data completa⁸.

O que diferenciou a segunda fase⁹ da primeira, fora o processo de digitalização de todos os documentos catalogados, realizado por uma equipe de estagiários, de cursos como Direito, Pedagogia e Letras, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), da Faculdade Raízes e do Centro Universitário de Anápolis Uni-Evangélica, do próprio município. Foram digitalizadas cerca de duzentas mil páginas, por meio da empresa licitada Intech de Brasília.

O processo de digitalização aconteceu em duas etapas. A primeira, tratou-se da busca dos documentos acondicionados em caixas com códigos. A segunda, foi seu processo de conversão em pdfs e a inserção no Portal da Câmara Municipal de Anápolis¹⁰, por meio de um *link*, que, atualmente, não estava mais em funcionamento, mas encontra-se no Portal do Legislativo Anapolina¹¹. Trata-se de um ícone que leva o pesquisador a uma central de buscas por palavras-chave.

Vale ressaltar que no trabalho com as fontes não há uma verdade dada, pronta, há o que os documentos indicam, os vestígios perceptíveis e o que o trabalho do historiador localiza, identifica, problematiza. É a partir deste olhar plural e desta compreensão dos limites do material e das contradições que se propõe apresentar a validade da utilização de fontes históricas na produção de pesquisas relacionadas à História da Educação. Não se pode perder de vista que as palavras, as expressões e estilos, não são peças apartadas de seu contexto histórico, das relações antagônicas, nestes, há presença de matizes, com significados independentes, imbricados no seu tempo de modo de produção.

Ressalta-se, ainda, que esta tese foi dividida em quatro capítulos, iniciando com esta introdução, que apresenta o contexto desta pesquisa, bem como sua rota metodológica, o percurso que foi percorrido para o estudo desta tese de doutorado, apresentando o Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC) e como ocorreram suas transformações de arquivo para Centro de Pesquisa.

⁸ Exceto, uma ata de 1922, não contendo nenhum dado ou anúncio de temas que envolvam a educação em geral e nem do Ensino Primário no município de Anápolis ou do Estado de Goiás.

⁹<https://www.anapolis.go.leg.br/institucional/noticias/camara-municipal-comemora-dia-do-estagiario-e-os-10-anos-do-cepedoc>

¹⁰ <https://www.anapolis.go.leg.br/>

¹¹ Em ligação para Diretoria Administrativa da Casa de Leis, justificaram a interrupção dos serviços por cortes de gastos durante a pandemia SARS COVID-19.

O capítulo 1 trata de um estado do conhecimento acerca da escola primária brasileira, goana e anapolina. Nesta, também será apresentado conceitos da História Cultural e o uso das fontes. Assim, se concebe o prenúncio dos nexos ideológicos como campo fértil para se constituir espaço de intervenção da perspectiva nacionalista de educação.

O capítulo 2 discutiu as características do nacionalismo e da nacionalização ufanistas da escola primária que marcam o início do Século XX e que são latentes nas décadas de 1940 e 1960, ideologias e temporalidade do objeto desta pesquisa. Uma vez que estes movimentos, inicialmente localizados nas capitais, começam a chegar nos interiores nestas décadas, mesmo explicitados nas Conferências para Educação dos anos vinte, só se tem notícia deste movimento no município de Anápolis-GO nas décadas de 1940 e 1950.

Já no capítulo 3 percorreu-se sobre a história da cidade de Anápolis, de vale à município, baseando-se em autores referências da escrita da sua história enquanto município. O título deste capítulo é “*Escola Primária nacional em Anápolis-GO (1944 - 1960): fatores de expansão ideológica*”, discutiu-se sobre as fontes analisando-as com o objetivo de responder à pergunta central desta tese utilizando-se da categoria historiográfica *município pedagógico* no contexto deste debate, bem como as ações pautadas no âmbito do legislativo Anapolino que indicam o município de Anápolis-GO enquanto celeiro para a expansão ideológica da escola primária nacional.

Nas considerações finais buscou-se outro olhar essencial prático e teórico, uma concepção histórico-cultural sob a escolha deste pesquisador como uma visão imprescindível para sustentar e orientar sua pesquisa, seus dados e elementos presentes a partir da documentação e dos objetivos. Apresentará os resultados alcançados e as hipóteses confirmadas.

CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA CULTURAL E ESCOLA PRIMÁRIA EM ESTADO DA ARTE

Esta paisagem, vista do alto, oferece apenas a miniatura de um quebra-cabeça onde ainda faltam muitas peças.

(CERTEAU, 2014, p.37)

O estado do conhecimento que se propõe neste capítulo apresentará as pesquisas do livro *História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional*, organizado e publicado em 2015 por Rosa Fátima de Souza, Antonio Carlos Ferreira e Antônio de Pádua Carvalho Lopes. Estes pesquisadores selecionaram, a partir da abordagem em perspectiva comparada, temas que discutem a escola primária em âmbito nacional e, contribuíram para entender as tensões no plano ideológico entre o *velho*, as escolas unitárias e o surgimento do *novo*, as escolas graduadas na passagem do século XIX para o século XX, este último, temporalidade da presente pesquisa. É salutar destacar que, são pesquisas que em determinados momentos, apresentam especificidades que não é objetivo desta tese, explorar.

O capítulo também apresentará as pesquisas do livro *A escola e seus artefatos culturais*, organizado e publicado em 2013 por Cesar Augusto Castro e Samuel Luis Velásquez Castellanos. Estes pesquisadores selecionaram um conjunto de obras com a finalidade de compreender "os projetos de escola em disputa, do funcionamento interno da escola e de suas práticas a partir da análise do processo de constituição, usos e circulação de materiais escolares", (Lopes, 2013, p. 7). Trata-se de um esforço de pesquisadores e pesquisadoras, grupos de pesquisas e dos organizadores, em tecer um diálogo acadêmico nacional acerca das especificidades da escola primária brasileira. Reflexões metodológicas e teóricas que favoreceram os estudos da escola primária em Anápolis-GO, possibilitando avanços, principalmente no procedimento da análise de fontes para a História da Educação.

Ainda neste capítulo, serão apresentadas pesquisas acerca da escola primária, defendidas e publicadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as produções disponíveis no Grupo Temático 02 (História da Educação) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) a partir do seguinte procedimento: a) por meio de um quadro, contendo autoria,

resumo da pesquisa conforme autor da obra, ano de publicação e instituição de vínculo; todavia, os trabalhos não serão discutidos, a não ser aqueles que delimitaram seu objeto com a finalidade de compreender a expansão ideológica da escola primária nacional no início do século XX.

O capítulo apresentará também a História Cultural, considerando a diversidade metodológica e categorias de análise imbricadas a esta corrente, pois, tal qual afirma Carvalho (2015, p. 9) é necessário:

compreender os mecanismos culturais de dominação ideológica na educação primária [...] explicitar as relações, as semelhanças, as diferenças e as singularidades presentes nas formas de produção, apropriação e difusão da escola primária nas várias regiões do país. (CARVALHO, 2015, p. 9).

Neste sentido, para compreender os mecanismos de dominação ideológica, bem como as singularidades, particularidades e análise dos documentos, procurando compreender as formas de apropriação da escola primária para determinado projeto ideológico, tanto os postulados da História cultural, quanto as discussões empreendidas no capítulo dois serão essenciais.

Desse modo, entende-se, a partir de Soares (1987) que a:

[...] compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (SOARES, 1987, p. 3).

É com esta concepção de estado do conhecimento, enquanto possibilidade de diferentes integrações que surgem os primeiros grupos de estudos em âmbito nacional. Diversificados em suas abordagens, porém, consensuado entre os pesquisadores da área que a primeira tentativa significativa de criar uma rede nacional de investigação em perspectiva comparada se deu no V Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, no ano de 2004, mesmo considerando que as discussões historiográficas acerca da educação pública primária ganharam robustez a

partir da década de 1970¹², com a renovação historiográfica que se deu com a expansão dos programas de pós-graduação em educação, é a partir da articulação dos grupos de pesquisas de universidades públicas no V Congresso Luso Brasileiro que surge o projeto idealizado pela Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza que contou com cerca de 43 pesquisadores doutores de instituições universitárias que integram esta rede de estudos e pesquisas. O objetivo foi sistematizar reflexões e elementos que permitissem compreender, conhecer, entender a educação pública primária, como estratégia de análise e concepção interpretativa.

Dessa forma, a Rede de Estudos Nacional¹³ optou por utilizar a investigação em perspectiva comparada, buscando explicitar as relações, as semelhanças, as diferenças e as singularidades existentes nas formas como a escola primária é implementada, difundida e caracterizada em 13¹⁴ estados brasileiros.

Destacam-se os eixos de investigação, vinculados ao projeto de Rosa Fátima de Souza (2015):

a) a análise da institucionalização da escola elementar, considerando a atuação dos Poderes Públicos, as reformas educacionais, a expansão do ensino e as diferentes modalidades de escola primárias existentes nas zonas urbanas e rurais; sendo este o eixo que dialoga diretamente com esta pesquisa, uma vez que a escola primária Anapolina é concebida a partir de solicitações de parlamentares e de iniciativa popular, compreendidos mais claramente a partir do entendimento da categoria *município pedagógico*; b) o exame dos métodos de ensino; c) o estudo da cultura material escolar e; d) a problematização das representações sociais sobre a escola primária.

Assim, as pesquisas abaixo, consubstanciam-se em produções acadêmicas relevantes para a compreensão da constituição ideológica e o universo (modos) da escola primária nacional na primeira metade do século XX. Destarte, os estudos mencionados e descritos aqui, foram relevantes para a elucidação da hipótese três, de que o Estado brasileiro na primeira metade do século XX, apropriou-se da escola primária com a finalidade de difundir e propagar o nacionalismo ufanista/romântico, a fim de consolidar seu projeto de sociedade capitalista, sobretudo em Anápolis-GO. Estas pesquisas foram organizadas no livro *História da Escola*

¹² Conforme analisado em Vidal e Faria Filho (2005), Gondra (2005) e Monarcha (2005), bem como na coleção Horizontes da Pesquisa em história da educação no Brasil, editada sob coordenação da Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE, com apoio da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. (SOUZA, R.F; PINHEIRO, A. C.F; LOPES, A. P. C; 2015, p. 15)

¹³ Financiado pela CNPq, integraram o projeto cerca de 43 pesquisadores doutores, com a finalidade de investigar em perspectiva comparada em âmbito nacional o universo da educação pública primária.

¹⁴ **São eles:** Acre, Maranhão, Paraíba, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional, publicado pela Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe (EDISE) no ano de 2015.

Quadro 1 - Escola primária em âmbito nacional: estado da arte.

TÍTULO	PESQUISADORES	DESCRIÇÃO DA PESQUISA
A escola primária segundo as mensagens dos presidentes da república e dos governadores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás entre os anos 1930 e 1961: propósitos comuns e desafios.	José Carlos Souza Araújo Rosa Fátima de Souza Rubia-Mar Nunes Pinto	Esta é uma das pesquisas vinculadas ao Projeto desenvolvido pela pesquisadora Dra. Rosa Maria de Souza, que em parceria com a Profa. Dra. Rubia-Mar Nunes Pinto, no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), com foco nos seguintes eixos de estudos: a educação do povo, uma diretriz entre outras para o progresso; o sistema educativo como instrumento para a democracia e para a igualdade de oportunidades; a educação nacional, condição indispensável para a construção da nacionalidade; o magno problema da disseminação do ensino primário nas zonas rurais; a relação da União com os estados e municípios na expansão da escola primária; as estatísticas educacionais construindo <i>verdades</i> sobre a escola primária no Brasil.
Escola primária rural: caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930 - 1961).	Alessandra Cristina Furtado Anaete Regina Schelbauer, Elizabeth Figueiredo de Sá	Uma discussão acerca do cenário rural nos estados de Mato Grosso e Paraná, suas diferenças e similitudes, bem como o modelo e expansão do ensino primário rural.
O estatuto público da educação escolar primária federalizada: Brasil e rio Grande do Norte (1937 - 1961).	Marta Maria Araújo	Esta pesquisa é composta pelos seguintes eixos: preparativos da 1ª Conferência Nacional de Educação; Plenárias da 1ª Conferência Nacional de Educação e o representante do Rio Grande do Norte e seu discurso; Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Educação e formulações das políticas nacionais de educação primária; acordos firmados pelo estado do Rio Grande do Norte e seus municípios, para a consolidação das políticas de educação primária.
História Cruzadas da escola primária no Maranhão, Acre, Bahia (1930 a 1960): algumas reflexões.	Elizabeth Miranda Lima Lúcia Maria da Franca Rocha Mariléia dos Santos Cruz Sara Martha Dick	O objetivo é pensar a escola da modernidade e o seu papel de incluir as massas populares, bem como a história comparada da escola isolada do Maranhão, Bahia e Acre.
Expansão da escola primária, história comparada entre Sergipe e Paraná (1930 - 1961): entrecruzando olhares.	Ilka Miglio de Mesquita Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento Rosa Lydia Teixeira Corrêa, Rony Rei do Nascimento Silva	Uma abordagem metodológica com as fontes: a expansão das unidades escolares de Sergipe e Paraná; a controvertida face da expansão, números em matrículas <i>versus</i> acesso e permanência na escola.

A expansão da Escola primária no Rio Grande do Norte e no Maranhão (1930 - 1961).	Diomar das Graças Motta José Mateus do Nascimento Kilza Fernanda Moreira de Viveiros Maria das Dores Cardoso Frazão Marlúcia Menezes de Paiva Olívia Morais de Medeiros Neta	Uma comparação das modalidades de escolas entre estes estados e a marcação da expansão da escola potiguar e maranhense.
Que escola primária? Um estudo comparado das marcas e lembranças de um nível de escolarização.	Atônio de Pádua Carvalho Lopes Antônio Carlos Ferreira Pinheiro Miguel André Berger Fernanda Mendes Resende	Um trabalho biográfico e de pesquisa documental, com a caracterização das fontes utilizadas na obra, os livros de memória e autobiografias, os livros sobre os municípios/cidades, o léxico em torno da escola primária, o ato fundador de escolas primárias e os espaços escolares e seus sujeitos.
Métodos de ensino e renovação educacional na produção em História da Educação.	Vera Teresa Valdemarin Heloísa Helena Pimenta Rocha	Elenca os métodos de ensino em teses e dissertações e nos periódicos educacionais, inflexões nos processos de ensino sob o ideário da Escola Nova.
Circulação de princípios da Escola Nova no Ensino da leitura e nos livros escolares de Santa Catarina (1930 a 1960).	Gladys Mary Ghizoni Teive Maria Teresa Santos Cunha	Pesquisa que parte em busca da supremacia da pedagogia da Escola Nova, presente na Lei Orgânica Estadual do Ensino Primário elementar, com o questionamento de como a escola nova foi apresentada aos professores catarinenses.
A circulação dos livros de leitura como cultura material escolar na institucionalização da escola primária: Maranhão, São Paulo e Sergipe na primeira metade do século XX: a modernização da escolarização primária	Samuel Luis Velázquez Castellanos Claudia Panizzolo Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas	Os pesquisadores apresentam um arsenal de fontes que possibilitam estudos acerca da escola primária no Pernambuco.
Arquitetura Escolar: entre construções	César Augusto Castro Samuel Luis Velázquez Castellanos	Um debate que é feito em torno da arquitetura escolar maranhense.
Percursos e recursos de uma experiência formativa	Vera Lucia Gaspar da Silva Gizele de Souza	Pesquisa sobre a cultura material escolar, os modos de organizar e os modos de fazer a escola primária.

Fonte: História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional/Rosa Fátima de Souza, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (organizadores). Aracajú: Edise, 2015. 504 p.

As obras mencionadas no quadro 1, fruto de um esforço coletivo de pesquisadores e pesquisadoras imbuídos do compromisso de compreender a configuração da escola primária e o seu significado cultural na sociedade, possibilitaram também o amadurecimento desta tese, uma vez que estes estudos apontam para uma escola primária brasileira pensada para atender ao projeto capitalista de sociedade moderna que se instaurava no Brasil no início do século XX, que ganhou força ideológica nos interiores a partir da década de 1940, considerando o contexto de industrialização por qual passava estas regiões, o que as tornava celeiros férteis para a expansão ideológico do projeto de escola primária que se almejava. Pinto (2012) afirma que

O programa de integração do centro territorial brasileiro sustentou-se em, pelo menos, dois gigantescos projetos colonizatórios: a Marcha para o Oeste que, nos anos 1930 e 1940, além de possibilitar o surgimento de Goiânia, incentivou a migração para a região por meio da abertura de vias de circulação e da criação de colônias agrícolas; e o Plano de Metas JK, nos anos 1950, que construiu Brasília e transferiu a capital federal para o território de Goiás favorecendo, com maior intensidade, os movimentos migratórios internos e ampliação das vias de circulação e tráfego pelo corpo da nação (PINTO, 2012, p. 10)

Fatores do contexto econômico que implicaram diretamente nas massas migratórias que ocuparam o Centro-Oeste Goiano, estes, são discutidos no capítulo quatro enquanto elementos que repercutiram na demanda por escolas primárias, facilitando a expansão ideológica da escola primária nacional, sobretudo na municipalidade de Anápolis, em Goiás.

Circunscreve-se, ainda, na galeria de pesquisas relevantes para este estado da arte acerca da escola primária nacional, o livro *A Escola e seus Artefatos Culturais*, organizado pelos professores Cesar Augusto Castro e Samuel Luis Velásquez Castellanos (2013), com um conjunto de nove pesquisas articuladas junto aos centros de referência de debate sobre a escola primária do século XIX e XX. Esta obra coletiva reflete o esforço de pesquisa que amplia temas e problemas no campo da História da Educação brasileira (Quadro 2).

Quadro 2 - Pesquisas em História da Educação

TÍTULO	AUTORES
1- A noção de cultura material escolar em debate no campo de investigação da História da Educação	Prof. Dr. Marcus Levy Bencostta
2- Materialidade escolar em cena: um pouco da produção na História da Educação	Profa. Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva Profa. Dra. Marília Gabriela Petry

3- Cultura Material na escola primária paranaense: rituais e gestos de professores e autoridades de ensino na organização do cotidiano escolar no século XIX	Profa. Dra. Gizele de Souza
4-Patrimônio cultural e História da Educação: reflexões investigativas acerca da escola republicana e seus materiais	Profa. Dra. Claudia Panizzolo
5- O lugar da Escola Primária goiana entre os séculos XIX e XX	Profa. Dra. Valdeniza Maria Lopes da Barra (da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG))
6- Materiais Escolares no Resgate da História da Educação no Cariri cearense	Profa. Dra. Zuleide Fernandes de Queiroz
7 - A formação das elites através das festas escolares do ginásio pinheirense (1953 - 1960)	Diulinda Pavão Costa e Cesar Augusto Castro
8-Os artefatos culturais na escola modelo Benedito Leite, dos pesquisadores	Cesar Augusto e Samuel Luis Veslázquez Catellanos
9- Os livros escolares nas instituições de ensino no Maranhão Imperial	Samuel Luis Veslázquez Catellanos

Fonte: A escola e seus artefatos culturais/Cesar Augusto Castro; Samuel Luis Velázquez Castellanos, organizadores - São Luís: EDUFMA, 2013. 224 p.

As pesquisas do quadro 2 apontam para os espaços urbanos e rurais de implementação da escola primária, sua materialidade a produção acadêmica no campo da História da Educação. o mobiliário escolar, os materiais para o cotidiano dos estudantes, os livros didáticos e a metodologia empregada às fontes, Silvia e Petry (2013) afirmam que:

Percebeu-se, rapidamente, a necessidade de ler mais de uma vez cada texto. Para racionalizar o tempo, foram estabelecidas metas para cada leitura. A primeira foi dedicada à identificação da presença de um ou mais descritores estabelecidos, à verificação do período, à descoberta da temática do texto, além de identificar em que contexto a palavra estava sendo empregada. (SILVIA; PETRY, 2013, p. 39. Org. CASTRO; CASTELLANOS)

As autoras estão se referindo ao procedimento metodológico utilizado na condução da pesquisa que originou este artigo apresentado como capítulo do livro organizado no quadro 2.

Elas pontuam ainda que, "entre os desafios postos pela produção científica está a incursão teórica para a construção de um terreno que favoreça leituras mais qualificadas dos

objetos de pesquisa, bem como, para a escolha de procedimentos metodológicos que auxiliem de fato o trabalho", (p. 35). Neste sentido, o capítulo Materialidade escolar em cena: um pouco da produção na História da Educação, de Silvia e Petry (2013), contribuíram com a abordagem das fontes do Centro de Pesquisa de Anápolis-GO. As pesquisadoras, Gizele de Souza e Claudia Panizzolo, possibilitaram reflexões acerca da intencionalidade e função social da escola na primeira metade do século XX. Os demais autores, por utilizarem uma abordagem comparada em suas análises, permitiram identificar aproximações e distanciamentos em relação ao estudo promovido acerca da escola primária anapolina e o restante do país.

O quadro 3 apresenta os trabalhos pioneiros no campo da História da Educação goiana, dos níveis de ensino, das instituições escolares. Eles não serão analisados, pois o objeto desta tese é outro, todavia, para este estado da arte, é relevante mencioná-los nesta obra.

Quadro 3 - Dissertações e Teses no campo da História da Educação de Goiás.

AUTORIA	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO	PROGRAMA E INSTITUIÇÃO	ANO DE DEFESA
José Maria Balduino	Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	1992
Maria Auxiliadora Seabra Rezende	O sentido histórico da criação da Faculdade de Educação na UFG	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	1997
Luciene Lima de Assis Pires	O ensino secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	1997
Sandra Elaine Aires de Abreu	A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o protestantismo em Anápolis	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	1997
Ana Maria Gonçalves	Democratização da Educação: uma leitura das CBES 1980/1991	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	1998
João Oliveira Souza	Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960)	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	1999
Revalino Antonio de Freitas	O professor em Goiás: sociedade e estado no processo de constituição da profissão docente, na rede pública de ensino fundamental e médio do Estado	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2000
Zilda de Araújo Rodrigues	Universidade Federal de Goiás: modernização da estrutura e da organização	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2000

	do trabalho acadêmico - 1984/1997		
Miriam Fábila Alves	Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás (1898/1960)	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2000
Divina Maria Carlos	A Pedagogia nas relações sociais no campo brasileiro: a ação educativa da Comissão Pastoral da Terra - (1975 a 1995)	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2000
Marilda Piccolo	A disciplina História da Educação em cursos de Pedagogia	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2002
Deniza Geny Silva Machado Martins	A reconstrução histórica da Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV): 1968-2004	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2004
Danúsia Arantes F. Batista de Oliveira	A expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia: um estudo comparativo	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2005
Maria José da Silva	A reconstrução histórica do Campus de Catalão	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2005
Simone Aparecida Borges	Os cursos de história da Universidade Católica de Goiás: um olhar histórico	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2006
Cristiano Lucas Ferreira	A UEG no olho do furacão: O processo de criação, estruturação da Universidade Estadual de Goiás	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2006
Joel Ribeiro Zaratin	A reestruturação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 a 2004	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2006
Jairo Barbosa Moreira	Mulheres Docentes: saberes e fazeres na cidade garimpeira, Cristalândia-TO (1980-2007)	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2008
Leonardo Montes Lopes	Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: memória, história e leitura	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2008
Gil César Costa de Paula	A atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE: do inconformismo à submissão do estado (1960 a 2009)	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2009
Benvinda Barros Dourado	Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2010

Regina Célia Padovani	Lugar de escola e "lugar de fronteira": a instrução primária em Boa Vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896)	Programa de Pós-Graduação em Educação (FE/UFG)	2011
AUTORIA	TÍTULO	DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	ANO DE DEFESA
Dagmar Junqueira G. Silva	Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: História e Memória	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC-GO)	2003
Edna Lemes Martins Pereira	Modernização e expansão do ensino em Porangatu na década de 1950	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC-GO)	2004
Fernanda Franco Rocha	Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889)	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC-GO)	2007
Iricelma Borges de Carvalho	O mestre-escola como preceptor particular da cultura letrada em Itaberaí-GO nas três primeiras décadas do século XX	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC-GO)	2008
Warlúcia Pereira Guimarães	Memória e reforma do ensino de História na Rede Municipal de Goiânia (1983-1992)	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC-GO)	2004
Maria das Graças Prudente	O Silêncio no Magistério: professoras na instrução pública em Goyaz, Séc. XIX	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC-GO)	2009
AUTORIA	TÍTULO	DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	ANO DE DEFESA
Fernanda Barros (Dissertação)	Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2006
Fátima Inácio Pacheco (Dissertação)	O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930-1964)	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	2005
Ana Maria Gonçalves (Tese)	Educação Secundária Feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant'Anna - 1912/1937)	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2004
Sandra Elaine Aires de Abreu (Tese)	A instrução primária na Província de Goiás no século XIX	Programa de Pós-Graduação em Educação na Pontifícia	2006

		Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	
Miriam Fábila Alves (Tese)	Política e escolarização em Goiás - Morrinhos na Primeira República	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2007
Vanda Domingos Vieira (Tese)	Goyas, século XIX: as matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino	Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2008
Rúbia-Mar Nunes Pinto (Tese)	Goiânia, no 'coração do Brasil' (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação	Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal Fluminense (UFF)	2009
Aparecida Maria Almeida Barros (Tese)	No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963)	Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	2010
Thiago Fernando Sant'Anna e Silva	Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB)	2010
Fátima Inácio Pacheco (Tese)	Formação e profissionalização do docente primário em Goiás: a realização do projeto MEC/UNICEF/UNESCO (1961-1980)	Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	2011

Fonte: VALDEZ, D.; BARRA, V. M. L.

No Centro-Oeste a produção no campo da História da Educação é crescente, com destaque para últimas duas décadas, onde pesquisas, acerca do ensino primário goiano, vinculadas às seguintes universidades e eixos temáticos ganharam destaque: a Universidade Federal de Goiás (UFG) com os grupos de pesquisas, como o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE) e a Rede de Estudos da História da Educação Goiana (REHEG), que trata-se de um banco de dados onde são inseridos documentos que permitem uma análise da educação goiana dos Séculos XIX e XX, mas existem, ainda, o Centro de Pesquisa e Documentação de Anápolis (CEPEDOC), contendo acervo de fontes dos vários segmentos sociais do município de Anápolis e de antigas cidades que, no Séc. XVIII, eram consideradas parte da cidade, outro acervo é do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho, que pertenceu a um dos fundadores da cidade de Anápolis, estes, são espaços aonde pesquisas acerca da escola primária tem sido desenvolvidas, como a presente tese.

Já as pesquisas localizadas no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as produções disponíveis no Grupo Temático 02 (História da Educação) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Educação (ANPEd), que serão apresentadas a seguir, seguem os critérios mencionados na introdução a este capítulo: a) por meio de um quadro contendo o resumo do autor, sua delimitação e metodologia empregada; com a finalidade de compreender a expansão ideológica da escola primária nacional no início do século XX, para assim, pensar as diretrizes contidas nas fontes.

Ressalta-se que o trabalho da pesquisadora Rosa Fátima de Souza, segue padrão de apresentação diferente, pois é a partir de sua contribuição com a obra *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890 a 1910)*, que a base para esta busca é iniciada. A autora, em formato de epígrafe, retoma a fala do diretor do 1º Grupo Escolar de Campinas, Christiano Volkart:

Quem observar o desenvolvimento que tem tido o ensino público nestes últimos anos e fizer um confronto com as antigas escolas régias do regime decaído e as novas escolas da República, de certo não deixará de encher-se de entusiasmo e levantar este brado: — Viva a República! (sic). (SOUZA, 1998, p. 25)

A referência que Souza (1998) fez em relação às palavras de Volkart trata da ideologia que se instaurava ao mesmo tempo em que o regime republicano no Brasil, em que os resquícios do império eram obscuros aos intentos almejados com a República e com a missão que se atribuía à escola.

Em outro tópico, a “Invenção dos Grupos Escolares”, Souza (1998) deixa evidente a oposição à ignorância, a qual a nação estava sujeita pela falta de conhecimento do sistema republicano e aponta as ações que se esperava com a implementação de uma verdadeira república. Assim:

[...] Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância. ‘Alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social’; elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX. Em realidade, elas fazem parte da concepção liberal de educação que tomou conta do pensamento e da política educacional nesse período. No projeto liberal dos republicanos paulistas, a educação tornou-se uma estratégia de luta, um campo de ação política, um instrumento de interpretação da sociedade brasileira e o enunciado de um projeto social (SOUZA, 1998, p. 26).

A construção da identidade nacional, a transposição social e jurídica do trabalho escravo para o trabalho livre, a nova composição social exigida com a formação da república, a

articulação entre a ciência e a fé, a formação do cidadão republicano, o crescimento econômico do país, os conflitos entre os grupos economicamente dominantes, a política imigrantistas da virada do século XIX para o século XX, as contradições do liberalismo adotado, a extensão do território nacional, a modernização e o progresso da nação, todos estes elementos são caracterizadores e determinantes na constituição do quadro educacional a partir do qual a escola primária brasileira será concebida e gestada na Primeira República, sobretudo na sociedade Anapolina.

O projeto 'civilizador' que se instaurava com o regime republicano, como afirma Souza (1998, p. 27), é perpassado pela necessidade política e social de 'alfabetizar o homem brasileiro'. À difusão da instrução primária, educação popular era exigência *sine qua non* para a consolidação do regime republicano e alinhamento à política internacional desenvolvimentista, bem como necessária para o projeto de civilização ideológica da nação brasileira, que se encontrava na dianteira dos países ocidentais no tocante à alfabetização do povo e consequente participação política.

Os avanços tecnológicos, científicos e econômicos esperados, exigiam do Estado brasileiro uma articulação com a educação popular, a instrução primária do seu povo. Souza (1998), chama esse projeto de prometeico de civilização, aludindo ao titã grego que rouba o fogo dos deuses e o distribui entre os humanos, fazendo referência ao modo de instrução primária pelo qual a nação brasileira estava submetida no processo de republicanização.

Como se viu, a evolução do Estado brasileiro, nas sombras dos Estados Unidos e Europa, que eram mais adiantados economicamente, só seria possível se à escola primária fosse atribuída a tarefa de cooptar a alma e a mente de forma a consolidar a nação brasileira enquanto cultura letrada. Apenas projetos educacionais que objetivavam métodos de inculcamento poderiam obter êxito no contexto de ideologia desenvolvimentista que, encontrava solo fértil no país.

Concomitante ao mesmo tempo em que a educação popular oficial ganha sentido no bojo político, ela é apresentada, também, em outra medida, como projeto de controle e ordem social, ou nas palavras de Souza (1998, p. 28), com a visão da perspectiva suavizadora das maneiras, da polidez, da civilidade, e da dulcificação dos costumes, referindo-se ao conceito de civilização defendido pelo sociólogo alemão Norbert Elias.

Essa discussão acerca dos processos de civilização é pertinente por causa do substrato constitutivo das representações, sobre as quais as políticas educacionais são empreendidas nas primeiras décadas deste século. Dessa forma, Souza (1998, p. 28-29), ainda, diz que a escola existe para a difusão dos valores republicanos e está comprometida com a construção e a

consolidação do novo regime. Ou seja, sua análise, a partir do movimento paulista de implantação deste projeto de escola republicana, ventila o vínculo entre a educação popular e a exaltação do novo regime republicano, adquirindo uma finalidade cívica, moral e instrumental, característicos a este tipo de projeto de sociedade.

Nesse movimento, a escola da república precisava identificar-se com os avanços do século, para tal, ela exigia a renovação dos seus métodos, da sua pedagogia, sua estrutura física, seus processos de ensino, sua organização didática, substituindo a 'arcaica e precária' escola de primeiras letras do império, transpondo o abismo dos "pardieiros" à modernidade tardia.

A constituição dos avanços dos sistemas nacionais de ensino, dos países europeus, era referência para os republicanos paulistas, e sobre a influência desses países e dos Estados Unidos sobre os republicanos paulistas, Souza (1998) ressalta que:

No final do século XIX a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos deles. No bojo desse processo, a escola primária foi (re) inventada: novas finalidades, outra concepção educacional e organização do ensino. O Método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p.26)

Estes, os republicanos paulistas, com suas escolas confessionais e leigas instaladas no Brasil, nas décadas finais do século XIX, formaram as elites que, ao passo da república, atuaram direta ou indiretamente nas consubstanciações das políticas educacionais do novo regime.

Outrossim, as conferências educacionais estavam amalgamadas a este cenário de intensos acontecimentos e transformações nas concepções e finalidades da instrução pública primária das primeiras décadas do Brasil republicano. A repercussão dos ideais liberais reafirmava a escola como instituição fundamental para a reforma que se propunha com a instalação do novo regime, na esteira do projeto político republicano de reforma social e difusão da educação popular empreendida pelos republicanos paulistas.

Logo, Bueno (1897) *apud* Souza (1998) destaca o entusiasmo dos republicanos:

Uma nova fase de luz e progresso abriu-se para o ensino com essa instituição, cujos brilhantes resultados se têm acentuado de modo notável [...] A reunião de escolas num só edifício apropriado, com os alunos convenientemente divididos em classes, cada uma dessas sob a regência de um professor, em aposentos abertos à luz, dispondo de todos os meios materiais precisos ao

ensino, sob uma direção inteligente, atenciosa e competente, é o ideal da escola pública. (Bueno, 1897 *apud* Souza, 1998, p.30)

Em menção aos grupos escolares¹⁵, Dino da Costa Bueno, secretário do Interior, representa o entusiasmo das elites pelo ideal de escola republicana. (SOUZA, p. 30-31). Com sua superioridade material e especificidades em detrimento às escolas preliminares, os grupos escolares estabeleciam-se enquanto representação de todo o esforço republicano, para a consolidação do regime. Em Goiás, no ano de 1919, tem-se a implementação do primeiro grupo escolar, momento em que se inaugura uma nova fase na instrução pública. Já em Anápolis-GO, o primeiro grupo escolar é implantado no ano de 1926, com a denominação de Grupo Escolar Caiado Brasil, este, com sua arquitetura imponente e sua organização racional e seriada, torna-se uma referência no município ao plano ideológico da escola primária nacional, uma vez que seu projeto arquitetônico, possibilitava o assistencialismo, como será discutido no capítulo 4.

Souza (1998) ainda recorreu ao *Diccionario de las Ciencias de la Educación* para falar que a designação de escolas graduadas

É um sistema de organização vertical do ensino por cursos ou níveis que se sucedem. As características principais da escola graduada são: a) agrupamento dos alunos segundo um critério nivelador que pelo geral é a idade cronológica para obter grupos homogêneos; b) professores designados a cada grau; c) equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; d) determinação prévia dos conteúdos das diferentes matérias para cada grau; e) o aproveitamento do rendimento do aluno é determinado em função do nível estabelecido para o grupo e o nível em que se encontra; f) promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau. (SOUZA, 1998, p.32)

Assim, essa autora ainda apresentou a acepção de organização pedagógica, marca fundamental das escolas graduadas:

A organização pedagógica esta é definida como um conjunto de regras que determinam racionalmente e de forma precisa o modelo de funcionamento das escolas, a saber: as condições de admissão dos alunos, a maneira de classificar, os programas de ensino e o emprego do tempo a consagrar a cada uma das matérias que estes programas comportam (SOUZA, 1998, p. 32).

Então, observou-se que a organização seriada, ou organização por série e classes e o comando simultâneo pedagógico do professor, tornaram-se marca essencial da escola graduada.

É importante ressaltar que estas transformações foram paulatinas e assumiram

¹⁵ Os Grupos Escolares foram criados a partir de 1890 no Estado de São Paulo e eram considerados o símbolo do Estado Republicano que se organizava. (FARIA FILHO, 2000, p. 17).

efetivamente espaço em 1893, data do primeiro grupo escolar do Estado de São Paulo, tornando-o pioneiro nessa organização escolar pelo país. Durante a implantação deste modelo de escola, monitores continuaram ministrando aulas no formato individual. Sendo, assim, a unidade organizativa, característica da escola graduada, a classe e sala de aulas seriada com professores e lições de coisas, tornariam dominante no ensino primário. (SOUZA, 1998).

Nesse sentido, o processo de diferenciação da massa escolar dependia da consolidação da divisão uniforme e rigorosa dos programas e dos alunos, como Souza (1998, p.35) dissertou:

A partir de então, ficou estabelecida uma correlação entre série escolar e idade do aluno. Por outro lado, significou uma maior consciência da especificidade da infância. No plano pedagógico, o estabelecimento das divisões nas escolas possibilitou um rendimento melhor da instituição escolar, porém, em Contrapartida, a escola tornou-se mais seletiva, porque o agrupamento dos alunos em classes homogêneas supunha favorecimento dos melhores em detrimento dos mais ‘fracos’. Além disso, a classificação em cursos gerou o aperfeiçoamento dos exames e criou a noção de repetência, o que viria a se constituir em um dos maiores problemas do ensino primário em todos os tempos. Assim, a racionalidade e a eficiência do ensino simultâneo geraram o que a educação ainda possui de mais perverso: a sublimação do indivíduo em prol do coletivo e a individualização que seleciona e pune. (SOUZA, 1998, p.35)

O desenvolvimentismo pragmático, imbricado nas ações apontadas no trecho acima, indicam a ideologia educacional adotada para favorecer a mediação para o trabalho. Nesse quesito, a pesquisa de Souza (1998), sinalizou a representação da educação popular nas primeiras décadas da república, associada às características constitutivas da escola primária na Europa e Estados Unidos. Ela faz uma trajetória da implementação dos grupos escolares nos dois continentes, destacando que:

Provavelmente, os estabelecimentos de ensino como os grupos escolares, criados para atender às necessidades educacionais dos grandes centros urbanos na Europa e EUA, tenham sido considerados, inicialmente, como uma inovação imprópria para as condições sociais e econômicas do país. No entanto, no Estado de São Paulo, a pujança da cultura cafeeira projetava um desenvolvimento econômico que se vinculava à crescente urbanização. Nesse Estado, os reformadores da instrução pública puderam vislumbrar as escolas graduadas — escolas de novo tipo — como um melhoramento e como um fator de modernização educacional e cultural (SOUZA, 1998, p. 39).

Não obstante, a autora em questão enumerou as vantagens de se implementar as escolas graduadas (centrais) que compunham o debate e eram defendidas no discurso da época:

Cada grupo escolar poderia comportar de 4 a 10 escolas isoladas e seria regido pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de 40 alunos, contando também com adjuntos necessários a critério da diretoria. Os alunos seriam distribuídos em 4 classes, para cada sexo, correspondentes ao 12, 22, 32 e 42 anos do curso preliminar. Para a direção, o governo nomearia um professor da mesma escola diplomado pela Escola Normal. Nos grupos escolares poderiam funcionar no mesmo edifício escolas do sexo masculino e do feminino, 'havendo completa separação dos sexos' (SOUZA, 1998, p. 47).

Este modelo de escola reafirmaria a igualdade da educação entre os sexos, ao estabelecer, tal qual afirma Souza (1998, p. 47-48) "igual número de classes para meninas e meninos, impedindo a coeducação, embora tenha facultado maiores condições à educação ao sexo feminino, a escola primária paulista, pública e laica", não avançou em relação aos padrões morais predominantes na sociedade brasileira.

Outro aspecto que demarcou os passos iniciais de implementação da escola graduada paulista foi o expediente administrativo, este, necessitava desta ação política, de agregação do sexo feminino e masculino na mesma escola, pois em algumas localidades o número de estudantes era insuficiente. Este processo não aconteceu de forma abrupta, demandando tempo, a implantação deste modelo de escola não eliminou as escolas unitárias no país. A demanda de tempo foi o suficiente para se ampliar pelo país o seu modelo. (SOUZA, 1998).

Os temas que envolviam toda a complexidade da escola graduada, como a renovação do ensino, a formação docente, o papel do Estado na propagação, a obrigatoriedade escolar e o financiamento da instrução, compuseram pautas de conferências, inclusive as mais conhecidas da década de 1920.

Porém, a obra de Souza (1998), apresentou exaustivamente, os traços da escola primária no início do século XX, a experimentação da escola rural percebida também no município de Anápolis, em Goiás, mas apenas nas décadas de 1940 e 1950, o que é indício de que o município estava alinhado às ações do governo federal e seu projeto republicano, inicialmente com a criação de grupos escolares, por meio da abertura do seu primeiro grupo escolar Caiado Brasil em 1926, este, que inclusive levou o nome do presidente do estado, Caiado Brasil. Também é obra da Prof^a Dr^a Rosa Fátima de Souza, em coautoria com os pesquisadores Marcus Levy Albino e Vera Lúcia Gaspar, o livro "Imagens da escola primária no Brasil (1920 - 1960), publicado pela UDESC em 2018.

Assim, os trabalhos encontrados são aqui apresentados, no intuito de consolidar a análise do conteúdo ideológico nacionalista que fundamentou a escola primária Anapolina. No entanto, ressalta-se que nos trabalhos anteriores a busca na Plataforma Sucupira não foram encontrados o resumo e nem palavras-chave, sendo apresentados apenas o título e o nome dos pesquisadores e pesquisadoras.

Destaca-se, ainda, que os títulos apresentados a seguir não foram objeto específico de discussão dentro desta tese, mas apresentou-se o teor de texto, com o intuito de demonstrar a importância que o tema da escola primária teve no país e que tem no processo atual formativo como um todo.

O título da primeira pesquisa localizada é: "*O lugar da Escola Primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890 - 1922)*", de autoria de Denilson Roberto Schena.

Quadro 4 - O lugar da Escola Primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890 - 1922)

RESUMO
Teve como objetivos analisar o lugar da escola primária republicana como portadora de um projeto de nação no Estado do Paraná, no período compreendido entre 1890 e 1922 e verificar em que medida a história e a moral e cívica foram, respectivamente, disciplina e conteúdo escolares importantes nesse processo. Dessa forma, o texto examinou as práticas de escolarização cívico-patrióticas da infância predominantes na escola primária nos primeiros trinta anos da República, com destaque à introdução das comemorações cívicas nos programas de ensino. Sua demarcação temporal iniciou-se em 1890, por causa da aprovação do primeiro regulamento da Instrução Pública no Estado do Paraná de acordo com os novos princípios político-ideológicos. O autor referido em trecho anterior buscou, para a realização deste estudo, fontes escritas encontradas na Biblioteca Pública do Paraná, na Divisão de Documentação Paranaense, no Arquivo Público do Paraná, na Biblioteca do Museu Paranaense, Círculo de Estudos Bandeirantes e no Memorial "Lysimaco Ferreira da Costa". A metodologia realizada na pesquisa foi baseada em regulamentos, códigos de ensino, os relatórios das autoridades de ensino, livros didáticos e artigos da revista "A Escola" e do jornal "Gazeta do Povo".

Fonte: SCHEN, 2002.

Ao passo que se aproxima da metodologia aplicada às fontes do acervo histórico do Centro de Pesquisa e documentação da Câmara Municipal de Anápolis-GO, esta pesquisa também oportunizou compreender os meandros políticos que repercutiram no processo de escolarização com viés ufanista, relacionado no capítulo três, no Projeto de nº 247 de 1948.

Já a obra de Tatine Modesti, "*A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)*" apresenta, de acordo com a autora a seguinte finalidade:

Quadro 5 - A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)

RESUMO
Tem sua temporalidade entre 1930 e 1945 e analisa o projeto educacional ideológico, que partiu do governo federal e caracterizou-se por uma dualidade, expressa na pesquisa: as escolas isoladas, voltadas para a zona rural e os grupos escolares, voltados para a zona urbana, em uma perspectiva de análise comparada, o mesmo movimento acontece na cidade de Anápolis, em Goiás. Outro ponto percebido na discussão desta pesquisa é o fato de que durante o governo Vargas (1930-1945), a educação aparece como a fórmula capaz de constituir a nacionalidade, corroborando seus interesses na construção do Estado nacional, uma vez que era preciso formar homens que colaborassem com o progresso do País, ao mesmo tempo em que era necessário homogeneizar a cultura e desenvolver o interior para unificar ideologicamente a nação e obter o êxito do projeto nacionalista. Para tanto, políticas de modernização em vários setores da sociedade tinham o intuito de conduzir a realização desse projeto, que também marca a história da educação Anapolina. Uma vez que, o objetivo central da pesquisa em questão foi investigar a escola pública primária em Chapecó, no oeste catarinense, em sua relação com o rural e o urbano entre anos 1930 e 1945. Com isso, pretendeu-se verificar a função da escola pública primária no município de Chapecó, bem como as características das escolas isoladas e dos grupos escolares na região, buscando discutir a relação da escola pública primária, das escolas isoladas e dos grupos escolares com o rural e urbano no município, de acordo com o contexto político do período e tendo como palavras-chave: escola primária; nacionalização; modernização; rural e urbano.

Fonte: MODESTI, 2011. *Adaptado*.

Desta, emergem fontes como Relatórios do Interventor Nereu Ramos; Relatórios e Circulares do Departamento de Educação; fontes da imprensa; legislação pertinente; programas de ensino das escolas isoladas e dos grupos escolares. O trato metodológico da pesquisadora, permitiu replicar ao Projeto de Lei nº 72 de 1950 análise, para compreender, de forma mais clara, o processo de nacionalização da escola primária anapolina.

Uma dissertação importante para este estudo é da pesquisadora Lilian Barbara Cavalcanti Cardoso (2014), *O higienismo¹⁶ e o currículo escolar na primeira metade do Século XX: um olhar sobre a escola primária em alagoas (1899-1950)*

Quadro 6 - O higienismo e o currículo escolar na primeira metade do Século XX: um olhar sobre a escola primária em alagoas (1899-1950)

RESUMO

¹⁶ O higienismo foi um movimento internacional que possuía adeptos em todas as áreas da sociedade moderna e com forte tendência cientificista contribuiu para formar a identidade nacional, para mudar o olhar sobre a infância e mulher, para as reformas sanitárias urbanas e, principalmente, para formação das subjetividades dos indivíduos por intermédio de normalizações e disciplinamentos guiados pelo projeto de modernização que teve como base o tripé: hierarquia, ordem e limpeza. Ou seja, na vida privada ou na coletiva, onde quer que fosse, existia um médico atuando contra as “doenças sociais” em prol da civilização e da modernização do país. (CARDOSO, 2014).

Buscou investigar a influência do movimento higienista na formação do currículo escolar do ensino primário no início do século XX em Alagoas, em dois campos específicos: a História da Educação e a História do Currículo. Metodologicamente a referida temática foi explorada por meio de um estudo realizado em documentos de domínio público como decretos, programas de orientação educacional, periódico e dois livros do intelectual Arthur Ramos.

Fonte: CARDOSO, 2014.

Destaca-se na fundamentação dessa pesquisa os estudos de Foucault (1984, 1999) que, incrementaram a discussão por meio de categorias fundamentadas por ele como biopolítica¹⁷, governamentalidade¹⁸. Com relação ainda aos estudos referentes à História do currículo, esta pesquisa forneceu subsídios acerca da sua visão como ordenamentos que disseminam discursos ideológicos e normalizam relações de poder. Em uma comparação com o que ocorre em Anápolis-GO, a formação de professores, o financiamento de campanhas para a uniformização das "crianças pobres"¹⁹ e distribuição de sopas, a disseminação de um discurso assistencialista, era perceptível.

Nos trilhos do trabalho, encontrou-se a influência do higienismo na formação curricular da escolarização alagoana por meio dos documentos que normatizaram as instituições de ensino primário e de magistério, assim como em fotografias, poemas e obras de autores alagoanos, como Arthur Ramos e Graciliano Ramos. Todos estes conceitos foram constatado nos estudos realizados e registrados nesta dissertação e contribuíram para o amadurecimento do olhar lançado sobre o Projeto de nº 247 de 1948.

No ano de 2014, a pesquisadora, da Universidade Federal Fluminense, Alessandra Schueler, por meio da Revista de Educação Pública, divulgou a pesquisa intitulada *Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954)*:

Quadro 7 - Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954)

RESUMO

Partindo de uma análise dos projetos republicanos de educação escolar engendrados até meados da década de 1930 pelos governos fluminenses, no artigo discutimos o processo de expansão do ensino primário no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1930-1954, focalizando a demanda por grupos escolares no governo de Amaral Peixoto. A pesquisa está centrada nas ações governamentais, contando com um corpus documental composto por fontes oficiais. O trabalho corrobora a hipótese de que a expansão expressiva de escolas primárias nas décadas de 1940-1950 foi resultado de esforços

¹⁷ Implicação da vida biológica nos cálculos e nos mecanismos de poder. (GONDRA, 2006).

¹⁸ É o elo perdido entre os dois principais projetos de Foucault após Vigiar e punir: o primeiro é a genealogia do Estado moderno, e o segundo envolve questões éticas, uma genealogia do sujeito. (REVEL, 2005).

¹⁹ Termo utilizado nas fontes analisadas no cap. 4 para se referir as crianças filhas de trabalhadores das zonas rurais que atendiam os critérios para receber sopa e uniformes.

articulados envolvendo diferentes instâncias dos poderes públicos e as populações locais. Palavras-chave: Escolas Primárias. Grupos Escolares. História da Educação. Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: SCHUELER, 2014.

A pesquisa, corroborou com a hipótese desta tese de que houve um esforço das instâncias de poder para engendrar o engrenagem ideológica que daria movimento ao projeto de uma escola nacionalizadora, fenômenos que para a municipalidade de Anápolis-GO, são interpretados a luz da categoria historiográfica *município pedagógico*.

Cristiane Silva Mélo (2016), da Universidade Estadual de Maringá, produziu uma tese de doutorado intitulada *Condições, impasses e perspectivas do Ensino Primário brasileiro no processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 (1948 a 1961)*:

Quadro 8 - *Condições, impasses e perspectivas do Ensino Primário brasileiro no processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 (1948 a 1961)*

RESUMO
Este trabalho apresenta um estudo sobre as discussões e propostas de organização do ensino primário no Brasil no período de 1948 a 1961 no contexto de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/1961. A pesquisa, de caráter bibliográfico, desenvolveu-se numa perspectiva histórica, a partir do seguinte questionamento: “Quais as condições, impasses e perspectivas referentes à estruturação do sistema de ensino primário no Brasil, no período de tramitação da LDBEN 4.024, de 1948 a 1961?”. Para tanto, analisaram-se escritos, artigos, textos de conferências, gráficos, tabelas, relatórios e documentos, fontes principais da pesquisa, publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) no período de 1948 a 1961. Este periódico, nesse período abordado, colaborou para a divulgação de estudos acerca da LDBEN, na exposição de ideias e opiniões de intelectuais sobre as finalidades e propostas da lei, de maneira a contribuir para o conhecimento, por parte dos professores e gestores da educação, da trajetória da LDBEN e da situação da organização dos diferentes níveis de ensino no país, com destaque aos debates e às expectativas atribuídas à nova legislação de ensino, vista como um instrumento a superar dificuldades encontradas no campo da educação nacional e inspirar reformas no ensino no país. Além dessas fontes primárias, realizaram-se leituras de Atas da Câmara dos Deputados, de Diário do Congresso Nacional e de artigos publicados na Revista de Cultura Vozes (Revista Vozes), a fim de compreender as diferentes perspectivas de projetos na conjuntura dos debates em torno da elaboração da LDBEN. No período de 1948 a 1961, diversas análises acerca do ensino primário brasileiro atrelaram-se às discussões sobre a democratização e a universalização do ensino público, bem como as proposições voltadas à constituição da lei de diretrizes e bases da educação nacional. Os impasses no campo educacional se refletiam no teor de polêmicos debates: ora se intensificou a questão descentralização versus centralização do ensino, ora a questão ensino público versus ensino privado, repercutindo na inferência de proposta de municipalização do ensino primário e liberdade de ensino no contexto da educação primária. Sugestões como ampliação do número de prédios escolares e promoção automática, no ensino primário, foram anunciadas por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com vistas a diminuir as taxas de repetência, evasão escolar e analfabetismo no país. Dessa forma, no período de 1948 a 1961, em que a LDBN esteve em discussão e elaboração, houve significativa movimentação em torno da análise do ensino de caráter elementar, pela perspectiva crítica, que almejava e propunha mudanças para a expansão, qualidade e melhoria desse nível de ensino, a ser a base para a constituição de um sistema de ensino democrático no país, sendo isso identificado nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Os intelectuais católicos, por sua vez, defensores da liberdade de ensino, destacaram que viam na educação primária importância primordial, indispensável na

formação do caráter, da moral e da inteligência, necessários à vida em sociedade. Dessa forma, o ensino primário foi referenciado pelos dois principais grupos à frente dos debates sobre a LDBEN no período: os defensores da escola pública e os apoiadores da iniciativa privada. As discussões e os debates sobre a educação e o ensino primário, ressaltados em meio à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atrelaram-se a um ideário de projeto modernizador da sociedade brasileira, tendo sido a educação e o ensino elementar considerados indispensáveis para o desenvolvimento econômico, político, cultural e social do país em meio à conjuntura de redemocratização e nacional desenvolvimentista.

Fonte: MELÓ, 2016.

Analisando atas da Câmara dos Deputados, Diário do Congresso Nacional e de artigos publicados na Revista cultura Vozes (Revista vozes), a fim de compreender as diferentes perspectivas de projetos na conjuntura dos debates em torno da elaboração da LDBEN. Esta obra, de grande relevância para a historiografia da História da Educação brasileira, analisou também artigos e fontes da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). O tratamento empregado as fontes, a sua abordagem em uma perspectiva crítica e o resultado da pesquisa, a saber que as discussões e os debates sobre a educação e o ensino primário, apontaram para um atrelamento das discussões ulteriores a LDBEN de 1961 ao projeto modernizador da sociedade brasileira, e que o ensino primário, fora indispensável para o desenvolvimento econômico, político, cultural e social do país em meio à conjuntura de redemocratização e nacional desenvolvimentista. (MELÓ, 2016).

Isto posto, ao passo da hipótese que defende-se neste pesquisa de tese acerca da Escola Primária nacional em Anápolis-GO e sua expansão ideológica, permitiu uma análise mais aprofundada sobre os conflitos sociais e políticos que repercutiram no contexto sócio-histórico da municipalidade de Anápolis, em Goiás, indica também que a hipótese levantada inicialmente, de que as transformações econômicas, em consonância com a conjuntura de redemocratização e o projeto de modernização da sociedade brasileira, contribuíram para o favorecimento da expansão ideológica da escola primária nacional na cidade, contemplando, dessa forma, o discurso da autora sobre os aspectos ideológicos do ensino primário brasileiro e contrapondo as suas propostas para a universalização e democratização das condições de acesso ao ensino primário.

Os pesquisadores Delton Aparecido Felipe, Fabiane Freira França e Lilian Alves Pereira, 2012, são autores de um artigo que, mesmo se tratando aqui de uma tese, merece atenção, dado o seu teor crítico e análise acurada da inserção ideológica do projeto de escola que atendesse as transformações políticas, no Brasil. Intitulado *Origem da Escola Pública Brasileira: a formação do novo homem:*

Quadro 9 - Origem da Escola Pública Brasileira: a formação do novo homem

RESUMO

O presente texto tem por objetivo apresentar um panorama histórico sobre a origem da escola pública e seu projeto de formação do novo homem para a modernidade. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a origem da escola pública na Europa, quais as concepções de educação que perpassaram a sua história no decorrer do final do século XIX e início do século XX, e como essas concepções influenciaram o pensar a escola pública no Brasil. Considerando que a história da escola pública tem uma estreita relação com os interesses políticos postos na sociedade, nos perguntamos: Quais os interesses sociais que estão envolvidos neste processo? Nas bibliografias analisadas percebemos que a partir do século XIX a organização das instituições públicas de ensino promoveu a transmissão da ideologia da sociedade burguesa, essa ideologia pode ser observada nos conteúdos escolares, que visavam o aprimoramento do trabalhador. No Brasil, a organização das instituições públicas mostrou-se ligada a cópia de métodos de países europeus sempre valorizando os pressupostos burgueses. Concluímos que escola pública idealizada para o povo no século XIX não contemplou a todos, o ensino nesse período não proporcionou igualdade, obrigatoriedade e gratuidade, princípios esses que serão perseguidos ao longo do século XX.

Fonte: PEREIRA, L. A.; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. 2012.

A sociedade burguesa que se revelava com a instauração da República, buscou na escolarização da população, por meio da educação pública, consolida-se e resguardar privilégios, notadamente o mesmo movimento ocorre na escola primária anapolina.

As obras que foram base para este estudo, indicam que a escola primária, não recebeu em nenhuma das pesquisas a terminologia de *Escola Primária Nacional*, mesmo cada uma das pesquisas verticalizando discussões acerca dos objetivos e fundamentos que a caracterizavam.

O que se pôde observar, em relação a essas pesquisas, é que, em quase todas, tem-se, em comum, o universo da escola primária no limiar do século XIX e início do século XX, ademais, uma investigação acerca da expansão da ideologia da mesma, sem as quais, o presente trabalho não alcançaria o amadurecimento necessário.

1.1 A História Cultural

As dimensionalidades de uma operação historiográfica, a partir do surgimento da Escola dos Annales (1924), são inúmeras e permitem, ao ofício do historiador, a diversidade de fontes que, em geral, são objetos indispensáveis ao seu trabalho. (BURKER, 2008).

Portanto, marcado por pretensões desafiadoras e direcionando as perguntas de pesquisas iniciais para investigar os indícios e vestígios da escola primária nacional brasileira e Anapolina, deparou-se com um *município pedagógico*²⁰, competindo na cisão entre o estado e o governo

²⁰ Categoria historiográfica utilizada para a análise das fontes do acervo histórico do Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC) que, acontece no capítulo 4. Esta categoria propõe repensar a história da instrução pública a partir das articulações locais, tomando como

federal, nas pautas educacionais da escola primária, tanto com os assuntos urbanos e progressistas, quanto com os rurais e os agrários, todos condensados no ideário ideológico dito 'republicano' que se almejava aplicar a educação, a fim de explicar o imaginário republicano, Carvalho (2003) ressalta que :

A escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso. Na sociedade excludente que se estruturou nas malhas da opção imigrantista nos fins do século XIX e início do século XX, a escola foi, entretanto, facultada a poucos. Nos anos 20 na avaliação da República instituída, feita por intelectuais que se propõe a pensar o Brasil, a política republicana é acusada de ter relegado ao abandono milhões de analfabetos de letra e de ofícios, toda uma massa popular, núcleo da nacionalidade. Esta legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio ao progresso ao impor sua presença incomoda no cotidiano das cidades. A escola foi, em consequência, refirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do progresso, na nova ordem que se estruturava (CARVALHO, 2003, p. 11).

Dessa forma, concebeu-se a História Cultural no movimento das relações socioculturais, na diversidade dos saberes humanos, nos variados modos de sentir, nas peculiaridades da dor na história e nas mais distintas possibilidades de se conhecer o homem e a mulher, nas suas materialidades, mentalidades, representações e significados, culturas populares, culturas de elite, com especificidades próprias deste campo historiográfico, assim concebe-se para este trabalho, a nova ordem quer se instaurava, enquanto ideologia. (BURKER, 2008).

Pesavento (2003) trouxe a seguinte reflexão no tocante à diversidade presente no campo da História Cultural:

[...] é preciso percorrer um caminho interrompido, aparentemente desconexo, e, sobretudo perigoso, pois é sempre possível esquecer algumas ideias e seus autores, na busca dessas pistas que desembocaram na História Cultural. Temos consciência de que o que se chama hoje de História Cultural, envolve historiadores com posturas bem diferentes [...]. Entendemos que, de uma forma geral, todos trabalham com a mesma ideia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas práticas. (2003, p. 16- 17).

referência os municípios e suas ações junto ao estado e governo federal. Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015).

É a partir desse entendimento, das particularidades da vida do homem, que a História Cultural se consolida enquanto campo historiográfico, apresentando suas categorias, sua representação, seu imaginário, ideologia. Ou seja, isso não é um quadro epistemológico homogêneo, e por definição não deveria ser, uma vez que é a partir da utilização de outras Ciências, outras possibilidades de fonte, que esta corrente de estudo vai se apresentando. (BURKER, 2008)

Ao se pensar na vida privada do homem simples, carregada de expressões peculiares, para a história, esse pensamento representa uma mudança no que tange a novos objetos, abordagens, sobretudo uma abordagem interdisciplinar, dialogando com outras ciências como a antropologia, a psicologia, a linguística, a arqueologia, a economia, a sociologia, dentre outras, reconfigurando a operação historiográfica. O historiador, porém, reconhece que essa busca pela reconstrução do passado não tem a pretensão de se chegar ao real, até pela impossibilidade de separar o que é real do imaginário. (BURKER, 2008).

Pesavento (2003, p.16) sobre as especificidades dessa nova história diz que:

A presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão. Pode-se mesmo aventar que a História tenha sido uma das últimas ciências humanas a enfrentar essa revisão de pressupostos explicativos da realidade. Mas, quando realizou esta tarefa, produziu mais alarde e contestação.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a questão epistemológica da história cultural está centrada no conceito de cultura enquanto objeto de investigação, pautada nas representações construídas sobre o mundo, geradoras de condutas e caberia a ela resgatar estas representações, construindo uma representação sobre o que já foi representado. (BURKER, 2008)

Outra categoria é a do imaginário, que contempla as crenças, os mitos, as ideologias, os valores, construindo identidades e exclusões, hierarquizando, dividindo, apontando semelhanças e diferenças sociais, organizando o mundo, produzindo a coesão ou o conflito (PESAVENTO, 2003). O ufanismo presente nas diretrizes dos documentos analisados é perceptível, estes são construídos a partir dos valores, da identidade do homem patriótico, cívico e moral, no bojo do discurso ideológico.

Vale ressaltar que, mesmo parecendo um campo de debate coeso, não o é, uma vez que a composição desta escola comporta historiadores de posturas diferentes, com abordagens

diferenciadas, mas sempre procurando compreender o modo como, em diferentes lugares, e situações, momentos, uma realidade social é construída, pensada e lida.

Nesse pensamento, Chartier (1990) diz que:

[...] pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse. (1990, p.34).

Portanto, trata-se de buscar um passado, através dos traços que foram deixados e dos vestígios não apagados. Nesse sentido, torna-se importante entender o trabalho com as fontes, que são meios para que esses indícios e elementos do passado sejam localizados.

Com apoio em Le Goff compreende-se que:

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1990, p.535).

Não obstante, cabe ao historiador fazer a crítica do documento enquanto monumento, analisando suas condições de produção, indo além dos documentos, avançando na busca de relações, intenções e condições contextuais. A história é uma representação que traz aquilo que está ausente, ou seja, o passado, em uma compreensão de que o passado é construção constante feita no presente e permite afirmar que a história não está dada, que não está pronta e acabada.

Lopes e Galvão (2001, p.79) apontam que “[...] história será sempre um ‘conhecimento mutilado’, pois só conta aquilo que foi possível saber a respeito do que se quer saber. O passado, nunca é demais repetir, é uma realidade inapreensível”. Desse modo, o ofício do historiador, é problematizar as fontes, extrair o que ela indicia, contextualizando e revelando as contradições.

Assim, ao pesquisar com o objeto da cultura, direcionado à educação, faz-se necessário entender que, na perspectiva da História Cultural, esta não toma o contexto histórico num primeiro momento, mas seleciona o objeto, tornando-se assim, significativo, conhecer todas as fontes relativas ao objeto em apreciação para, posteriormente, problematizá-lo, buscando vestígios do conflito. As diretrizes dos documentos em apreciação tornaram-se possíveis de contextualização porquê o olhar fora disciplinado a partir desta concepção.

Cabe ressaltar, como afirma Lopes e Galvão (2001), que o alargamento e a diversificação das fontes e do objeto promovem uma maior chance de se produzir no campo da

historiografia educacional brasileira, sem o objetivo de trazer um debate sobre as várias posturas teóricas dentro do campo da História Cultural, mas tentando apresentar as contribuições de alguns dos autores trabalhados na disciplina.

Jacques Le Goff afirma que tudo é documento, porém, este se trata de:

Montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz, devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1990, p.547-548)

Essa concepção de documento, ampliada para tudo que se têm vestígios do homem, a própria maneira de produção desses vestígios, a compreensão de que a operação historiográfica não deverá ser ingênua e que o historiador, enquanto sujeito histórico do seu tempo, precisa estar atento ao contexto de produção do seu objeto, é um dos passos primordiais para o trabalho com fontes.

Saviani, também, contribui para ressaltar a importância do trabalho com fontes ao separá-las em três aspectos:

No primeiro caso se encontram todas as fontes que encontramos nos variados tipos de acervos sob as mais diferentes formas. São documentos, vestígios, indícios que foram se acumulando ou foram sendo guardados [...]. No segundo caso se situa o nosso empenho em preservar os materiais de que nos servimos, seja como educadores, seja como pesquisadores, tendo em vista sua possível importância para estudos futuros [...]. No terceiro caso estão os registros que efetuamos quando recorremos, por exemplo, a testemunhos orais, cujo registro efetuamos para neles nos apoiarmos em nossa investigação. (SAVIANI, 2006, p.30),

Lopes e Galvão (2001) vão dizer que a história é feita a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas de “revolução documental” e foi a partir desse entendimento da História Cultural e das fontes que se buscou analisar o que as fontes relativas ao ensino primário em Anápolis-GO, nas décadas de 1940 e 1950, apresentam.

Após as elucidações apresentadas, no próximo capítulo serão analisadas as primeiras conferências relativas à educação pública primária e o periódico A Revista Primária.

CAPÍTULO 2 - NACIONALIZAÇÃO, CIVISMO E PATRIOTISMO DA ESCOLA PRIMÁRIA: ASPECTOS IDEOLÓGICOS

*"É caso de vida ou de morte para nossa
nacionalidade cuidar do ensino do povo"*

(JOVIANO, 1920, p.157).

O capítulo 2 emprega análise aos Discursos das principais Conferências para Educação do início do século XX, para tal empreitada encontra nas categorias hobsbawmianas do nacionalismo e nacionalização, aporte teórico. A terminologia nacionalismo e nacionalização é concebida aqui a partir da concepção de Hobsbawm (1990, p. 17 - 18), ou seja, o termo nacionalismo significando fundamentalmente um princípio que sustenta a unidade política e nacional, congruentes em seus objetivos. A organização política que abrange e representa a nação. Nesse sentido, este capítulo procurou elucidar a partir das diretrizes das fontes, o sentimento nacionalista característico da primeira metade do século XX no Brasil e sua presença ideológica na escola primária, esta que era o espaço de forja do homem patriótico, que tem amor exacerbado pela nação.

2.1 O NACIONALISMO E A NACIONALIZAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: PRINCIPAIS FATORES DE CONSTITUIÇÃO E IDEOLOGIAS

A "Escola Primária Nacional" é a materialização do discurso e de ações político-educacionais e pedagógicas, empreendida por meio de um esforço conjunto, mas não harmonioso, do Estado brasileiro, Órgãos representantes da Educação brasileira e movimentos ideológicos da Primeira metade do Século XX, visando a consolidação de um projeto de escola primária com as seguintes características²¹:

- 1) as escolas de ensino primário terão sempre caráter nacional;
- 2) seus **objetivos**, a sua **organização** e o seu **funcionamento** equivalem a:
 - a) levar os alunos a falarem e a escreverem correntemente o idioma

²¹ Para facilitar o acesso segue link ao documento:
<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me001590.pdf>

nacional; b) desenvolver nesses discentes o sentimento cívico e o espírito de brasilidade (patriótico), integrando-os na unidade, e na comunhão nacional; adotar os padrões ou tipos de ensino consignados na Lei Federal; c) ministrar o ensino por professor brasileiro, habilitado em escola nacional, e sua direção estiver entregue a brasileiro nato, nas mesmas condições; e) satisfazer, em seus programas, o mínimo fixado, pelas autoridades federais, no que diga ao ensino da linguagem, da geografia e da história pátria; f) ministrar o ensino exclusivamente em língua nacional; g) quando, por meio de instituições concorra para incentivar, no meio social ambiente, o amor ao País, às suas instituições e às suas tradições. (ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, p. 59, 1946)

Desse modo, para compreender o processo constitutivo desta Escola Primária Nacional sustentada e defendida por meio do sentimento nacionalista da primeira metade do Século XX, esse culto ao Estado nacional, a exacerbação do sentimento de pertença, foram selecionados e analisados, neste capítulo, alguns documentos e trabalhos essenciais para tal compreensão.

Esses não foram escolhidos aleatoriamente, mas com base em bibliografias e documentos pesquisados em acervos eletrônicos, como da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional²² e indicações feitas no processo de orientação, pois fortificam a tese de que o acentuado sentimento nacionalista cultivado e articulado foi forjado por políticos, sociedade civil e órgãos representantes da educação nacional, estadual e municipal, que em conjunto, favoreceram o projeto de nacionalização da escola primária e sua expansão ideológica na municipalidade de Anápolis-GO.

2.1.1 A Escola Primária – A Revista

O primeiro documento analisado tratou-se da revista *A Escola Primária*, criada em 1916. Com o intuito de compreendê-lo, foram feitas buscas no acervo de teses e dissertações da CAPES e na plataforma *google*, buscando material que tratasse dessa revista.

Assim, encontrou-se o seguinte artigo, capítulo de uma tese de doutorado, datada de 2020: *As escolas primárias e o centenário da Independência brasileira: narrativas escolares em disputa*²³, dos pesquisadores Patrícia Coelho da Costa e Jefferson da Costa Soares, da PUC-Rio, cuja centralidade era um estudo acerca do uso deste periódico pelos inspetores de ensino, agentes do Estado, professores de história em duas frentes, as disputas historiográficas e a dimensão pedagógica, visando a formação da identidade nacional do homem brasileiro.

²² Disponível em: <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em 8 jan. 2021.

²³ COSTA, P; SOARES, J. C. O centenário da independência brasileira em nossas escolas primárias: narrativas históricas escolares em disputa, 2020. Revista Brasileira de História da Educação. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e130>.

Notou-se que a criação de "A Escola Primária", pelos inspetores de ensino do Distrito Federal, teve como objetivo servir como um veículo de formação para os professores, que, no mesmo movimento francês, são os guardiões dos fragmentos do passado que dão sentido nacional a determinado povo. (COSTA, P et al 2020)

Na pesquisa, *Escolas primárias e o centenário da Independência brasileira: narrativas escolares em disputa*, de Patrícia Coelho da Costa e Jefferson da Costa Soares, o autor do livro *A identidade nacional, um enigma*, Detienne (2013) é citado com a seguinte afirmação que:

No século XIX, os franceses por meio de escolhas historiográficas buscaram construir traços de singularidade capazes de edificar o sentimento de pátria entre o povo francês. Neste contexto, os professores primários ganharam relevância à medida que lhes cabia a narrativa dos fatos, a escolha dos sujeitos e o desenvolvimento dos métodos que iriam fortalecer o culto à pátria e construir a consciência do nacional. (DETIENNE, 2013, apud Costa, P et al 2020, p. 27)

Em um trecho da revista "A Escola Primária", transcrito no artigo "O centenário da Independência" (2020), dito por Ignácio Azevedo do Amaral, um de seus editores, tem-se o seguinte trecho:

Precisamos de facto – como temos insistido – definirmos nossos objetivos como nacionalidade consciente dos seus destinos, precisamos preparar o futuro traçando a estrada que as novas gerações deverão partilhar, precisamos afirmar as ideias capitais em que há de se formar a mentalidade do nosso povo, para que ele adquira a capacidade de solucionar os grandes problemas nacionais, de modo a assegurar-lhe o bem-estar e o progresso, precisamos enfim lançar as bases da nossa política de instrução, a começar pelo ensino primário, escolhendo os moldes em que deve ser educada nossa gente (AMARAL, 1921 apud COSTA; SOARES, 2020).

Neste sentido, na revista "A Escola Primária", em 1922, com a comemoração dos cem anos da independência do Brasil, apresentou a ação política, na utilização da escola primária, um meio de se inculcar, na sociedade, uma identidade nacional por meio da disciplina de História, pois temas como o civismo e o patriotismo eram pautas obrigatórias e possuíam uma coluna fixa e semanal e a revista do Ensino Primário fora distribuída a todas as escolas semanalmente com os seguintes temas, como pode ser observado por Oliveira (2018):

[...] reformas de ensino, higiene escolar, métodos renovados de ensino, orientações sobre o ensino de diversas disciplinas e discussões sobre o ensino profissional nas escolas primárias. Além de transcrição de discursos de Getúlio Vargas e diretores da Instrução Pública, a revista também foi palco de lutas e reivindicações voltadas para a construção de prédios escolares,

renovação curricular, direitos para a classe de professores e ensino religioso nas escolas. (OLIVEIRA, 2018, p.3)

Essas pautas obrigatórias tinham conteúdo ideológico, como o canto orfeônico e as disciplinas voltadas para o civismo e o patriotismo, como pode ser observado no quadro quatro:

Quadro 10 - *Currículo do Ensino Primário Elementar, Complementar e Supletivo - (Decreto-Lei Nacional nº 8.529/1946)*

Primário Elementar	Primário Complementar	Primário Supletivo
4 ANOS	1 ANO	2 ANOS
Leitura, linguagem oral e escrita	Leitura e Linguagem oral e escrita	Leitura Oral e escrita
Iniciação à Matemática	Aritmética e Geometria	Aritmética e geometria
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	***
Educação Física	Educação Física	***
Desenho e Trabalhos Manuais	Desenho	Desenho
***	Noções de economia doméstica e puericultura, exclusivo para o sexo feminino	Noções de economia doméstica e puericultura, exclusivo para o sexo feminino
Geografia e História do Brasil	***	Geografia e História do Brasil
***	Ciências Naturais e Higiene	Ciências naturais e higiene
***	Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região	***
Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho;	***	***
***	Geografia e História do Brasil, e noções de Geografia geral e História da América.	***
***	***	Noções de Direito usual (Legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar)

Fonte: RIBEIRO, 2019, p. 31.

Com a exaltação dos heróis nacionais, vultos políticos e com a finalidade de amansamento da coletividade, o canto orfeônico presente no currículo da escola primária nacional até a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (1961).

Em outro trecho da revista, transcrito por Oliveira, são apresentadas algumas questões importantes para a época e que se relacionam com o estudo desta tese:

As questões são muitas, e em alguns casos aparecem intrinsecamente ligadas; algumas delas emergem por ocasião das preocupações com o centenário da independência: o analfabetismo, as estatísticas escolares, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, a medicina e a higiene, a construção de heróis nacionais, a infiltração comunista, as escolas estrangeiras, os discursos da nacionalização e a unificação do ensino primário, dentre outras (PEIXOTO, 1916 *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 3)

Sobre a revista, Peixoto (1916) afirma

Fica evidente no discurso dos colaboradores da revista o movimento da intelectualidade do Brasil civilizado aos moldes europeus, e a circulação de ideias inspiradas nos países considerados mais desenvolvidos. Determinadas seções da revista funcionaram como capacitação em serviço para o professor primário, fornecendo-lhe subsídios didático pedagógicos para atuar em sala de aula, visto que a formação inicial não preparava plenamente para as transformações sociais em curso, e nem todos os professores tinham sequer a formação inicial, como por exemplo os professores adjuntos, que aprendiam na prática. Um panorama pelas seções da revista ao longo dos 22 anos em que foi editada, remete aos principais entraves e desafios impostos ao ensino público primário, que permitem traçar sua conturbada história (PEIXOTO, 1916 *apud* OLIVEIRA, 2018, p.3).

Oliveira (2018), ao transcrever as palavras do editor do primeiro volume da revista, contribuiu para o avanço deste estudo, uma vez que os elementos transcritos, como a citação acima e outras no decorrer deste texto, corroboraram com a ideia sobre o nacionalismo, o patriotismo e a nacionalização²⁴ presentes nesta pesquisa, pois ao se ter contato com a revista “A Escola Primária, suscitou-se o seguinte questionamento: será que ela, a revista, revela algo sobre o nacionalismo e a nacionalização da escola primária no Brasil?

Outro trabalho que levantou a mesma perquirição, foi a tese de Maria da Gama Leite de Oliveira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulada "A formação do professor através da revista a Escola Primária (Distrito Federal, 1916 – 1938), com a finalidade

²⁴ Nacionalismo e nacionalização seguem a concepção de Eric Hobsbawm (1990, p. 17 - 18), a saber significando fundamentalmente um princípio que sustenta a unidade política e nacional, congruentes em seus objetivos. A organização política que abrange e representa a nação, o modo de vida e valores ideológicos de grupos e sociedades históricas, em constante transformações.

de analisar como os médicos e os inspetores formavam os professores primários por meio deste periódico.

O que se percebeu, até aqui, é que ambas as pesquisas tiveram como ponto de partida esta fonte, sendo fundamentais para que se iniciasse um elevado trabalho de leitura da própria revista na Hemeroteca Nacional. Com o advento da República e a missão atribuída ao professor primário de nutrir ideais patrióticos, cívico e moral, esta revista tornou-se uma ferramenta indispensável na propagação ideológica.

2.1.2 Conferências Nacionais de Educação para a década de vinte

Outra fonte citada está na obra *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*²⁵, da Profa. Dra. Marta Maria Chagas de Carvalho²⁶, que traz no seu quinto e último capítulo, um *corpus* documental que envolve as cinco "Conferências Nacionais de Educação" durante a vigência da Associação Brasileira de Educação (ABE), são elas: a I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba na data de 20 a 27 de dezembro de 1927, esta teve como pauta central, tal qual afirma Carvalho (1998, p. 310) a 'Unidade Nacional' e o 'caráter cívico-nacionalista' da educação; a II Conferência Nacional de Educação, realizada em Belo Horizonte, de 4 a 11 de novembro de 1928, que de acordo com Carvalho (1998, p. 330) deliberou em plenário, mais do que a centralização da educação, definiu a 'educação moral' como projeto da escola nacional; a III Conferência Nacional de Educação aconteceu no Estado de São Paulo na data de 30 de janeiro de 1929 e foi palco de uma acirrada luta em relação ao ensino secundário e o tempo para finalização do ensino primário, acerca deste debate Carvalho (1998) transcreve um trecho interessante da fala do delegado representante do Estado do Espírito Santo, o Drº Ubaldo Ramalhete:

[...] não me parece que a solução do problema do analfabetismo no Brasil deva ser realizada pela redução do curso primário. O que se deve fazer, não é ensinar pela rama a ler, escrever e contar. A missão da escola primária é muito mais elevada. Ela deve preparar o cidadão, pelo menos rudimentarmente ... isto só pode trazer prejuízos ao indivíduo e à sociedade, em vez de trazer-lhes benefícios. Sou por isso daqueles que pretendem a multiplicação de escolas primárias no país, nos moldes que expus rapidamente, e nas quais, além da instrução elementar que deve ser

²⁵ Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000719758>. Acesso em: 12 set. 2020.

²⁶ Coordenadora do projeto de institucionalização do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (1991-1993). O seu Currículo *Lattes* está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6653898998670682>.

ministrada à criança, esta também aprenda noções de educação cívica, de modo a serem todos, filhos de brasileiros ou estrangeiros, transformados em bons cidadãos brasileiros, que conheçam a história da sua pátria, que a amem [...] .(RAMALHETE, apud CARVALHO, 1998, p. 361).

A fala do delegado de Educação do Espírito Santo ecoa o ufanismo latente das ações políticas de cunho nacionalista que foram localizados nas diretrizes dos documentos analisados no capítulo 4.

As plenárias destas Conferências foram palco de acirrados debates nacionalistas e com vista a fortificar a escola primária nacional em sua missão principal, criar por meio da ideologia nacionalista o homem certo para nação e, ainda atendessem o movimento industrial que marcava estas décadas. A IV Conferência aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, na data de 4 de dezembro de 1931, já no Governo Vargas e a V Conferência Nacional de Educação, Niterói/RJ no final do ano de 1932 e início 1933.

A autora, ao referir-se sobre a representação das Conferências Nacionais de Educação para a década de vinte, cita um trecho de uma reportagem destinada a ABE sobre essas conferências:

[...] festa ou certame a congregar altas autoridades e personalidades dotadas de notório saber e distinção social, prestigiados pelos poderes públicos constituídos que neles são também prestigiados. Certame luminoso voltado para o debate sobre ‘o grande problema da educação nacional’. Festa cívico-nacionalista cuja finalidade última e razão de ser eram a unidade a grandeza da Pátria por um ensino bem orientado (CARVALHO, 1998, p. 308).

A citação acima trouxe o que de fato acontecia naquela década: a propagação do sentimento nacionalista atrelado ao discurso de uma educação bem orientada para atender a nação, por meio de um comportamento pátrio e cívico. Assim, percebeu-se que a escola primária tinha um papel singular para esse projeto de nacionalização do povo brasileiro, nos moldes nacionais e na fôrma cívica, com a finalidade de moldar as mentes para o controle político.

Para tanto, Carvalho (1998) analisou inquéritos, discursos, pareceres e relatos das cinco Conferências Nacionais de Educação e, em relação à primeira, ela transcreveu um trecho que corrobora com o sentimento nacionalista presente nestes encontros, "a solenidade, que tão grande entusiasmo patriótico despertou no coração dos que tiveram a ventura de assistir a esta festa" (CARVALHO, 1998, p. 307). A educação cívica, além de preparar o homem para atender

com sua mente e alma as exigências de um Estado nação capitalista que se instaurava, alineava o homem da sua consciência.

Sendo assim, foi a partir dessas fontes utilizadas pela autora em sua obra, desse mote documental inestimável para História da Educação, que se iniciou uma outra busca na Hemeroteca Nacional, para localizar as conferências específicas e exclusivas à escola primária.

Neste universo ideológico, outros documentos apresentaram diretrizes que corroboram com o movimento que acontecera em Anápolis-GO, no tocante a expansão ideológica da escola primária nacional.

2.1.3 Os Anais do Ensino Primário na década de 1920

Outros documentos foram selecionados por sintetizarem o movimento de nacionalismo e nacionalização da escola primária que, nas décadas de 1920, estava localizado nas capitais do Brasil, a saber: "Annaes da Conferência Interestadual de Ensino Primário" que foi realizada no Rio de Janeiro em 1922" e os "Annaes da Conferência de Ensino Primário e seus Discursos", que aconteceu no Estado de Santa Catarina em 1927", visto que as discussões transcritas nestes anais exprimem o ideário nacionalista e as atribuições pedagógicas que se atribuía à educação primária. Ou seja, eles contribuem enquanto prenúncio inicial na construção da tese de que os discursos e as ações políticas nacionalistas, empreendidas nas primeiras décadas do século XX, repercutiram na implementação de uma escola primária nacional, cívica e patriótica no município de Anápolis-GO. É, salutar destacar que, é por estes caminhos que a base de regimes autoritários vai sendo construída, no bojo das ações ideológicas.

O discurso institucional das autoridades políticas, intelectuais e de representantes de órgãos educacionais, presentes nos anais das conferências e nos documentos analisados no capítulo 4, representam o desejo e também as determinações oficiais que seriam nortes para a implantação e a expansão ideológica da "Escola Primária Nacional" em território brasileiro, pois atribuía à escola primária o dever de inculcar nos filhos da nação o sentimento nacionalista, patriótico, cívico e moral.

No discurso de abertura da Conferência Estadual de Ensino Primário de 1927, o Deputado Estadual Cid Campos, representando o poder público, iniciou sua fala indicando qual a finalidade da educação primária ao dizer que:

Desbravar intteligencias incultas, incutir-lhes dia a dia e cada vez mais anciã curiosa de desvendar um mundo infinito de novas descobertas, guiando-as, burilando-as, aformosando-as eis a vossa immensa, a vossa grandiosa

finalidade patriótica. [...] onde à luz de vosso saber de vossa experiência e de vosso accentrado amô pátrio. (sic) (S/A, 1927, p. 11).

Seu discurso, ainda, trouxe outras afirmações que demonstram o patriotismo que estava latente com o final da Primeira Grande Guerra (1914 - 1918), somado aos interesses do Estado de tornar a escola primária um espaço para a nacionalização que demandava o projeto educacional republicano e o grupo no poder daquele momento.

Convicto dessa verdade, escreveu em sua brilhante Propaganda de Governo: cabe ao mestre escola um papel importantíssimo na estruturação mental da nacionalidade não são raros os exemplos de profundas transformações na organização política dos povos [...] a História, a vida das grandes nacionalidades, alicerçam o surto de seu progresso aprimorando e difundindo o estudo primário (S/A, 1927, p. 12).

A fala do deputado aos conferencistas, citada acima, era dirigida, nesse trecho, ao Governador do Estado de Santa Catarina da época, o Srº Adolfo Konder (1926-1930). Ela apontava o alinhamento do poder público e não, apenas, do Estado de Santa Catarina, pois a conferência recebia autoridades de todo território nacional, que traziam as finalidades que se atribuíam à escola primária. A partir desta fala, onde o próprio Deputado cita a História, é salutar pensar acerca da constituição de uma nacionalidade, de uma nação, numa perspectiva da própria Ciência mencionada.

2.1.4 História: uma Ciência das ações humanas no tempo

Ora, a História, ciência das ações humanas no tempo, no conjunto dos seus estudos culturais, acerca da composição da identidade nacional de um povo em determinado tempo histórico, conduz ao seguinte questionamento: o que somos juntos e o que os outros não são?

"Nossa gente", "nosso povo", "conscientes dos seus destinos", "nossa política de instrução", são expressões que conduzem aos lugares da identidade e também memória. Pollak (2001)

aborda a ideia de que para se construir a identidade-memória são necessários, primeiramente, "acontecimentos vividos pessoalmente" e, em segundo lugar, aqueles que ele chama de "vividos por tabela". Esses acontecimentos são aqueles em que o indivíduo não estava necessariamente envolvido, no entanto, dentro da sua imaginação, o evento tomou proporções que dificilmente ele sabe clarificar se participou ou não. Os lugares de identidade/memória são, portanto, essenciais ao enquadramento de uma memória oficial e da construção da identidade de uma nação.

Ainda, de acordo com Koselleck (2002, p. 304-305), “diferentes grupos sociais e políticos fazem uso de memoriais para preservarem, de forma segura, a sua própria tradição particular.” Nesse sentido, percebeu-se que a representação nos lugares de memória, além de poder alterar-se e ressignificar-se pela sociedade através do tempo, pode ser apropriada e construída pelas entidades oficiais de maneira a produzir uma identidade nacional, de pertença a determinada comunidade, coletividade.

Nessa perspectiva, segundo Claval (2001) as sociedades, formadas por códigos, são construções culturais e possuem divisões hierárquicas, ligadas por complexas redes de relações coesas, onde os indivíduos, por meio do sentimento de pertença, são solidários a um grupo, a uma certa comunidade, estabelecendo as unidades sociais e confianças mútuas. Nas palavras do próprio autor, "a comunidade serve de modelo [...] a toda uma série de unidades sociais e culturais: um pequeno grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua [...] e uma base territorial [...]" (CLAVAL, 2001, p. 114).

Neste mesmo segmento, o pesquisador francês Pierre Nora, pensando sobre a construção da identidade da França, assevera:

O espaço onde a memória se representa só existe a partir de uma intenção específica, investida de simbolismos, significados e significações. Logo, a representação da memória reside, antes de tudo, na vontade de memória. Ou seja, a memória se materializa e se preserva para que o indivíduo e o(s) grupo(s) entrem em contato com esses símbolos e ritos de modo a aflorar um sentimento de significação e integração com a coletividade (NORA, 1993, p. 43)

Não obstante, Fernando Catrogra (2001, p. 23), contribui ao afirmar que: “as ideias, valores e imagens fragmentam em diversos lugares de memórias, que só serão suscitadores de recordação quando lhes é atribuído um valor simbólico”. Assim, a nação é construída pelos seus membros e reconhecida por eles, e pela comunidade externa, a partir da identidade nacional.

Hobsbawm e Ranger, no livro "A invenção das tradições" de 1997, defendem que a construção da identidade envolve uma série de procedimentos, a que dão nome de "tradições inventadas", ou conjunto de práticas, normalmente reguladas de forma tácita ou abertas, eles afirmam:

[...] de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Os autores distinguem as invenções políticas, de natureza “oficial” (festas cívicas, heróis

nacionais, bandeiras e hinos) das invenções sociais, geradas por grupos sociais sem uma organização formal ou sem um objetivo político determinado (HOBSBAWM; RANGER 1997, p. 23).

Esse processo de “invenção” ou construção da identidade, abarca não somente uma, mas uma série de procedimentos essenciais para sua elaboração. Nisso, Thiesse (2000) vai dizer que:

Uma nação digna desse nome deve apresentar uma história que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade, representações oficiais – hino e bandeira – e identificações pitorescas – trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático. (THIESSE, 2000, p. 18)

Portanto, é relevante destacar que antes de surgir a nação, surge o nacionalismo.

2.1.5 Nacionalização do Ensino Primário

Avançando na empreitada sobre a construção da identidade nacional, enquanto categoria ontológica, e o processo que se deu no Brasil, com fulcro na escola primária, teve-se a queda de braço entre o governo federal e os estabelecimentos de escolas estrangeiras. Os Anais da I Conferência Interestadual de Ensino Primário tiveram uma seção fundamental para este debate, cujo título foi a "Nacionalização do ensino primário":

Pela conquista do pão e anseio da liberdade, os homens abandonam e o farão, não se sabe até quando, os paizes de seu berço, por enlevos e esperanças em terras extranhas. Do fluxo incessante das migrações, chocam-se dous interesses, idênticos no seu fundamento, mas antípodas nos objetivos que buscam. O paiz do emigrado diligencia, por não o perder, e, por compensar-se da sua ausência atira-se a influencia de conquistas. (sic) (SAMPAIO DORIA, 1922, p. 231).

A discussão apresentada acima diz respeito aos imigrantes que aportaram em território brasileiro na virada do Século XIX para o Século XX, criando suas colônias mais ao Sul, porém isso não era exclusivo desta região. Consequentemente, isso abria um novo campo de luta, em um cenário de intensa promoção do nacionalismo.

O texto, ainda, continua com acentuada aversão aos imigrantes ao dizer que

Organizam a espionagem e mantêm a machina da propaganda, inoculam o orgulho da superioridade da sua raça, no lar de cada família avivam a imagem da pátria deixada [...] subvencionam. Isto é um fato a olho visto. [...] O paiz em cuja entranhas se ramifica, este cancro da sua decadência e da sua morte, não terá, por desventura, o direito e o dever da reação? (sic) (SAMPAIO DORIA, 1922, p. 232)

Cabe ressaltar, dessa forma, outra fala que repercute o sentimento nacionalista, presente nos anais produzidos em uma conferência exclusiva da escola primária, e que está nos documentos sintetizados em um espaço para se discutir os rumos da escola primária.

Si no exercício normal da casa, esta o povo no dever-se de educar-se no sentimento da pátria, que vigor -a-de-ter então, quando soberanias estranhas actuam dentro de seu território, para dissolução integridade nacional, actuam contra a coesão da pátria? [...] dos instrumentos em uso pelas nações estrangeiras para o domínio sobre os espíritos, o mais eficaz é a escola [...] e na escola o que mais estrangeiriza é a língua e a história. (sic) (SAMPAIO DORIA, 1922, p. 232).

No parágrafo de origem do trecho acima, o pensamento é concluído com a seguinte afirmação “a defesa da pátria, nesta matéria, está em contrapor ao idioma e a história dos estrangeiros, o idioma nacional e a história nacional” (SAMPAIO DORIA, 1922, p. 232).

Foi nesse contexto de estranhamento do Governo Federal com "as massas estrangeiras", que o discurso ideológico ficou ainda mais acirrado, com o pedido para fechamento das escolas primárias estrangeiras, como pode ser observado:

Si a União e os Estados pudessem, bem seria ter o monopólio da educação primária. Si nos convencêssemos de que tanto fora necessário, não vacilaríamos em propor e nos bater pela proibiçã da escola primária estrangeira em propor e nos bater pela exclusividade da "escola primária nacional. Quando se trata de salvar o futuro da pátria, ninguém precisa perguntar até onde é preciso ir. Vae-se até onde se fôr, é a pátria que está em perigo. Um homem não regateia com o patriotismo. O patriotismo é a dignidade sua e dos seus, é a liberdade de todos. É a independência e império da justiça (SAMPAIO DORIA, 1922, p. 232).

Então, Carvalho (1998), diz que as Conferências pela educação da Primeira metade do século XX são de caráter "marcadamente nacionalista", visto que o trecho transcrito acima expõe as instâncias de debate da educação nacional, neste caso, os estrangeiros, as escolas primárias estrangeiras e a potencial sublevação à pátria, a segurança nacional. O problema não é manter a identidade nacional contra a identidade estrangeira, mas de se fechar em um nacionalismo autoritário e acrítico. Pois, preservar a língua materna é importante.

Sustentando todo esse discurso, tem-se a escola primária nacional, que se consolidava no campo discursivo e da representação, o grande cimento nacional. Assim surgiu a pergunta: qual o verdadeiro papel que deve caber à escola primária na formação do caráter nacional naquele momento em que estamos analisando?

Lourenço Filho (1997), um intelectual e político, que assumidamente defendia a nacionalização da escola primária, explicita sua bandeira clarificando o sentido que atribuía à nacionalização do ensino primário, não a limitando à necessidade de assimilação do imigrante, personagem não grato nos discursos nacionalistas ora apresentados:

Mas no caso particular da sociedade brasileira, compete à escola, ainda um papel de vulto. Ela deve ser, precisa ser, a homogeneizadora da vida nacional [...] Por isso, entendo que a escola precisa ser fundamentalmente nacionalizadora, integrando não só o estrangeiro, mas o próprio sertanejo, tanto ou mais desviado, por certos aspectos, do que o imigrante, em relação à vida contemporânea política e social (LOURENÇO FILHO, 1997, p. 245).

Político e servidor da Educação, Lourenço Filho, que estava à frente da Diretoria de Ensino do Ceará e era conferencista, passou a incorporar ao seu discurso o tema da “organização da cultura” como uma condição básica para a formação da nacionalidade, como pré-quesito para a organização da nação e o papel da escola primária nesse embate. Ele afirma que no Brasil “não há um meio social homogêneo, mas sociedades múltiplas, de variada organização e desenvolvimento, com exigências e possibilidades que lhe são peculiares” (LOURENÇO FILHO, 1997, p. 245), mostrando, dessa maneira, que a desejada uniformização do ensino primário não pode significar uma padronização rígida das escolas. Assim, “o trabalho educativo deve procurar exatamente disfarçar e amenizar pela cultura cívica, tanto quanto possível, esses choques de interesses restritos, fazendo compreender e amar os da comunhão nacional” (LOURENÇO FILHO, 1997, p. 246), caso se queira atingir a uniformidade na formação das crianças.

Nesse ínterim, Carvalho (1998), disserta sobre todo esse debate acerca da identidade nacional, do nacionalismo e da nacionalização da educação que reverberava nas primeiras três décadas da Primeira República:

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889 - 1930). Trata-se, na realidade, de uma busca de bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse a caricatura de si mesmo. Porque foi geral o desencanto com a obra de 1889 (CARVALHO, 1998, p. 32 - 33).

Ulterior à Primeira República, que nas palavras de Carvalho (1998) gerou desencanto, a construção da nacionalidade sempre teve carga ideológica quando se tratava de atribuir à educação essa competência, como afirmam Schwartzm, Bomeny e Costa (2000):

É difícil e o era muito mais naqueles tempos, perceber a carga ideológica da noção de que a educação deveria ser instrumento para construção da nacionalidade brasileira, até que consideremos o fato de que o Brasil é, em grande parte, um país de imigrantes. Nunca houve por partes das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade pluralista, que desse a cada nacionalidade aqui aportada e aos próprios habitantes primitivos do país as condições de manter e desenvolver sua própria identidade étnica e cultural. (SCHWARTZM, BOMENY E COSTA, 2000, p.90)

A forja de uma identidade nacional, alheia as várias identidades étnicas do próprio povo brasileiro e a forte aversão às escolas estrangeiras, tal qual afirmam Schwartzm, Bomeny e Costa (2000, p. 199), materializavam-se quando:

a educação moral e cívica nos anos 1930 foi objeto de regulamentação minuciosa, devendo ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino. A disciplina deveria ter uma: parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e virtudes; e uma parte prática, que incluiria desde o estudo da vida de 'grande homens de virtudes heróicas' até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos "a prática efetiva do bem. (SCHWARTZM, BOMENY E COSTA, 2000, p.90) .

Sobre o trecho acima as diretrizes dos documentos apresentam um alinhamento que consolidava o projeto de sociedade burguesa que se revelava. Nessa perspectiva destaca-se, ainda, que:

A escola é o primeiro reduto da defesa nacional; a menor falha no ensino, e o menor descuido do Professor podem comprometer, sem remédio, a segurança do destino do país [...] o Professor, quando professa, já não é um homem; a sua individualidade anula-se: ele é a Pátria, visível e palpável, racionando no seu cérebro e falando pela sua boca. A palavra que ele dá ao discípulo, é como hóstia, que, no templo, o sacerdote dá ao comungante. É a eucaristia cívica. Na lição há a transubstanciação do corpo, do sangue, da alma de toda a nacionalidade (BILAC *apud* BITTENCOURT, 2013, p. 49).

Os estudos realizados nos documentos do acervo histórico apontaram que o ufanismo das lideranças políticas Anapolinas, somado ao amor à pátria apregoado pelos professores, foram campo férteis para a expansão ideológica que se almejava com a escola primária nacional. O trecho acima, da fala de Bilac, assevera o teor marcadamente nacionalista. O atrelamento da língua ao sentimento de pertença foi o primeiro passo republicano para a

constituição da nacionalidade do povo brasileiro, com o advento da Primeira Grande Guerra, a escola primária tornou-se mais um instrumento utilizado:

O espírito dessas crianças brasileiras, formado em língua, nos costumes, nas tradições dos pais, só poderia render para a pátria de origem, constituindo um empecilho a coesão nacional. Mesmo na raça latina e assimilável como é a italiana, nota-se uma grande tendência para conservar a língua e os costumes, quando formando regulares aglomerações; nas colônias alemãs, então, a propensão conservadora é ainda muito maior, agravada pela diferença de língua e dos costumes. Em certas regiões do país a necessidade da Escola Nacional é bastante grande; abri-la é conquistar milhares de cidadãos para a pátria (CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO, 1927, p. 13).

Assim, o movimento de entusiasmo pela educação prefigura enquanto ação estatal para a implementação do projeto nacionalista e de nacionalização do ensino no país. Aos moldes positivistas, buscava-se a escolarização da nação, a construção de escolas e a alfabetização em série do país. Nagle (2000, p. 265) afirma que “o entusiasmo pela educação é uma resposta à desilusão sobre as virtudes do Estado republicano para educar a população”, assim, com esta visão, desenvolvia-se uma ideia de intervenção estatal, proporcionando a imagem de um novo papel do Estado que atinge os dispositivos constitucionais de 1891 no sentido da educação popular. Outro aspecto que caracterizava esse movimento era de que os problemas do país só poderiam ser resolvidos com a extensão da escola elementar ao povo.

Entretanto, esse projeto é abortado quando o primeiro presidente civil, Prudente de Morais é eleito, em 1894, cinco anos após o país se tornar República. Um dos motivos para que a educação popular fosse colocada para escanteio foi o fato de Morais representar os interesses dos cafeeiros latifundiários, que não tinham interesse na instrução popular da nação, pois qual a necessidade de aprender a ler, a escrever ou a realizar cálculos básicos se o importante era a lavoura de café, manter a organização piramidal do poder oligárquico. (FAUSTO, 1999).

Esse amortecimento, que marcou esses primeiros anos que se seguiram com Prudente de Morais²⁷ na presidência, estenderam-se até 1910, quando motivados pelo nacionalismo e o patriotismo, advindos com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os intelectuais surgiram no cenário nacional e trouxeram à tona uma discussão sobre a escolarização popular, pois o país se via em uma urbanização significativa e uma industrialização que pressionava os dirigentes políticos no sentido de oferecer uma educação para a população brasileira, assim,

²⁷ Prudente José de Morais Barros foi um advogado e político brasileiro. Foi presidente do estado de São Paulo, senador, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e terceiro presidente do Brasil, tendo sido o primeiro civil a assumir o cargo e o primeiro presidente por eleição direta.

impulsionando o movimento de entusiasmo pela educação, que perdurou até meados dos anos vinte do séc. XX, defendendo a alfabetização do maior número de pessoas possível, quando foi atropelado por outro movimento, conhecido na História da Educação como “otimismo pedagógico”. (FAUSTO, 1999).

O “otimismo pedagógico” caracterizava-se pela preocupação com o funcionamento 'eficiente' e com a qualidade dos sistemas de ensino ou dos movimentos educativos. Seus representantes se dedicavam aos problemas de administração do ensino, preparação de professores, reformulação e aprimoramento de currículos e métodos, ou seja, uma perspectiva mais qualitativa, mas operacional. O principal problema não seria expandir a oferta de educação a toda população sem planejamento, com profissionais formados de maneira inadequada, em condições materiais insuficientes.

Neste movimento, o “otimismo pedagógico”, o que realmente importava eram os problemas concernentes aos aspectos pedagógicos do ensino, bem como um sistema que pudesse atender, dentro de padrões considerados aceitáveis, as demandas impostas aos novos cidadãos da República em suas tarefas e ofícios. O que não era uma educação transformadora e crítica. (NAGLE, 2001).

Ademais, a escola primária nacional, no contexto deste debate de escolas estrangeiras e nacionalismo, foi pauta de pesquisas que fortaleceram nosso estudo bibliográfico que se segue.

CAPÍTULO 3 - ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS-GO (1944 - 1960): FATORES DE EXPANSÃO IDEOLÓGICA

*Faça o Brasil a Estatística que deve ter, e a
Estatística fará o Brasil como deve ser.*
(FREITAS, 1948, p. 2)

Neste capítulo, apresenta-se a cidade de Anápolis, em Goiás, enquanto freguesia e o processo ocorrido até a sua elevação ao status de município, no início do século XX. Abordou-se, também, a implantação da Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente e o conjunto de ações de cunho econômico e social implementadas na cidade a partir desse marco econômico, que implicou na aceleração da densidade populacional e demografia social, repercutindo na expansão ideológica percebidas nas discussões e teor das fontes analisadas.

Estas fontes²⁸ foram organizadas em planilhas de *Excel*, para uma contextualização posteriormente. Todos os documentos-fontes apresentados aqui podem ser tipificados e classificados em três grupos:

a) projetos de leis, que são definidos enquanto uma proposta e/ou conjunto de normas que deve submeter-se à tramitação num órgão legislativo com o objetivo de efetivar-se através de uma lei. Estes são feitos por membros do próprio órgão Legislativo e o Poder Executivo também poderá fazer propositura à Casa legislativa (BRASIL, 2000);

b) requerimentos, que são os registros de solicitações por parte dos parlamentares. (BRASIL, 2000);

c) Censo, um estudo estatístico sobre a população brasileira, no caso desta tese sobre a municipalidade de Anápolis (IBGE).

Deste modo, no Quadro abaixo, têm-se os documentos que serviram de base à pesquisa de tese *Escola Primária Nacional e seu modus operandi em Anápolis-GO (1944 - 1960): fatores de expansão ideológica*.

²⁸ Todas as fontes encontram-se no Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC) e digitalizadas.

Quadro 11 - Documentos analisados neste capítulo.

Censo Demográfico ²⁹ do Brasil e de Anápolis que data de 1944: o censo apresenta dados estatísticos relativos ao Estado de Goiás e à cidade de Anápolis na década de 1940. Esta fonte, em sua versão física, apresenta algumas datas na capa que não foram passíveis de entendimento. (BRASIL, 1944)
Projeto de Lei (nº 72 de 1950) - Acerca da Escola Primária Nacional e sua implementação em Anápolis/GO. Ele trata acerca da aquisição de uniformes para os alunos <i>pobres</i> do Grupo Escolar Antensina Santana (1926); discute aspectos da "Caixa Escolar; distribuição de sopa e alimentos a moçada pobre e de elementos que correspondem diretamente ao contexto de nacionalização do ensino primário. (VEREADOR ALFEU, 1950)
Projeto de Lei (nº 108 de 1955), retoma as discussões sobre a merenda escolar, traz um telegrama em anexo, expedido pelo Ministério da Aviação e Obras Públicas (Departamento dos Correios e Telégrafos) instituindo a merenda escolar em todos os Grupos Escolares do Estado de Goiás e regulamentando a distribuição da merenda escolar. (MESA DIRETORA, 1955)
Projeto de Lei (nº 238 de 1948) é uma solicitação do vereador João Faria aos colegas em plenário, parabenizando ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) pela criação da Escola de Comércio e uma solicitação de criação de cozinha para preparo "higiénico" da sopa servida à moçada pobre. (VEREADOR JOÃO FARIA, 1948)
Projeto de Lei (nº 252 de 1948), foi proposto pela vereadora Francisca Miguel e é uma discussão entre os parlamentares acerca da quantidade de estudantes necessários para a criação de um Grupo Escolar, estipulado pelo Estado e a realidade Anapolina. Também traz em seu texto o número de 90 cargos que foram preenchidos por professores de ensino primário e a infância abandonada. (FRANCISCA MIGUEL, 1948).
Projeto de Lei (253 de 1948) apresenta a fala do líder da bancada da União Democrática Nacional (UDN), vereador e ex. prefeito de Anápolis João Luiz de Oliveira, em uma justificativa a favor da difusão do ensino, em qualquer de seus graus e trata da criação de escolas primárias. (VEREADOR JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA, 1948)
Projeto de Lei (nº 247 de 1948), tem como assunto central o ensino obrigatório da Educação Cívica. (MESA DIRETORA, 1948)
Projeto de Lei (nº 22 de 1949), Cria a Escola isolada na Vila Góis - (FRANCISCA MIGUEL, 1949)
Projeto de Lei (nº 265 de 1952), trata do inspetor de ensino da Fazenda Forquilha e a retomada de atividades de uma Escola Isolada que estava desativada. (FRANCISCA MIGUEL, 1949)
Projeto de Lei (nº 249 de 1952), refere-se à construção de uma escola rural na Fazenda Varjão. Trás em anexo documentos cartorários relativos a doação por parte do município ao Estado, de um terreno com a supra finalidade. (FRANCISCA MIGUEL, 1949)
Projeto de Lei (nº 35 de 1955), que volta a discutir em plenário sobre a compra de calçados e uniformes/indumentária para estudantes reconhecidamente pobres e o financiamento desta ação bipartida entre o Estado e o município. (FRANCISCA MIGUEL, 1949)
Requerimento (nº 252 de 1948), debate a criação de escolas graduadas e cargos. (MESA DIRETORA, 1948)
Requerimento (nº 36 de 1960), solicita o reestabelecimento de verba para o transporte das professoras das escolas longínquas. (FRANCISCA MIGUEL, 1949)

Fonte: Acervo histórico do Centro de Pesquisa e documentação da Câmara Municipal de Anápolis-GO.

Tais fontes distinguem-se dos demais documentos do acervo, pois permitem uma reflexão crítica, a partir da categoria historiográfica *município pedagógico*, acerca da expansão ideológica da escola primária nacional na cidade de Anápolis-GO entre os anos de 1944 a 1960.

²⁹ Segue no Anexo G o Censo de 1944 conforme original.

Cada um destes documentos-fontes revelam o teor nacionalista das diretrizes implementadas para o favorecimento e expansão do projeto de escola nacional na municipalidade Anapolina.

Nesse sentido, o quadro cinco tem a finalidade de facilitar para o leitor a identificação das fontes analisadas e seu conteúdo.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE ANÁPOLIS-GO: VINHO E CERVEJA DE FREGUESIA DAS ANTAS À VILA

As transformações sociais narradas neste item refletem o processo de ampliação da demografia social, movimento industrial, imigrantistas e também com a expansão ideológica da escola primária nacional no município de Anápolis-GO. Porém, isso não seguiu apenas esse matiz, mas teve como intencionalidade, também, apresentar e analisar os dados do recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1944 e localizar dados sobre a escola primária nacional e sobre o município.

Para tanto, as contribuições dos seguintes pesquisadores foram essenciais ao conjunto da obra: Humberto Crispim Borges (História de Anápolis - 1975); Haydée Jayme Ferreira (Anápolis: sua vida, seu povo - 1979); Juscelino Polonial (Ensaio sobre a História de Anápolis, 2000 e Introdução à história política de Anápolis, 2007).

Os autores Humberto Crispim Borges (1975), Haydée Jayme Ferreira (1979) e Juscelino Polonial (2000/2007) percorreram caminhos distintos em suas pesquisas e contribuíram para a compreensão do contexto histórico do município de Anápolis-GO na virada do século XIX para o século XX, uma vez que, conhecer os conflitos políticos, sociais, culturais que envolveram a criação da Freguesia de Antas e sua trajetória até Vila, é salutar, pois revela as relações antagônicas, o fio condutor dos conflitos pelo poder nas décadas que se seguiram a sua elevação a Vila. Borges (1975), em seu livro “História de Anápolis”, que foi fruto de pesquisa documental, realizada nos arquivos da Igreja de Santana, acervos cartorários e de famílias mais antigas da cidade, inicia a sua obra pedindo, em suas próprias palavras, indulgência para esta pequena história, que de pequena não tem nada, uma vez que sua pesquisa apresenta dados históricos relevantes como a doação do patrimônio a Nossa Senhora Santana, apresentando a transcrição de documentos que datam de 25 de abril de 1870, que apontam o caráter religioso/mítico do surgimento da cidade:

Dizemos nós abaixo assignados que entre os bens que possuímos livres i dizimbargados como bem huma parte de terras temos na beira do rio das Antas que divide pelo veio da água acima com os Nunes, po. Estra, digo para baixo pela estrada para o campo com o Catingueiro. Damos de nossa livre vontade para Nossa Senhora Santa Ana e por haveremos dado mandamos passar este título que ficará pertencendo de hoje em diante a essa Santa e por haveremos dado mandamos este. Sítio do Monjolo, 25 de abril de 1870. (aa) A rogo de Joaquim Rodrigues dos Santos - Elias Gomes da Paixão. A rogo de Ignácio José de Sousa - João Gomes de Moraes. A rogo de Manuel Roiz dos Santos - Damião Alves Paixoto. Camilo Mendes de Moraes. A rogo de Pedro Roiz dos Santos - Joaquim Ignácio de Godoy (BORGES, 1975, p. 25).

Sobre a construção da capela, na data de 17 de maio de 1870, tem-se:

Por despacho de S. Excia. Revma., dada na petição de Gomes de Sousa Ramos, foi-lhe concedida licença para edificar uma capela com a invocação de San tana, na margem do ribeirão das Antas, município de Meia Ponte, distante da cidade 12 léguas e da de Bonfim 10, no lugar denominado Góis, e assim também ao revdo. Vigário para benzer a 1a pedra da Igreja (BORGES, 1975, p. 25).

Tais relatos foram confirmados na obra “*Anápolis, sua vida, seu povo*” de Hayddée Jayme Ferreira (1981), visto que as duas obras falam de uma cidade que foi construída aos pés de uma santa, a partir de doações de fazendeiros analfabetos e por uma motivação religiosa, política e econômica.

Ferreira (1981), assim como Borges (1975), contam detalhes de documentos, pessoas, criação de capelas, escolas, açougues, conselho municipal, personalidades que marcaram Anápolis na virada do século XIX para o século XX e apresentam dados quantitativos sobre a instrução escolar e o viés mítico fundacional do município.

Esses autores, ainda, destacam e concordam que as ações eram de cunho religioso tanto quanto político e econômico e, em suas próprias palavras, os vanguardeiros³⁰, assumiram o

³⁰ Vanguardeiros refere-se aos antigos moradores do sítio das Antas, inventariados no cartório da cidade, são eles, em parêntese o ano de falecimento: Joaquim de Godoi Pinto (1842), Francisco Antônio Rodrigues (1843), Domingos Alves Teixeira (1843), João Nunes de Moraes (1853), Agostinho Rodrigues dos Santos (1856), Antônio Gomes de Moraes (1862), Joaquim de Godóis Pinto (1863), Domingos Gonçalves da Costa (1863), Alexandre Sardinha Lisboa (1863), Domingos Alves da Costa (1863), Manuel José Lemes (1865), Tristão Alves Peixoto (1866), Leonardo Rodrigues Godói (1867), Joaquim Antônio Peixoto (1869), Manuel Pires da Silva (1870), Manuel José Nunes de Moraes (1873), Manuel Teodoro Pires (1874), José Nunes Lemes (1874), José Vaz da Costa (1874), Polidoro Alves de Moraes (1874), Joaquim Brás de Oliveira (1877), Manuel Pereira de Sousa Dutra (1877), Antônio José de Abreu (1878), Joaquim Antônio Peixoto (1879), Pedro Brás de Godoi (1879), Antônio Caetano Teles (1881), Antônio Sardinha da Costa (1882), João Gomes da Silva (1882), Antônio Sardinha Lisboa (1883), Francisco Bueno de Moraes (1884), João Mendes Ferreira (1884), Ângelo José de Sousa (1885), João Nunes de Moraes (1885), Manuel dos Santos Freire (1885), Fidêncio Rodrigues dos Santos (1887),

papel de lideranças políticas e econômicas até o final das suas vidas. Assim, foi neste contexto que a escola primária Anapolina se constitui na espacialidade dos muros das aulas de primeiras letras criadas no período imperial brasileiro.

Humberto Crispim Borges, em seu livro “História de Anápolis” (1975, p. 117, grifo nosso), sobre a criação de uma Aula de Primeiras Letras na Capela de Antas, diz que:

Resolução nº. 512 de 4 de agosto de 1873 (1). Antero Cícero de Assis, Presidente da Província de Goiás: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa resolveu e eu sancionei a resolução seguinte: Artigo único – fica criada uma aula de primeiras letras para o sexo masculino na Capela de Antas (*em Freguesia das Antas*), freguesia de Meia Ponte, revogadas as disposições em contrário. (BORGES, 1975, p. 117)

Ao ser elevada à categoria de Vila em 1873, já situada no mapa de Goiás daquele período, o recenseamento relativo ao Município de Meia Ponte apontava para um município com uma população de aproximadamente 8.096 habitantes, como afirma Ferreira (1981, p. 21), com tamanho desenvolvimento e tão crescente aumento da população, era natural que os moradores comessem a acalantar a esperança de transformar a Freguesia em Vila, um processo econômico que desdobra-se na Lei nº 811, de 15 de dezembro de 1887.

Ferreira (1981) descreve esse momento como de muito regozijo popular e ressalta que, por motivações mais fortes, como a abolição da escravatura e a proclamação da república, o projeto foi atrasado por cinco anos. Publicado no jornal de Vila boa, a notícia de instalação da Vila foi apresentada pelo Correspondente de Antas como um evento importante e que marcaria a história do povo de Antas:

No dia 10 do corrente, designado pelo Exmo. Governador do Estado, foi instalada nesta vila, pelo presidente da Intendência de Pirenópolis (1), e na presença de grande massa popular, que para esse fim se havia reunido a convite do prestante goiano e influente chefe político, cidadão José da Silva Batista, presidente nomeado para a intendência respectiva. Logo se findou a cerimônia da instalação, todo o povo reunido acompanhou até a casa de sua residência o cidadão já nomeado, sendo aí oferecido a todos *vinho e cerveja* com grande abundância (BORGES, 1975, p. 31 - grifo nosso)

Silvério Pedro da Silva (1888), Manuel Joaquim de Sousa (1888), Manuel Gomes de Souza (1888), Teodoro Gomes Pereira da Silva (1889) e Gomes de Sousa Ramos (1889). (BORGES, 1975, p. 23).

Borges (1975), ainda, narra alguns episódios desta comemoração, destacando as virtudes cívicas dos cidadãos que participavam da celebração, ressaltando as perseguições que a população sofreu por parte da presidência da Intendência de Pirenópolis, mencionando o nome do coronel Brandão, referindo-se à usurpação de território da vila e finaliza pedindo um brinde de cerveja ao Marechal Floriano Peixoto.

Polonial (2007), em alusão aos tempos do coronelismo no estado, ou como eram chamados por Ferreira (1981) e Borges (1975), os vanguardeiros, analisa em uma perspectiva política o período compreendido entre 1889 e 1930, a Primeira República³¹. Em defesa da sua hipótese, de que o município tinha baixa visibilidade e era pouco percebido no cenário político estadual da virada do século XIX para o século XX, ele enumera dois fatores: a baixa densidade demográfica do município, em relação à população de Goiás, o que reflete, consequentemente, no pequeno percentual da representatividade do eleitorado local.

Sobre o crescimento da cidade neste período, com apenas 2,46% em 1900 e subindo até 1920 para 3,13%, Polonial (2007) afirmou que:

[...] o crescimento da população de Anápolis no período de 1910 a 1935 foi o maior da sua história. Tanto a população rural quanto a urbana tiveram aumentos significativos nessa fase. A primeira cresceu 298,19 % no período, enquanto a segunda teve um crescimento de 279,00% no mesmo período (POLONIAL, 2007 *apud* POLONIAL, 2000, p. 57³²)

O pesquisador, também, aponta em um gráfico³³ de sua pesquisa a evolução da demografia populacional de Anápolis em comparação com o estado de Goiás do início do século XX e suas duas primeiras décadas para reafirmar sua hipótese:

Quadro 12 -Evolução populacional do município de Anápolis e do estado de Goiás: 1900/1920

ANÁPOLIS		ANÁPOLIS	GOIÁS		GOIÁS
ANO	1900	1920	ANO	1900	1920
POPULAÇÃO	6.296	16.037	POPULAÇÃO	255.284	511.919
AUMENTO			AUMENTO		
154,72%			100,53		

Fonte: Polonial (2007, p. 24).

³¹ A nomenclatura República Velha, utilizada pelo historiador, não se aplicará a esta tese, denominaremos ao período político de 1889 até 1930, o nome de Primeira República, recorte temporal entre 1889 até 1930, sem linearidade, ao considerar que todo processo político, social, cultural, econômico e artístico que caracterizou esse período temporal, são lentos, demorados e não são lineares.

³² O autor menciona sua própria obra.

³³ A Tabela segue a elaboração original.

A partir das contribuições de Borges (1975), Ferreira (1981) e Polonial (2007), acerca da historiografia Anapolina, infere-se no tocante ao surgimento do município de Anápolis que sua densidade populacional e demografia social, até 1935, mais que dobrou, nesse sentido, passou-se a analisar, com a finalidade de comparar os dados destes autores com os dados da Sinopse Estatística de 1944, pois são dados da década onde estão situados as fontes e o objeto implicados na pesquisa. Estes dados do censo, de 1944, são estatísticas, fruto de um esforço de pesquisadores anônimos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), antigo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)³⁴.

O conjunto de ações econômicas que modificam a demografia social do município estão vinculadas diretamente ao plano logístico nacional e estadual das décadas de 1920 e 1930, estes contemplavam, em Anápolis, um centro geográfico de muita relevância, principalmente para o plano férreo. No jornal *Annápolis*,³⁵ no ano de 1933, dois anos antes da inauguração oficial da estação, o jornalista e político Dr. Luiz Godoy fez o seguinte discurso de lançamento da pedra fundamental da Estação Ferroviária de Anápolis:

Sob o ponto de vista cronológico e econômico, os trabalhos da sua construção, podem ser divididos em 5 etapas distintas. A primeira, sua partida de Araguari e a transposição do Paranahiba, penetrando no território goiano. A segunda o avançamento até Roncador, onde estacionou por 7 anos, até que no governo Epitácio Pessoa (1919 - 1922), foi inaugurada a ponte no rio corumbá, em 1922, desaparecendo destarte, um dos maiores obstáculos para o seu prosseguimento. Posteriormente foi construído o trecho Roncador-Leopoldo de Bulhões, onde os trabalhos foram novamente sustados por grande intervalo. Temos afinal a quarta etapa, ora em construção, e cuja importância econômica é superior à todas as demais porque ligará Anápolis, o maior empório agrícola, industrial e comercial do Estado, aos centros consumidores do sul do paiz. O quinto e último trecho será Anápolis-Leopoldina, cujo porto será a chave mestra para nossa ligação com a Amazonia, com as Antilhas e com a América do Norte, pela estrada fluvial já aberta ao tráfego, que é o nosso empolgante e decaatadíssimo Araguaia. Pela sua importância econômica, estratégica e turística, o trecho Bulhões-Leopoldina suplanta a todos os outros (O ANNÁPOLIS³⁶, 1933, p. 3).

A cidade de Anápolis na década de 1920 assumia um papel preponderante no circuito econômico e comercial no Estado de Goiás. O trecho do discurso do redator do jornal *Annápolis*

³⁴ No Anexo III segue escaneado todo o censo de 1944, um trabalho que demandou deste pesquisador o uso de produtos químicos, pois estava empastelado e pouco legível. Foram duas semanas de cuidados para salvar esta fonte como se encontra hoje.

³⁵ No Anexo XI encontra-se o original do jornal *Annápolis*.

³⁶ Atentem-se para os dois jornais homônimos. O jornal *Annápolis* e o jornal *O Anápolis*. No Anexo XI e XII, seguem as fontes originais para facilitar a distinção.

corroborar com os dados que Polonial (2000) ressalta em sua obra, sinalizando para o acelerado crescimento registrado no censo de 1944.

Conforme observou-se também no trecho do jornal *O Anápolis*, em outro periódico, diferente do anterior, o Sr. José Lobo, assinando J. Lupus, ressalta que:

De 1930 para cá, a imigração, para o Estado, tem aumentado, consideravelmente. Milhares e milhares de famílias, de várias procedências, transferiram-se e continuam a transferir-se para Goiás. Muitas dedicam-se à agricultura e à pecuária, e outras ao comércio e à indústria, e há profissionais liberais, os professores e operários e todos ou quase todos, dentro de pouco tempo, se tornam tão goianos quanto aos que aqui nasceram. E novas cidades aparecem em pouco tempo. A produção aumenta e Goiás cresce. Cresce demograficamente, economicamente e culturalmente (O Anápolis, 1943, p. 3)

Dessa maneira, no trecho acima, foram apontados vestígios de uma migração de famílias em elevado número para região onde se encontrava a cidade de Anápolis/GO. Estas procuravam ascensão social, melhoria de vida, por meio de setores que cresciam naquele momento. Isso corrobora com os apontamentos realizados e compartilhados nos estudos de Borges (1975), Ferreira (1981) e Polonial em suas duas obras (2000-2007), ao indicarem o crescimento da densidade populacional e sinalizarem, como resposta à expansão da escola primária perceptível nas décadas de 1940 e 1950, fruto de ações político-econômicas, haja vista que, são nessas décadas, a densidade populacional se modifica, com imigração de mão de obra e de outros setores para as margens da via férrea Anapolina, outrossim, como ressalta Diane Valdez e Alessandra Arce, Goiás inicia sua inserção no mercado nacional com mais intensidade nesse período devido à dois fatores: "o desenvolvimento da economia cafeeira Centro-sul do país e a penetração dos trilhos da estrada de ferro no território goiano".

Sendo assim, espera-se apresentar no próximo item elementos que possibilitem empregar a análise da seguinte hipótese, que é: a escola primária nacional (cívica e patriótica) teve, entre os anos de 1944 e 1960, o seu momento de expansão exponencial em consonância ao marcante crescimento populacional, principalmente com a instalação da via férrea³⁷ em 1935 e a implementação de ações políticas, econômicas e sociais, com fulcro na criação de estabelecimentos escolares de ensino primário, marcadamente ideológicos e ufanistas, concebidos em uma perspectiva do município pedagógico.

³⁷ O nome, atualmente, é Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente, que foi prefeito na época da inauguração em 1935.

4.2 ESCOLA PRIMÁRIA NACIONAL EM ANÁPOLIS-GO (1944 - 1960)

“[...] se compararmos a nossa luta da vida neste plano material a um edifício de cimento armado, vemos que os primeiros degraus dessa escada que nos conduz ao primeiro pavimento, são representados pelos cursos primários”³⁸.

“A Notícia”³⁹, 26 de março de 1950, p. 3.

Para apresentar como aconteceu a inserção da Escola Primária em Anápolis, Goiás, fez-se necessário compreender o que as fontes do arquivo municipal de Anápolis trazem sobre a sua constituição e a sua trajetória; compreender a relação do povo Anapolino com esta escola e seus anseios presentes nas solicitações encaminhadas aos parlamentares; considerar que a história do espaço físico, bem como o desejo da escola primária nacional de raptar a mente e coração do povo, são características constitutivas desse nível de ensino presentes nestas fontes e que esses vestígios o configuram enquanto município pedagógico.

Para este processo de compreensão da trajetória da escola primária nacional em Anápolis, fruto de ações políticas em âmbito municipal, foi indispensável considerar os estudos em relação à própria escola primária goiana, que apontam que o espaço de funcionamento, seja casa ou prédio, como afirma Barra (2011, p. 107), inscreve-se nas competências do estado e dos municípios na legislação goiana instituída pelo período republicano.

[...] a Lei n. 631 de 1918 - que incidia sobre a organização do ensino primário e criação dos grupos escolares. A correlação de forças instituídas em Goiás em 1930, elegerão o ensino primário, via grupos escolares, como vetor de inovações educacionais dadas a ver nos Regulamentos do Ensino Primário do Estado de Goyaz e Programma de Ensino para as escolas primárias, inspiradas no modelo paulista. Tais documentos se primarão por caracterizarem um estado centralizador e modernizador nos processos de direção, fiscalização e

³⁸ Epígrafe conforme original. No Anexo C segue imagem da fonte original.

³⁹ Anexado ao Projeto de Lei nº 52 de 1949 há uma folha avulsa com o título A Instrução em Anápolis "Um povo se conhece pelo grau de instrução", de Jacy Sampaio Pires, em seu artigo jornalístico, parágrafo três, encontra-se a epígrafe utilizada no início deste capítulo. As informações para referenciamento são apenas estas: A Notícia, 26 de março de 1950, página 3. Não há registros na *internet* e nem no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de Anápolis acerca deste jornal além desta folha. Inferimos que seja jornal, pois no expediente da folha consta: Por ano: cr\$ 50,00; um semestre: 30,00; número avulso, do dia: 1,00; idem atrasado: 2,00. Além de constar uma nota da redação com os seguintes dizeres: "a redação deste jornal não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados, bem como não devolve autógrafos nem mesmo os não publicados". Rua 7 de setembro, 384, Anápolis - Caixa Postal - 39. Em ligação deste pesquisador, no dia 13 de maio de 2021, às 13:42, foi solicitada, ao Museu Alderico Borges de Carvalho, a confirmação da existência do supramencionado jornal à funcionária Larissa, que, em ligação de retorno às 14:22, confirmou o funcionamento entre as datas de janeiro de 1950 a julho de 1957.

organização do ensino primário. Neles, a escola primária de ideário aparentemente escolanovistas nucleará a discussão sobre método, materiais, organização do ensino, prescrições para a construção e uso do prédio escolar [...] (BARRA, 2011, p. 107-108)

A história do municipalismo e municipalidades, de acordo com Magalhães (2019, p. 11), configura-se em um campo investigativo inovador. Os municípios, afirma o autor, dispondo de capacidade deliberativa, possibilitam a reinterpretação das histórias nacionais, contadas numa perspectiva do local para o nacional, do micro para o total, transitando em três esferas: a municipal, a estadual e a nacional, uma vez que, a partir da construção dos Estados-Nação, eles (os municípios) assumem a atribuição de idear, criar, supervisionar, articular nos pontos de acesso da sociedade civil, implementar ações de cunho instrucional, institucionalizar, seja no âmbito da provisão material ou pedagógica, seja na proposição de um projeto de lei para providência material da merenda escolar, ou no estabelecimento de lei para concurso de provimento de vagas para o magistério em escola rural.

As câmaras municipais, com a falta de um modelo unificador no tocante à instrução pública, ou mesmo com a existência de uma lei orgânica, assumem certa autonomia organizacional em termos de legislação e instrução, ou dada à omissão dos governos federal e estadual para assuntos e pautas específicas da sua localidade, ou com o objetivo de traduzir para o espaço e demandas locais, mecanismos previamente estabelecidos por outras esferas de poder.

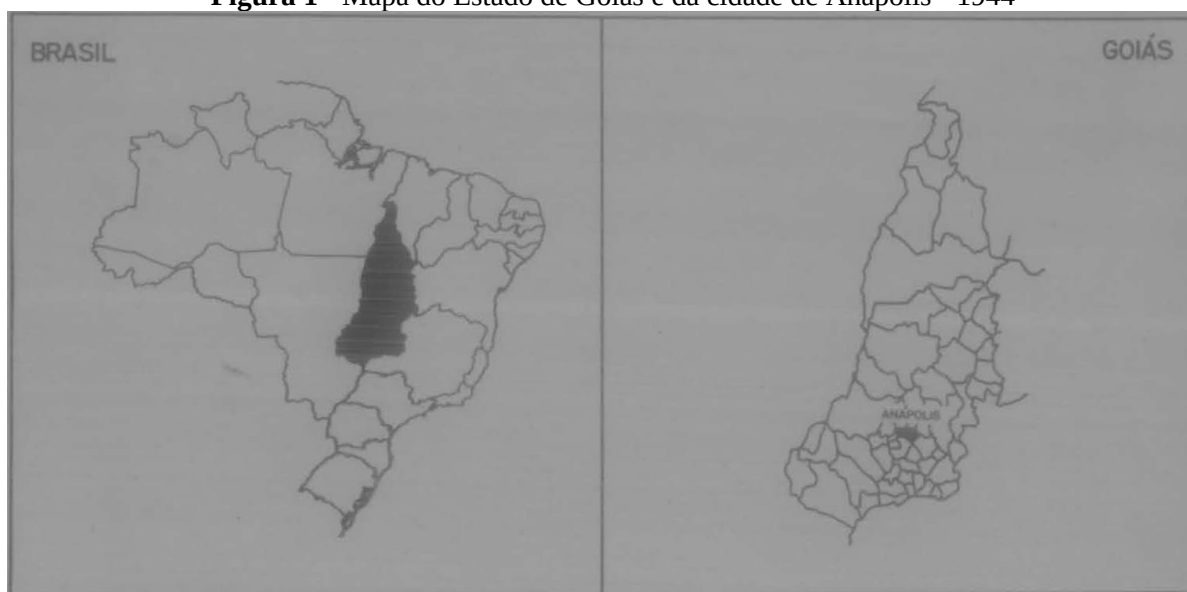
Em Anápolis, a articulação dentro da Câmara Municipal, com a finalidade de implementar concursos públicos para o magistério, criação de escolas, destinação de verbas para gasto com custeio, destinação de verbas para merenda escolar, estabelecimento de convênios, financiamento e patrocínio para realização de congresso de educação, transporte escolar para professores, criação de estabelecimentos de ensino primário, circunscreve no campo de investigação do município pedagógico.

O subitem a seguir é sustentado, também, a partir da concepção de fontes municipais, pois, considera-se importante, no processo de institucionalidade dos municípios enquanto centros deliberativos, os relatos e documentos que são indispensáveis para o ofício do historiador da educação.

4.3 CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA MUNICIPAL: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO.

Com o objetivo de introduzir o leitor no espaço geográfico da análise e do objeto desta pesquisa, a relação entre a escola primária em Anápolis e a ideologia nacionalista, apresenta-se abaixo o mapa⁴⁰ do Brasil, Goiás e Anápolis, presente na análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível na Biblioteca⁴¹ Central do IBGE, informada no transcorrer da pesquisa pelo órgão de Supervisão de Disseminação e Informação (SDI).

Figura 1 - Mapa do Estado de Goiás e da cidade de Anápolis - 1944



⁴⁰ Divisão territorial vigente em 1945.

⁴¹ A Biblioteca Central do IBGE tem sua origem com a publicação da Resolução nº 84, de 18 de julho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, que orienta providências para ampliação da biblioteca existente de modo que não só as obras clássicas, mas ainda, publicações técnicas estivessem disponíveis a vários ou a todos os serviços coordenados pela instituição. Nesse sentido, a Presidência do IBGE ficava autorizada a solicitar aos Ministérios a cessão das publicações encaminhadas às respectivas bibliotecas gerais ou pertencentes a serviços de estatística que pudessem ser úteis à Biblioteca Central do IBGE. Com o desenvolvimento cada vez maior da biblioteca, sobretudo depois da incorporação da “Seção Mortara”¹, é criada a Biblioteca Central do IBGE, como setor de serviço subordinada à Secretaria-geral do IBGE, através da Resolução nº 78, de 01 de setembro de 1939. A Resolução nº 28, de 19 de julho de 1938, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia instala o Departamento Central de Coordenação Geográfica, onde estaria subordinada a Divisão de Documentação e Informações, da qual fazia parte o Serviço de Biblioteca. Essas bibliotecas, ao longo dos anos, tiveram sua posição dentro da estrutura do IBGE alterada inúmeras vezes. A biblioteca do Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI que conhecemos hoje foi criada em 1975 como Biblioteca Central – BICEN unindo o acervo das bibliotecas Waldemar Lopes, nome da biblioteca do Instituto Brasileiro de Estatística – IBE e da Biblioteca de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia – IBG.

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

Os registros do IBGE possuem dados desde 1872, de acordo com o próprio órgão. Em 1930 não houve Censo, por conta da Revolução de 1930 e seus desdobramentos políticos. Em 1940 ocorreu o primeiro Censo feito pelo IBGE, que é o órgão oficial de estatística do país.

É importante ressaltar que o documento chamado Sinopse tem um problema: sinopses são resumos divulgados antes da divulgação oficial do Censo. Então, primeiro apresenta-se a sinopse, depois a pesquisa inteira, completa, isso explica as datas de 1944, data do censo, e a data de publicação do documento oficial completo, reunindo toda a sinopse, em 1948⁴². Dessa forma, pode haver algumas alterações nesse meio tempo, ou seja, os dados da Sinopse podem não corresponder aos dados oficiais do censo, porém, no caso do documento aqui apresentado, eles são correspondentes.

É salutar destacar as limitações do recenseador na coleta dos dados, pois, como explanado inicialmente, tratam-se de dados oficiais, passíveis de questionamentos.

Os dados que são apresentados neste subitem são os do Conselho Nacional de Estatísticas, gerenciados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativos ao ano de 1944, divulgados oficialmente na data de 31 de dezembro de 1945. Na apresentação do documento, tem-se o seguinte texto destacando o propósito da sinopse, a primeira do município:

O plano de que se trata abrangerá, em princípio, um conjunto de 1699 sinopses organizadas de maneira sistemáticas, a fim de facilitar a comparabilidade dos respectivos números. É trabalho de vulto, que deve ser visto como síntese do esforço do empreendimento com objetivos comuns por todos os órgãos componentes do Sistema Estatístico Nacional. Oferecendo a cada Município a sua Sinopse Estatísticas, o I.B.G.E. visa a contribuir para o esclarecimento das realidades locais e colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional. Empreendimento de largas proporções, ressent-se, nesta primeira experiência, de lacunas inevitáveis e facilmente compreensíveis, dadas as condições especiais sob as quais se processa o trabalho do desdobramento e da apresentação de dados por Município. Por isso mesmo, a Secretaria-Geral do I.B.G.E. receberia com vivo regozijo quaisquer sugestões sobre a presente Sinopse, bem como críticas e informações suplementares, à vista das quais será possível o enriquecimento do elenco numérico ora apresentado (SINOPSE ESTATÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 1945, p. 1).

Observou-se, na citação acima, que o recenseador, ainda na sua introdução, relata a composição da fonte analisada e suas partes, sendo a primeira de:

⁴² O original do Censo segue no Anexo G.

[...] extensão variável, reúne dados e aspectos históricos e geográficos do Município. Constitui uma tentativa no sentido de agrupar, com adequada sistematização, elementos até hoje esparsos em diferentes documentos, publicações, monografias, artigos de jornal, etc. No caso especial de Goiás, o vulto material a ser criticado permitiu apenas fossem divulgados, nesta primeira edição, alguns "Subsídios para o Estudo da Evolução Política" das comunas goianas. Em relação a alguns Municípios, ocorrem, na compilação executada, divergências de opinião entre autores consultados. Sempre que isso se verificou, foi adotado o critério do registro das versões, deixando-se para exame posterior o necessário esclarecimento da matéria. Para o preenchimento completo dessa parte, nas próximas edições das Sinopses Estatísticas dos Municípios, será acolhida com maior interesse, por parte do I.B.G.E., toda e qualquer cooperação, especialmente a dos historiadores e geógrafos, a fim de que possamos apresentar de futuro, sem receio de controvérsias, o esboço histórico e panorama geográfico de cada uma dessas unidades municipais (SINOPSE ESTATÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 1945, p. 2).

Neste trecho da apresentação do documento, percebeu-se alguns elementos que merecem audiência, como a confiabilidade dos dados utilizados para o trânsito pelo município na década de 1940. Primeiro, a coleta de dados acontece por um órgão oficial, a partir do qual as políticas de implementação, não apenas da escola primária nacional, mas de outras políticas econômicas, iniciam-se.

A segunda e a terceira partes tratam de apresentar os:

[...] resultados estatísticos referentes a vários assuntos, todos correspondentes a 1945, em comparação percentual com o total da respectiva Unidade da Federação. A terceira e última parte, finalmente, reproduz, para os Municípios existentes em 1940, resultados inéditos dos censos demográfico e agrícola, realizados em 1º de setembro daquele ano, com várias discriminações que bem caracterizam cada assunto (SINOPSE ESTATÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 1945, p. 2).

Como visto, o documento foi dividido em três partes: a primeira revelou um subsídio para estudos da evolução política; a segunda trouxe resultados estatísticos e; o terceiro apresentou os principais resultados censitários coletados.

Nesta breve apresentação do documento, observou-se que ele integra o conjunto documental em apreciação. Devido a sua contribuição, a partir de dados quantitativos de relevância, ele é apresentado com o propósito de enriquecer o presente estudo com informações sobre a formação administrativa, judiciária e os distritos componentes da unidade geográfica pertencentes ao município de Anápolis/GO, na década de 1940. Seus dados, em comparação com aqueles apontados por Polonial (2007), revelam uma cidade que em vinte cinco anos,

passou de 16.037 habitantes, para 39.148, um crescimento significativo que contemplou as populações dos seguintes distritos: Aracati (3.502), Capoeirão (2.952), Zerópolis (4.758) e Nova Venesa⁴³ (3.977), distribuídos em população urbana/suburbana e rural.

De acordo com esses dados censitários, a demografia urbana de Anápolis rural destoava-se, com cerca de 10.774 habitantes residindo em centros urbanos para 28.374 nas zonas rurais, o que justifica os avanços dos debates presentes nos documentos sobre a criação de escolas rurais, que tem sua exponencial marca nos anos seguintes até 1957, que, de acordo com Ribeiro (2019), contou com a criação de seis escolas rurais, na Fazenda Boa Vista, também conhecida como Vista das Antas, Fazenda Poço, Fazenda Aterro, Fazenda Ranchinho, Fazenda Varjão e Fazenda do Sr. Maximiano.

O censo de 1944 apresentou, em idade regular de acesso ao ensino primário, a quantidade de 8.497 crianças em Anápolis, para 179.114 do estado de Goiás. Já os dados do censo de 1944, comparados com as informações estatísticas extraídas dos estudos de Ferreira (1981, p. 129-131), demonstram que houve um aumento de professores do ensino primário.

Em 1926, a cidade contava com 39 professores de ensino primário. Já no levantamento atualizado em 1944, tinham-se cerca de 52 professores, sendo das unidades escolares primárias: 27. Este levantamento, também, mostrou que existiam: matrículas gerais (2.166); matrículas efetivas (1.728); frequências (1.569); aprovações em geral (1.167) e; conclusões de curso (150). Estes dados podem ser comparados aos que estão no o Projeto de Lei (PL) nº 72 de 1950, em que a diretora, de uma unidade escolar de ensino primário, relata o problema que este nível de ensino enfrentava em relação à evasão escolar. Como visto, foram matriculados 2.166 alunos e apenas 150 concluíram. Dessa maneira questionou-se quais seriam as motivações para tal acontecimento.

O PL 72 de 1950 pode ser a resposta. Assim, a diretora solicitou à Câmara Municipal modificação dessa Lei, uma vez que os "meninos pobres", mencionados no PL, eram beneficiados com a Lei nº 195 de 02 de maio de 1950, com uniformes, todavia, ao receberem o conjunto de roupa e calçados, eles não retornavam mais para a escola, o que reduzia o quantitativo de alunos que concluíam este nível de ensino.

É importante ressaltar que, de acordo com Ferreira (1981) e dados das fontes analisadas do CEPEDOC, alguns fatores impediam e desmotivavam a população pobre de iniciar seus estudos, ou continuá-los, como: as escolas rurais ganharam coró na Câmara Municipal somente nas décadas de 1940 e 1950, para atender aos filhos dos grupos dirigentes; as distâncias entre

⁴³ A escrita dos nomes segue conforme no documento original.

as zonas rurais e o centro urbano eram consideráveis; o custo para dar continuidade aos estudos eram muito caros, pois, até as décadas de 1940 e 1950, onde há uma expansão mais exponencial deste nível de ensino, os alunos que queriam prosseguir, precisavam estudar em internatos ou deslocar para locais como a capital do estado.

4.4 MUNICÍPIO PEDAGÓGICO (TERRITÓRIO EDUCATIVO)

O território educativo, definido como espaços municipais de caráter e ações pedagógicas, é classificado como objeto de análise da categoria município pedagógico. Magalhães (2019, p.10), em sua introdução ao texto, que compara o município de Uberabinha e Mafra em Portugal, inicia dizendo que

Hay una institucionalidad municipal. La soberanía del municipio asociada a la perspectiva desarrollista, conciliando identidad y movilización sociocultural, encontró en la educación una base sociocultural de costumbres, valores y prácticas, y en la escuela un medio de integración y normalización, que configuran la autarquía local como "municipio pedagógico". En este contexto, después de la sistematización de algunas líneas historiográficas, hago una breve referencia a la Historia de los Municipios en Educación. (MAGALHÃES, 2019, p.10).

Ou seja, a soberania do município, no processo de institucionalização de projetos educativos, assume um caráter autônomo na medida em que, na cisão entre as esferas de poder estatal e nacional, há falhas ou omissão, ou não contemplam as demandas da localidade, no caso desta pesquisa a cidade de Anápolis/GO, por meio da sua câmara municipal e parlamentares, configurando-se, dessa maneira, enquanto municipalidade pedagógica, capaz de criar e fomentar leis que abarquem as necessidades educativas prementes e particulares da localidade em tela.

O conceito de município pedagógico, já referido, constitui um horizonte desejado como instância autônoma na educação dos munícipes, integrando-os e habilitando-os para participarem nos destinos sociais e constituírem as próprias identidades como municípios educativos. Ao idearem, planejarem, construírem estruturas e mobilizarem recursos adequados, os municípios assumiam a função pedagógica, com realização plena e, às vezes, parcial. O conceito de município pedagógico está associado ao de município como local educativo.

A sistematização de diretrizes teórico-metodológicas, que conceba a categoria município pedagógico, enquanto possibilidade de se produzir pesquisas no campo da História da Educação, é considerada inovadora, não recente, mas pouco explorada, pois a história da

educação historicizada e refletida, por meio desta categoria, ainda tem poucos adeptos, mesmo ofertando um conjunto de possibilidades de operações historiográficas a partir de eixos temático-analíticos.

Os eixos a seguir, de Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015), nortearam a análise das fontes selecionadas para esta tese, eles são:

1) que o poder de decisão e autonomia, que os municípios tiveram em matéria de educação, sejam parciais; os processos de formação de identidade e ideologia municipal pelas suas singularidades; o entendimento de município como território de educação pública para cidadania; as regulamentações municipais complementares às das administração estadual e federal; as ações conjuntas entre municípios, estado e união, com o intuito de promover o ensino primário; a expansão da malha de escolas públicas, suburbanas e rurais; 7) a discussão sobre o orçamento e o financiamento da intervenção municipal para promover o direito à educação primária; 8) o apoio e interesse das elites locais em angariar (e/ou manter) seus gradientes de poder, por meio do fomento da educação, em momentos de intensas transformações na sociedade; 9) as reivindicações locais de educação por parte da população, até mesmo ao cobrar uma mediação junto ao poder central-estadual ou nacional; 10) a elaboração de uma base de dados devidamente documentada, por meio de estudos em fontes históricas locais, regionais e nacionais que vão permitir um quadro de (entre)cruzamento histórico, pedagógico, político e administrativo local, estadual e nacional (Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis); 11) o levantamento de estatísticas escolares (número de escolas e de matrículas, índice de analfabetismo, etc.) em âmbito local; 12) a identificação de normativas para reger o provimento de concurso público para o cargo de professor (magistério); 13) a caracterização do município-histórico como uma unidade de observação produtora de registro. (NETO, 2015, p.)

4.4.1 MUNICÍPIO PEDAGÓGICO DE ANÁPOLIS

O protagonismo e a relativa autonomia financeira da localidade territorial reconhecida enquanto município, esfera menor que o estado, é a direção inicial da proposta deste item. Dessa maneira, utilizou-se de documentos que sustentam a defesa de que Anápolis se estabeleceu enquanto município educativo, como projetos que tramitam com a participação da sociedade em consonância com os interesses parlamentares por uma educação específica para as suburbanidades e ruralidades que demandavam escolas, professores, custeio para compra de uniformes e material para o fortalecimento de nutrientes da sopa escolar, tema caro nos projetos e debates parlamentares.

O Projeto de Lei nº 108 de 1955, que trata de um encaminhamento do Sr. Prefeito Carlos de Pina, à Câmara Municipal de Anápolis tornou-se substancial para a concepção de que Anápolis, no exercício de suas competências pedagógicas e instrucional e institucionalizadora, exercesse papel preponderante ao estado e ao governo federal no que diz respeito às destinações de verbas no processo de implementação da escola primária nacional em Anápolis/GO entre os anos de 1944 e 1960.

O conjunto de ações promovidas no âmbito da Câmara Municipal de Anápolis, com vista à escola primária entre os anos de 1944 a 1960, apontam pistas, indícios e reforçam a defesa de que a cidade assumia um papel de autonomia na configuração da escola primária a partir dos aspectos suprimidos dos deveres do estado e do governo federal, uma vez que a implementação das determinações federais e estaduais, como o caráter assistencialista, visava o favorecimento e o apadrinhamento observado nos projetos de leis que debatiam a criação de cantina para merenda escolar, com a criação de caixas escolares para o financiamento de uniformes e transporte escolar para acesso aos seus grupos escolares por parte da população da zona rural; iniciativas locais voltadas para a criação de escolas em zonas rurais; contratação de professores e professoras e; a criação de leis que amparavam e financiavam estas ações municipais com vista à instrução pública. Tudo isso de acordo para manter privilégios.

As fontes que sinalizam a cidade enquanto município pedagógico, mesmo que em datas diferentes, apresentam temas aproximados que dialogam entre si, nesse sentido, buscou-se organizá-las de forma a facilitar ao leitor a compreensão do debate que se empreende, agrupando por temas recorrentes nas próprias fontes, como no caso do Requerimento de nº 252 de outubro de 1948 e o Projeto de Lei nº 249 de 1952, que discutem a infância no estado de Goiás na Primeira metade do século XX, objeto de estudo de alguns pesquisadores (as) no campo da História da Educação goiana, dentre eles, Lara Cariny Celestino Fonseca e Selma Martines Peres, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, *campus* de Catalão.

Essas fontes já estavam contemplando o Decreto-Lei nº 8.529 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário, que atendia crianças de sete a doze anos em seus níveis e modalidades regulares e por meio das Escolas Supletivas, porém, é tema recorrente nestes documentos a menção à infância de forma geral, por isso recorreu-se ao auxílio de textos como o “Jardim de Infância em Goiás: nas tramas do processo civilizador”, com o intuito de definir claramente esta divisão por força de lei que, definida no Art. 1º do Decreto-Lei nº 8.529 de 1946, concebia como finalidade da escola primária o atendimento a crianças de sete a doze anos em seus estabelecimentos.

Existia um claro alinhamento que estendia as finalidades do Jardim de Infância, no tocante ao cenário de modernidade, às escolas primárias, como pode ser observado no trecho transcrito pelos pesquisadores, citados abaixo, sobre a criação do primeiro Jardim de Infância público de Goiás:

No estado de Goiás, o primeiro Jardim de Infância público foi criado em 1928, na Cidade de Goiás, antiga capital, anexo à Escola Normal Oficial. O objetivo dessa instituição era propiciar educação a crianças de quatro a sete anos de idade, além do claro alinhamento com os ideais de modernidade que o país experimentava (FONSECA; PERES, 2014, p. 151).

Sendo assim, na municipalidade de Anápolis, as escolas primárias, no prosseguimento ao discurso modernizador, ou de cunho nacionalista, em conformidade com o Decreto-Lei nº 8.529 de 1946, atendia crianças de sete a 12 anos, evidenciando, de forma explícita, o caráter patriótico e cívico, vinculado às determinações da alínea "a" do seu art. 1º, que determinava o exercício das virtudes cívicas e morais no processo de ensino-aprendizagem aos seus estudantes, os egressos do Jardim de Infância.

Valdez e Arce (2004) transcrevem o seguinte trecho sobre o Regulamento:

O Jardim da infância compreende tres periodos e tem por fim: 1: Dar á creança antes dos 7 annos, a ideia e a noção das cousas pela via dos sentidos; 2: Imprimir ao ensino, desde o início, um caracter puramente sensorial, e cuidar do desenvolvimento da atenção e da aptidão motora; 3: Estimular as actividades espontaneas e livres da creança, induzindo-a a tentativas e experiencias, banidas as imitações e reproduções servis; 4: Desenvolver, gradativamente, as faculdades, por meio de exercicios adequados sobre objectos e seres familiares ao espirito infantil; 5: Imprimir o gosto pelo bem e pela verdade, por meio de historietas proprias e accessiveis á comprehensão da creança; 6: Despertar o espirito de observação da creança, estimular a sua imaginação e satisfazer os interesses proprios de sua idade; (REGULAMENTO *apud* VALDEZ; ARCE, p. 135).

Há, ainda, nos embates em plenário, entre os anos de 1944 a 1960, uma narrativa defendida pelos parlamentares anapolinos que apontam para esse viés ideológico característico do processo de expansão da escola primária nacional brasileira e na cidade de Anápolis/GO.

A categoria historiográfica *município pedagógico*, por meio das diretrizes concebidas por Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015) apresenta "os processos de formação e circulação de ideologias e suas singularidades em consonância com o cenário nacional " como traço marcante das ações municipais no município de Anápolis e incide diretamente sobre a temática e finalidades direcionadas às competências atribuídas às escolas primárias discutidas nos projetos e requerimentos.

No mesmo movimento, o Projeto de Lei nº 247 de 1948 refere-se à determinação de implantação de estudos da educação cívica no conjunto de práticas pedagógicas da escola primária anapolina. O vereador Alfeu Medeiros, no uso das suas atribuições, enquanto presidente da Casa Legislativa, articulado com a agência nacional para o ensino primário, pede atenção em plenário para o estabelecimento, em comemoração à data de 29 de outubro, da implementação da educação cívica obrigatória, tanto nas escolas primárias quanto nos cursos universitários da cidade.

No trecho do projeto, que virou lei, ele diz:

[...] sugiro que a Câmara Municipal de Anápolis se manifeste junto a S. Excia. Snr. Presidente da República ao Snr. Ministro da Educação para em comemoração ao 29 de outubro seja estabelecido em caráter obrigatório o ensino da Educação cívica, da Escola Primária aos cursos Universitários. (PROJETO DE LEI nº 247 de 1948, p. 2).

O Requerimento nº 252 de 1948 e o Projeto de Lei nº 249 de 1952, preâmbulos deste tópico, encaminhados e debatidos em plenário na Câmara Municipal de Anápolis, representam a materialidade em política pública de cunho municipal para a instrução primária municipal no campo da criação de cargos de magistério e a oferta de vagas para alunos pobres, alinhando este discurso ao plano ideológico da escola primária nacional, bem como o direcionamento pedagógico das atividades que deveriam compor, no caso da pesquisa das autoras, o jardim de infância, porém, o mesmo direcionamento é percebido nos documentos relativos à escola primária, com um diferencial; a educação cívica. Esta, por sua vez, foi a disciplina incorporada ao currículo da escola primária e, a sua capilaridade permitiu aos professores o culto ao homem pátrio, cívico, servo da nação e do seu projeto ideológico de sociedade capitalista.

É perceptível a utilização desse discurso por parte dos *edis*, para a aprovação das suas requisições. Neste, a vereadora, que o subscreve, inicia sua fala ao relator, com os seguintes dizeres:

A vereadora que este subscreve, considerando que o número de estabelecimentos de instrução primária existentes nesta cidade está longe de bastar para as necessidades da infância em idade escolar, havendo todos os anos recusa de candidatos por falta de lugares já preenchidos [...] considerando que dos setores da cidade o "menos favorecido nesse sentido tem sido o que se localiza (sic) na parte nova e sul"⁴⁴ [...] cuja infância é com isso prejudicada; [...] (REQUERIMENTO nº 252, 1948, p. 2).

⁴⁴ Na época seria o bairro Santa Terezinha.

Percebe-se, na fala inicial da vereadora Sra. Francisca Miguel, que a cidade estava, em conformidade com o que os dados apontam, em um processo de intensas transformações na sua densidade populacional e demografia social, revelados com os dados estatísticos da Sinopse do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao município e, não conseguia atender todas as demandas da escola primária anapolina. Como trata-se de um documento oficial, que requer uma análise crítica e contextualizada, questionável, é importante considerar os dados do censo de 1944 para cotejar as informações apresentadas pela legisladora.

Nesse sentido, o que se tem é um quantitativo de 22 unidades de ensino primário e 8.497 crianças em idade escolar regular, pois a Lei Orgânica do Ensino Primário nº 8.529 de 1946, possibilitava o acesso às escolas primárias supletivas, ou seja, o número de solicitações poderia ser maior que o número de crianças em idade escolar regular apresentadas pelo censo de 1944.

Em um cálculo simples, considerando apenas as crianças em idade escolar regular, eram 8.497 por 22 unidades escolares, o que daria cerca de aproximadamente 387 estudantes por estabelecimento de ensino. A Legislação Educacional Federal e Estadual, vigente para o ano de 1948, permitia a abertura de turmas a partir de 150 alunos, o que para a vereadora, e de acordo com os cálculos estatísticos, era possível realizar.

A Sra. Francisca Miguel continua apresentando o texto do parecer do requerimento:

Considerando que, para criação de um GRUPO ESCOLAR a Legislação Estadual em vigor exige um mínimo de 150 alunos, quando facilimo nos foi, sem nenhum trabalho, obter a relação inconclusa cujo número ascende a 200 (duzentos) e pode ser aumentada de muito se para isso houver interesse [...] (REQUERIMENTO nº 252, 1948, p. 2)

Assim, o município pedagógico é concebido a partir de ações em conjunto e em franco diálogo com a localidade, por definição, com as necessidades das coletividades locais, em parceria com os poderes políticos locais e em ligação direta com as câmaras municipais.

Para a aprovação em plenário de alguma propositura de vereança, faz-se necessário que se tenha dados da necessidade do que se pretende buscar, apresentando formalidade para resolução. Nesse sentido, a vereadora do requerimento sinaliza, de forma contumaz, para uma ação articulada entre o parlamento anapolino do ano de 1948, com a sociedade anapolina e em conformidade, de forma mais ampla, com o que o Decreto-Lei nº 8.529 de 1946 que prescrevia, pelo menos no campo discursivo, atender uma demanda que estava omissa aos poderes executivos das esferas estadual e municipal, assumindo autonomia para esta pauta, relativa a

criação e finalidades da escola primária, que tornou-se nacional quando, aparentemente, apresentou os elementos constitutivos da Escola Nacional⁴⁵, esta, por sua vez institucionalizada no município, por meio das ações parlamentares em explícita repercussão ao movimento econômico-social que transpassava a cidade de Anápolis/GO nos anos de 1944 a 1960.

Este mesmo requerimento, com vista a ampliação do número de escolas primárias, tipificados enquanto grupos escolares para atender a demanda de instrução pública primária para população "pobre" do município, remonta a própria identidade e concepção historiográfica da criação e implementação dos grupos escolares, concebidos e caracterizados como afirma Ribeiro (2019):

Criados a partir de 1890 no Estado de São Paulo, os Grupos Escolares eram um símbolo do Estado Republicano que se organizava. Faria Filho (2000, p. 17) ressalta que os Grupos escolares eram “como parte de um projeto mais amplo que considerava a universalização do ensino como uma das características da República”, ou seja, representava a ideia de “modernidade” através da mudança na concepção e organização da escola. (p. 35)

A professora e vereadora Francisca Miguel menciona, no seu requerimento, a Lei ° 77 de 12 de outubro de 1948 e seu art. 4º, que cria 90 cargos de professores para o ensino primário no município, que podem ser aproveitados, caso a solicitação fosse atendida pelos colegas de plenário, nos grupos escolares.

O número de professores, com a Lei mencionada, ultrapassa em 2 vezes a quantidade de professores do ensino primário neste tipo de estabelecimento contados no censo de 1944. Em um período de quatro anos, o número de docentes, vagas e alunos cresceram

⁴⁵ Chamamos de "Escola Primária Nacional" a materialização do discurso e ações político-educacionais e pedagógicas, empreendidos por meio de um esforço conjunto, mas não harmonioso, do Estado brasileiro, Órgãos representantes da Educação brasileira e movimentos ideológicos da Primeira metade do Século XX, com vista a consolidação de um projeto de escola primária com as seguintes características: 1) As escolas de ensino primário terão sempre caráter nacional; 2) Seus **objetivos**, a sua **organização** e o seu **funcionamento**: a) quando leve os alunos a falar e a escrever correntemente o idioma nacional, b) quando neles desenvolva o sentimento cívico e o espírito de brasilidade (patriótico), integrando-os na unidade, e na comunhão nacional; c) quando adote os padrões ou tipos de ensino consignados na lei federal, d) quando o ensino for ministrado por professor brasileiro, habilitado em escola nacional, e sua direção estiver entregue a brasileiro nato, nas mesmas condições; e) quando satisfizer, em seus programas, ao mínimo fixado, pelas autoridades federais, no que diga ao ensino da linguagem, da geografia e da história pátria; f) quando ministrar o ensino exclusivamente em língua nacional, g) quando, por meio de instituições concorra para incentivar, no meio social ambiente, o amor ao País, às suas instituições e às suas tradições. (ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE EDUCAÇÃO, p. 59, 1946. Adaptado)

significativamente, ventilando o cenário econômico do município. Este requerimento, peça importante para este quebra-cabeça, foi o início do processo. Com ele, a legisladora encaminhou uma lista constando o nome, a idade, o sexo, a filiação e o endereço, perfazendo um total de 200 candidatos sem acesso aos grupos escolares, estes, criados especialmente para atenderem as crianças "pobres" do município.

Destaca-se que a evasão escolar é latente em toda a história da escola primária anapolina, desde seus primórdios, principalmente pela população, filhos de trabalhadores, agricultores, não abastados, como afirma Ferreira (1981, p. 129). Outrossim, as matrículas são um número considerável e a próxima fonte é material para alicerçar esta discussão, ainda no contexto do município pedagógico, buscando meios de tecer um diálogo entre as fontes municipais, o censo de 1944 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da concepção de que as fontes municipais apresentam vestígios relevantes para a história da educação anapolina.

O discurso patriótico, cívico e moral está presente nos projetos de leis e requerimentos em tela. O Projeto de Lei nº 72, de 1950, trata da Escola Primária Nacional e sua implementação em Anápolis/GO, a aquisição de uniformes para os alunos *pobres* do Grupo Escolar Antensina Santana (1926) e discute aspectos de caixa escolar, distribuição de sopa e alimentos à *moçada pobre* e elementos que correspondem diretamente ao contexto de nacionalização do ensino primário.

É substancial destacar estes pormenores, pois esta pesquisa tem buscado meios de ressaltar o caráter nacionalizador e nacionalista da escola primária, implementada na cidade de Anápolis, entre os anos de 1944 até 1960. O projeto em tela, inicia-se com a apresentação do registro cartorário da doação que ocorreu por um fazendeiro particular, ou seja, até onde se pesquisou, o Srº Sebastião Antônio de Souza não possuía vínculo com a Câmara Municipal em cargos comissionados ou recebia valores e ajudas financeiras da mesma. Em nenhum documento anterior a este, o nome do fazendeiro é mencionado, a não ser no Tabelionato do 2º Ofício Cível de Serventia Vitalícia⁴⁶, em um processo de doação de terreno para a construção de uma escola rural, esta, até o momento da pesquisa, não havia sido construída e ressalta-se que a data do registro remonta ao ano de 1952. O requerimento escrito de próprio punho apresenta a seguinte reclamação:

⁴⁶ Em consulta aos registros do Tabelionato de Notas e histórico do Departamento de Pessoal da Câmara Municipal de Anápolis, não há registros de servidor com este nome. 09/08/2021.

Seja oficiado ao Senhor Prefeito municipal pedindo encaminhamento sobre a construção da Escola rural sito a fazenda "Varjão", deste município, iniciada ainda na administração do Srº Carlos de Pina, sobre um terreno doado ao Estado de Goiás pelo cidadão Sebastião Antônio de Souza, para nele ser construída a referida escola, cuja construção, *inexplicavelmente* acha-se paralisada, o que vem de acumular grande prejuízo, tanto aos *órfãos da nação* como a juventude daquela região que se vê privada de uma escola. (PROJETO DE LEI nº 249 de 1952, p. 2 - grifo nosso)

A caracterização das ações em âmbito municipal, em parceria com o poder estatal e membros da sociedade, é um indício forte de um município que era favorável às medidas de implementação e expansão ideológica do modelo de escola primária nacional. Na linha três do trecho analisado, usa-se o termo "órfãos da nação", recorrente em outros documentos analisados, bem como "filhos da pátria".

No compasso político-partidário municipal e sua relação estreita ao projeto ideológico de uma escola primária nacional, o governo federal, subsumindo o dever do executivo municipal, tem-se a solicitação transcrita no Projeto de Lei nº 253 de 1948, entre o Ministério da Educação e o partido União Democrática Nacional (UDN). Neste Projeto de Lei há uma cobrança ao governo federal, especialmente ao Ministro da Educação, que seja apreciado o voto discutido em plenário pelos parlamentares, a saber:

Na qualidade de líder da bancada UDN, venho por meio deste justificar o nosso voto e declarar que todos os vereadores de minha bancada tem sido e serão sempre favoráveis a todo projeto ou iniciativa em favor da difusão do ensino em qualquer de seus graus. (PROJETO DE LEI nº 253 de 1948, p. 2).

No escopo dos estudos acerca da ideologia, é evidente a articulação em âmbito municipal, claramente partidário neste documento, uma vez que é necessário destacar os variados projetos político-partidários existentes e prementes nos textos e discursos dos pareceres e requerimentos, pois trata-se de uma casa legislativa, direcionados à pauta da educação e da criação de escolas primárias, não oferecendo resistência ao movimento nacional de criação de escolas primárias.

Neste caso em específico, do Projeto de Lei nº 253 de 1948, o edil Srº João Luiz de Oliveira, toma, em nome do seu partido, um embate acerca da instalação de um ginásio secundário, onde funcionava um grupo escolar. Naquele momento, década de quarenta, este, era o tipo de estabelecimento primário que rememorava o caráter republicano e republicano, que distinguia no campo discursivo e material (prédio, mobiliário, organização pedagógica e assistencialista), o "velho sistema falido" e sobrepunha o novo com ar de modernidade.

Ademais, conforme o próprio texto do parlamentar e outros integrantes do partido, a defesa para a manutenção do grupo escolar e a criação do ginásio em outro espaço era também de cunho pedagógico, pois no relatório que se segue a defesa o parlamentar diz que, como continuavam a ser contrários ao funcionamento no prédio do grupo escolar, isto porque na aquele estabelecimento de ensino primário seria grandemente prejudicado (1948, p. 2), o que na deliberação plenária final é alcançado com seis votos favoráveis ao arquivamento e cinco a favor da demolição do grupo escolar para a instalação da escola ginásial.

Assim, percebeu-se, na análise das fontes, que enquanto os debates ocorriam com o propósito político, em sua maioria, eram de instituições escolares, planos pedagógicos e implementação de estabelecimentos de ensino que o plenário se ocupava.

Em comparação quantitativa de projetos de leis de outras ordens, que eram debatidos e votados durante o ano de 1948, têm-se um número de quatro projetos voltados para a educação, de cada 10 que eram levados ao plenário, nem todos relacionados à escola primária, por isso não se encontram aqui, como a criação e a instalação da escola técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) pelo presidente nacional Roberto Mange, a instalação de Educandários, etc.

A relação entre o município de Anápolis, posto enquanto município pedagógico nesta pesquisa, articula-se na esteira entre o governo federal diretamente com a municipalidade, pois não há registro de um diálogo, neste caso, com o estado, mas sim com o Ministro da Educação e Saúde Pública Raul Leitão, predecessor de Gustavo Capanema, ministros Vargasistas que empreenderam e consolidaram o projeto ideológico da escola primária nacional.

Honorato (et al., 2019, p. 152-162) chamam a atenção para a relação direta do município com o governo federal, assumindo, de certa forma, a competência exclusiva de criação de grupos escolares, no momento de responsabilidade estadual, uma vez que não reconhece a hierarquia das esferas de poder, dirigindo-se ao governo federal em sua solicitação.

Ademais, o Projeto de Lei nº 253 de 1948 aponta para um caminho que é repetido em outros requerimentos, como o assunto e o texto do projeto nº 247 de 1948, onde se discute a educação cívica, que, no entendimento dos parlamentares, requeria da Agência Nacional de Educação uma atenção para sua aplicação e determinações em âmbito municipal. O projeto ideológico da escola primária nacional, encontrou no discurso dos parlamentares anapolinos, campo fértil para sua expansão.

Avançando na análise deste projeto e considerando as diretrizes da categoria município pedagógico sistematizadas por Honorato (et al., 2019, p. 152-162), há que se considerar as ações conjuntas entre as esferas federais, como os embates e os discursos e implementações em

parcerias do governo federal, estadual e municipalidade de Anápolis, a complementaridade de receitas, a indicação de criação de estabelecimentos e as reformas que prescindem aos interesses estaduais e federais, presentes nos requerimentos das vereanças.

Ao se debater a criação de uma educação ginásial, tem-se também um vislumbre da ação municipal autônoma e deliberadamente educativa, apontando para a regulamentação complementar. Esse é um importante passo para a nacionalização escolar.

Das diretrizes sistematizadas, para possibilitar os estudos, a partir da categoria município pedagógico, têm-se as ações de ordem das finanças e os orçamentos para as atividades consideradas essenciais na difusão e na implementação da instrução pública primária, que contemplavam o trabalho docente em localidades distantes do centro administrativo de Anápolis, em geral nos bairros Jundiá e Vila Góis.

O requerimento nº 36 de 1960, já na virada da primeira metade do século XX, é pauta o investimento em transporte para os orientadores, terminologia utilizada no documento para se referir aos professores que lecionavam nas zonas urbanas distantes dos centros urbanos da municipalidade. O que se notou é que há uma disparidade presente nas fontes analisadas, no tocante a denominação dada por parte dos parlamentares para a função dos professores, latente nos pareceres, o que aponta para um desconhecimento destes ao exercício do professorado e da própria legislação educacional.

A destinação de verbas para a locomoção diária das professoras já existia no município desde o início da década de 1940, vetada sem explicação e aviso prévio, o que é ventilado no trecho que se segue pela orientadora (terminologia empregada no documento) professora Ivanilde Faria Vieira:

Solicito à V. Excia. O favor de fazer chegar aos Nobres vereadores desta Câmara Municipal, o apelo que insistentemente fazem as professoras locais que lecionam nos mais distantes grupos, a fim de que seja restabelecida a verba que assegurava o transporte das mesmas. (REQUERIMENTO nº 36 de 1960, p. 2)

As reivindicações populares ou de classe de profissionais são configurações de um município que se ergue enquanto território pedagógico. São mobilizações, pedidos, solicitações, cobranças que partem da sociedade organizada por meio de seus professores, direcionadas à prefeitura ou câmaras municipais, com o propósito de haver retorno e melhorias, ou novas implementações com fulcro na institucionalização da instrução pública primária,

mesmo que estas ações, na época, não tivessem classificadas enquanto medidas de um território educativo.

O diálogo pedagógico, envolvido nas cobranças, sempre permeado pelo norte educativo e cercado pela implementação e expansão da escola primária, insere as ações num modelo que consubstancia-se com a cidade enquanto município pedagógico, imbuído de valor educativo.

Sobre o requerimento em tela, da Sr^a Ivonilde Faria Vieira, após debate em plenário, com participação de 11 vereadores que compunham a Câmara Municipal na época, há o seguinte desfecho por parte do Sr^o vereador Presidente Jeverson Chaves Canedo:

Capeando o presente, temos o prazer de remeter à apreciação dessa colenda Câmara, o incluso projeto de lei que autoriza este Executivo a proceder abertura de crédito especial na importância de Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros) para atender as despesas com o transporte de Professoras de Ensino Primário aos diversos estabelecimentos desta cidade. (REQUERIMENTO nº 36 de 1960, p. 5)

Ainda no campo da discussão orçamentária, característica determinante das ações municipais pedagógicas, a quantia de C\$ 100.000 (cem mil cruzeiros) foi aprovada em caráter de crédito especial, ou seja, não é votado enquanto gasto permanente, poderia ser revogado a qualquer momento e como esta pesquisa se refere aos dados das fontes até 1960, não foi possível aferir até quando este crédito especial permaneceu atendendo as demandas por transporte solicitado, outrossim, até o último exercício, esta municipalidade colaborou com o ensino público, oferecendo às professoras anapolinas o transporte para traslado de ida e vinda aos grupos escolares e escolas isoladas de Anápolis, que se distribuíam nos diversos bairros, denominados de longínquos.

As reivindicações populares são traços definidos e latentes no presente documento. Ao comparar outras pesquisas, como dos professores Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015, p. 7-18), é possível compreender as ações que passam despercebidas da história oficializada, tida como verdadeiras e únicas e que excluem as minúcias locais, estas, por sua vez, traduzem um cenário mais amplo, como da professora Clélia Nunes, que, representa de forma contumaz, as ações e solicitações por parte de populares para a ampliação de escolas primárias, bem como a manutenção de estabelecimentos já criados e o alargamento de políticas municipais que financiem a permanência de professores em sala de aula. Escrito de próprio punho, um requerimento que aponta para reivindicações locais para a retomada de funcionamento da Escola de Forquilha, zona rural, alheia as atividades urbanas e comerciais:

pede para que ouvida a casa seja encaminhado ao Srº Prefeito um pedido no sentido de providenciar um cômodo próximo ao grupo escolar onde será instalada uma cozinha destinada ao preparo da sopa escolar que é servida aos alunos pobres em vista da deficiência da atual. (PROJETO DE LEI nº 238 de 1948)

O referido projeto foi votado em plenário e arquivado sem nenhuma explicação por parte dos vereadores Srº Absalão Lopes (relator), Srº José Batista, Srº Loid Lima, na data de novembro de 1952. Em um sentido mais lato de compreensão das articulações políticas perceptíveis nos documentos, há que se considerar o fato de que a referida escola era de responsabilidade, de acordo com a câmara, do Estado e não cabia, nesse momento, abrir concessão especial para a manutenção pecuniária da senhorita professora Clélia Nunes, caso isolado no mote de análise que emprega-se aqui, uma vez que em sua maioria, a câmara municipal assume parcialmente estas incumbências financeiras, arcando com a parte que cabia ao estado e que não era repassada.

O interesse das elites locais no fomento às caixas escolares é objeto que merece atenção em outro momento, dado o objetivo desta tese, porém, alguns indícios da atuação assistencialista por parte do município podem ser percebidos por solicitação de populares e agentes administrativos das escolas primárias. No Projeto de Lei nº 238 de 1948, tem-se uma solicitação para criação de um grupo escolar, de uma cozinha para atender, como consta no próprio documento, os *alunos pobres* desta unidade escolar. Como pode ser observado no trecho transcrito a seguir:

Pede para que ouvida a casa seja encaminhado ao Srº Prefeito um pedido no sentido de providenciar um cômodo próximo ao grupo escolar onde será instalada uma cozinha destinada ao preparo da sopa escolar que é servida aos alunos pobres em vista da deficiência da atual. (PROJETO DE LEI nº 238 de 1948)

O caráter assistencialista da secretaria municipal de educação da cidade de Anápolis, em parceria com entes da sociedade civil, é perceptível no Projeto de Lei nº 35 de 1955 e aponta para a articulação entre a casa legislativa e a população.

Outro Projeto de Lei relevante para esta discussão acerca da relação entre a sociedade anapolina e os poderes públicos municipais, Câmara Legislativa e Prefeitura, é o de nº 22 de 1949, encaminhado para votação em plenário pela parlamentar Francisca Miguel, ela solicita

que seja aprovada a criação de uma escola primária rural, como pode ser conferido em sua solicitação:

Os vereadores que estes subscrevem vêm respeitosamente requerer a V. Excelência, depois de submetida à apreciação da Casa, oficiar ao Snr. Prefeito Municipal solicitando do mesmo a criação de uma Escola Isolada na Vila Góis, ainda para o funcionamento no início do ano letivo de 1949, visto que o Snr. Secretário de Educação deixou a seu encargo a escolha dos locais para preenchimento de algumas escolas existentes no quadro destinado a Anápolis e ainda não instaladas. O estabelecimento referido trará ao bairro grandes melhoramentos e facilidades para as crianças em idade escolar visto estar afastado do centro urbano e dos estabelecimentos primários. Sala das Sessões da Câmara Municipal em 7 de fevereiro de 1949. (PROJETO DE LEI nº 22 de 1949)

Esta solicitação é resultado de uma articulação da vereadora junto à comunidade anapolina. O quadro a seguir é a coletânea de dados de alunos em idade escolar que residiam na Vila Góis, um dos bairros mais antigos do município. A escolha de trazer esses dados para o corpo da tese, em forma de quadro foi pensada considerando o que o próprio documento tenta apresentar para os parlamentares à época e dentro daquilo que o documento se nos apresenta.

Quadro nº 13 - Lista nominal de crianças da Vila Góis

NOME DO PAI	NOME DOS FILHOS	N	IDADE	SEXO	ENDEREÇO
Monoel Francisco de Freitas	Irondina Rosa	32	13 anos	F	
	Maria Diva	33	8	F	
José Lucindo dos Reis	Maria dos Reis	34	12	F	
	Jesuino dos Reis	35	10	M	
	Valderney dos Reis	36	7	M	
Joaquim Pereira	Geraldo Pereira	37	11	M	
	Lorival Pereira	38	9	M	
	Sebastião Pereira	39	7	M	
Elmiro Dias dos Santos	Ana	40	11	F	
	José Dias	41	9	M	
	Manoel	42	7	M	

Mathilde Inácio	Silas Gouveia	43	14	M	
	Jeovah Gouveia	44	12	M	
	Elzo Gouveia	45	8	M	
Santinha Rodrigues	Vitalmiro Rodrigues	46	19	M	
Maria dos Santos	Maria dos Santos	47	10	F	
José Ambrósio da Silva	Sebastiana da Silva	48	14	F	
	Maria da Silva	49	12	F	
Olides Garcia rosa	Terezinha Rosa	50	8	F	
José Juvencio Pires	Ismael Pires de	51	8	M	
Adalécio Corentino	Lourival Soares Barbosa	52		M	
Luiza Tereza de Jesus		53	8	M	
Calixto Moreira dos Santos	José Moreira dos Santos	54	7	M	
	Maria Moreira dos Santos	55	10	F	
	Geralda Moreira dos Santos	56	8	F	
Marciano dos Reis Calçado	Osvaldo Reis Calçado	57	7	M	
José Rodrigues Silva	João Dias dos Reis	58	7	M	
	Valdivino Dias dos Reis	59	10	M	
Maria R. Conceição	Ida Pereira	60	9	F	
	Francisco Pereira	61	7	M	
José Ferreira Dias	Orcalino Ferreira	62	13	M	

Elaborado pelo autor. Dados extraídos do Projeto de Lei nº 22, de 07 de março de 1949. In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis. (RIBEIRO, 2019).

A lista apresentada à Câmara Municipal de Anápolis, pela vereadora, anexada a solicitação de criação de uma Escola Isolada no município no ano de 1949, é indício de um município que estava em plena expansão.

Todas as especificidades relativas ao tema proposto para esta tese, a expansão ideológica da escola primária nacional, sobretudo em Anápolis-GO, encontradas nas fontes, foram exploradas, o conjunto documental analisado aponta para um município em franco desenvolvimento econômico, que, centra-se na política imigrantistas e no investimento em sua via férrea, fatores que implicam no crescimento populacional, consequentemente em um terreno fértil para a expansão ideológica característica à escola primária nacional brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento construído, que ora se apresenta, teve o propósito de ampliar os estudos acerca da história da educação anapolina. Nesse sentido, o *corpus* documental inventariado e examinado – a apresentação do arquivo público e a sua posterior contextualização – propiciou reflexão crítica e análise documental como avanços.

A elaboração de um texto que contemple todas as nuances e tonalidades do objeto que se propôs analisar é uma tarefa desafiadora que exige do pesquisador o compromisso com o diferente: um novo olhar lançado sobre a sua fonte; a inquirição, que não é a mesma de ontem; referências teórico-metodológicas, que apontam para lugares que não são os mesmos e nem um pouco parecidos com o ponto de partida. Para levar adiante tal empreendimento, foi preciso considerar as informações que as fontes do arquivo municipal de Anápolis nos revelam acerca da constituição ideológica e da trajetória da Escola Primária Nacional, na municipalidade de Anápolis-GO, bem como procurar compreender a relação do povo anapolino com esta escola e seus anseios presentes nas solicitações encaminhadas aos parlamentares. Foi preciso, sobretudo, considerar que o projeto ideológico atribuído a Escola Primária Nacional de raptar a mente e coração do povo são características ideológicas constitutivas desse nível de ensino e presentes nestas fontes e que esses vestígios – revelados com a contribuição da categoria historiográfica *município pedagógico* – determinam a compreensão da expansão ideológica da Escola Primária Nacional, em Anápolis-GO.

No contato com o acervo histórico, foram localizados documentos que debatem aspectos de cunho social, político, cultural, artístico e estético acerca da Educação em seus vários níveis e modalidades em Anápolis-GO, foram encontrados personagens, até então, anônimos, como a professora e vereadora Francisca Miguel, que, após articulação de alguns vereadores quando da escrita da dissertação de mestrado deste pesquisador, teve sua contribuição ao município reconhecida e seu nome atribuído à uma Unidade Escolar e, dando nome também à Comenda que homenageia professores de Anápolis-GO.

Ao tecer uma discussão, que remonta aos trabalhos nacionais relativos à Escola Primária Nacional e seus fatores de expansão ideológica, esse estudo visa contribuir para os avanços já realizados no campo da História da Educação Brasileira, seja sistematizando as discussões acerca da historiografia educacional goiana e anapolina, seja ampliando o debate acerca da Escola Primária, introduzindo, na discussão acadêmica regional, a Escola Primária Nacional anapolina, apresentando, ainda, possibilidade de análise, pela categoria historiográfica *município pedagógico*, o que indica estudos futuros sobre o acervo histórico da cidade.

Ressalta-se que a temporalidade desta pesquisa – 1944 a 1960 – dá-se em função de não haver nenhum registro, no Centro de Pesquisa e Documentação de Anápolis (CEPEDOC), nem no Museu Alderico Borges de Carvalho, nem de fontes relativas à Escola Primária Nacional na década de 1930. Outra dificuldade ocorrida foi a falta de acesso aos documentos anos de 2020 e 2021, pois, com a pandemia Sars Covid 2019, as consultas aos acervos foram suspensas, o que delimitou a pesquisa apenas às fontes descritas no Quadro 5.

Destaca-se, que apesar dessas dificuldades, a pesquisa demonstra, que a seara, para as próximas pesquisas no campo da historiografia educacional anapolina, é fértil. Os arquivos da cidade e seu museu guardam fontes inestimáveis que favorecem a ampliação de debates que contemplam todos os eixos de discussão acerca da História da Educação regional e nacional. As possibilidades investigativas são inesgotáveis.

Dessa forma, esta tese permitiu compreender que a Escola Primária foi essencial para a propagação do projeto ideológico republicano que se instaurava com a chegada do século XX, cooptando a alma e a mente dos brasileiros, repercutindo diretamente no discurso institucional presente nas fontes analisadas. A análise desenvolvida indica que a expansão ideológica e a implementação da Escola Primária Nacional, entre os anos de 1944 e 1960, foram significativos e, no escopo dos estudos com fulcro na categoria *município pedagógico*, é evidente sua articulação em âmbito municipal, uma vez que é necessário destacar os variados projetos político existentes e prementes nos textos e discursos dos pareceres e requerimentos, pois trata-se de uma casa legislativa, que direciona as pautas da educação, em geral, e da criação de escolas primárias, em particular. Observa-se que a Escola Primária Nacional foi a materialização do discurso das ações político-educacionais e pedagógicas, empreendidas por meio de um esforço conjunto, mas não harmonioso, do Estado brasileiro, órgãos representantes da Educação brasileira e movimentos ideológicos da primeira metade do século XX, visando à consolidação de um projeto de escola primária com característica ufanista. Nesse sentido, a propagação do sentimento nacionalista e o discurso de uma educação bem orientada para atender à nação por meio de um comportamento pátrio e cívico, foram marcas das diretrizes das fontes consultadas.

Nesse sentido, percebe-se que a escola primária tinha um papel singular para esse projeto de nacionalização do povo brasileiro, nos moldes nacionais e na forma cívica, com a finalidade de moldar as mentes para o controle político, como pode ser observado no capítulo dois, no qual são analisados documentos selecionados por sintetizarem o movimento de nacionalismo e nacionalização da escola primária que, nas décadas de 1920, encontra-se sobretudo nas capitais do Brasil, com ênfase no Estado de São Paulo. Os documentos que se

destacam foram base para este momento da pesquisa: os anais da Conferência Interestadual de Ensino Primário, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1922, e os anais da Conferência de Ensino Primário e seus Discursos, Santa Catarina, em 1927. Estas fontes favoreceram a defesa da hipótese de que a expansão ideológica que marcou a escola primária, era apregoada de forma eucarística, com falas que exprimiam um sentimento religioso, ufanista, conservador e tradicionalista.

As discussões transcritas nestes anais exprimem o ideário nacionalista e as funções pedagógicas atribuídas à educação primária, como uma disciplina obrigatória de *moral e cívica*. Como pode ser percebido, tais discussões desencadearam a construção da tese de que os discursos e as ações políticas nacionalistas exacerbadas, empreendidas nas primeiras décadas do século XX, repercutiram na implementação de uma escola primária nacional, cívica e patriótica em perspectiva militarista no município de Anápolis-GO. É salutar, também, destacar que foi por estes caminhos que a *base* de regimes autoritários foi sendo construída, no bojo das ações ideológicas, sentidas até os dias de hoje, uma vez que a municipalidade de Anápolis-GO tem assumido frente no processo educacional, contando hoje com escolas militares de referência para este projeto, no estado de Goiás.

Um ponto importante, localizado no conjunto da análise empreendida, é a constatação do discurso institucional das autoridades políticas, intelectuais e de representantes de órgãos educacionais, presente nos anais das conferências e nos documentos, analisados no capítulo três e que representavam o desejo e, também, as determinações oficiais que seriam o norte para a implantação e a expansão ideológica da Escola Primária Nacional em território brasileiro. Isso constata que as conferências pela educação da primeira metade do século XX foram de caráter marcadamente nacionalista e os trechos transcritos e analisados expõem as instâncias de debate da educação nacional presentes nas fontes, a saber, os estrangeiros, as escolas primárias estrangeiras e a potencial sublevação à pátria e a segurança nacional, elementos presentes na análise empreendida e que sustentam o cenário de expansão ideológica e militar. Destaca-se, ainda que o problema não é manter a identidade nacional contra a identidade estrangeira, mas se fechar em conservadorismo, um nacionalismo autoritário e acrítico, pois, preservar a língua materna é importante.

Ademais, a escola primária nacional, que se consolidou no campo discursivo e da representação, se transformou na base nacional para a ideologia da sociedade capitalista que se instaurava, fazendo coro à ideologia mercantilista e desenvolvimentista. Desse modo, os estudos realizados nos documentos do acervo histórico apontam que o ufanismo das lideranças políticas anapolinas e o amor à pátria, apregoado pelos professores e líderes políticos da época,

foram fatores férteis para a expansão ideológica a que se almejava com a escola primária nacional, haja vista que os trechos dos pareceres parlamentares, analisados no capítulo três, apontam para a criação de escolas a partir da relação simbiótica das autoridades anapolinas e as diretrizes da escola primária nacional, conjunto de orientações e determinações por meio do Ministério da Educação em torno de um nacionalismo latente, que se materializava na criação de tipos de estabelecimentos de ensino primário público, a saber: grupos escolares, escolas isoladas urbanas e rurais.

O substrato constitutivo das representações, sobre o qual as políticas educacionais foram empreendidas nas primeiras décadas do século XX, fortalece o projeto ideológico do Estado brasileiro ao difundir os valores da escola primária nacional, sobretudo, em Anápolis-GO. Como afirma Souza (1998), a escola existe para a difusão dos valores capitalistas e está comprometida com a construção e a consolidação do novo regime político, elementos confirmados nas diretrizes das fontes analisadas.

No capítulo um, observa-se que a análise realizada por Souza (1998) – a partir do movimento paulista de implantação deste projeto de escola republicana na qual fica confirmado o vínculo entre a educação popular e a exaltação do novo regime republicano, adquirindo uma finalidade cívica, moral e instrumental, característica deste tipo de projeto de sociedade, se aplica às diretrizes presentes nas fontes do acervo histórico de Anápolis-GO, sendo as ações, no campo da materialidade, a criação de grupos escolares, escolas isoladas rurais e urbanas, o investimento assistencialista, o custeio para transporte etc. Outro ponto de convergência com as análises de Souza (1998), diz respeito à influência que os avanços dos sistemas nacionais de ensino de países europeus e dos Estados Unidos exercia sobre os republicanos paulistas, repercutindo, também, na municipalidade de Anápolis-GO, percebidas na organização seriada e controle do tempo, característicos dos grupos escolares criados entre 1944 e 1960.

A hipótese que se defendeu nesta pesquisa, acerca da Escola Primária Nacional, em Anápolis-GO e sua expansão ideológica, permitiu uma análise mais aprofundada sobre os conflitos sociais e políticos que repercutiram no contexto sócio-histórico da municipalidade de Anápolis, em Goiás, indicando, também, que as transformações econômicas, como implementação da via férrea - em consonância com a conjuntura de redemocratização e com o projeto de modernização da sociedade brasileira, contribuíram enquanto fatores da expansão ideológica da escola primária nacional na cidade.

No capítulo três apresentou-se, inicialmente, a história de Anápolis, em Goiás, na sua condição de freguesia e o processo ocorrido até a sua elevação ao *status* de cidade, no início do século XX. A apresentação desta trajetória histórica teve por finalidade refletir as condições

sociais e econômicas que envolveram a sociedade anapolina, como a implantação da Estação Ferroviária Prefeito José Fernandes Valente e o conjunto de ações de cunho econômico e social implementadas na cidade a partir desse marco econômico, que implicou na aceleração da densidade populacional e demografia social - com dados da Sinopse Estatística sobre o município - contribuindo para a expansão ideológica percebida nas discussões e no teor das fontes analisadas.

É salutar destacar que a história do municipalismo, de acordo com os estudos de Magalhães (2019), configura-se em um campo investigativo recente. Os municípios, afirma o autor, dispondo de capacidade deliberativa, possibilitam a reinterpretação das histórias nacionais, contadas na perspectiva do local para o nacional, do micro para o macro, transitando em três esferas: a municipal, a estadual e a nacional. A partir da construção dos Estados-Nação, os municípios assumem a atribuição de idear, criar, supervisionar, articular os pontos de acesso da sociedade civil, implementar ações de cunho instrucional e institucionalizar, seja no âmbito da provisão material ou pedagógica, seja na proposição de um projeto de lei para providenciar material da merenda escolar, seja no estabelecimento de lei para concurso de provimento de vagas para o magistério em escola rural.

Sendo assim, na municipalidade de Anápolis, as escolas primárias, no prosseguimento ao discurso modernizador, ou de cunho nacionalista, em conformidade com o Decreto-Lei nº 8.529, de 1946, atendiam a crianças de sete a doze anos, evidenciando, de forma explícita, o caráter patriótico e cívico, vinculado às determinações da alínea "a" do art. 1º do referido decreto, que determinava o exercício das virtudes cívicas e morais no processo de ensino-aprendizagem aos seus estudantes, os egressos do Jardim de Infância. . Um ensino que buscou na base implementar concepções conservadoras.

Isto posto, o que fica constatado, pela análise das fontes, é que, em que pese as contradições do ensino primário, Anápolis-GO pode ser considerado um território educativo, para os parâmetros estabelecidos na categoria historiográfica *município pedagógico*, pois a caracterização das ações em âmbito municipal, em parceria com o poder estatal e membros da sociedade, foi definidor para apontar um município que era favorável às medidas de implementação e expansão da escola primária nacional. Compreende-se, assim, que os elementos que implicaram na expansão da ideologia nacionalista, característica atribuída à escola primária, podem ser percebidos pela criação de escolas rurais e urbanas e investimento em programas assistencialistas, como a doação de uniformes e sopa aos estudantes, chamados, nas fontes, de 'filhos da pátria'. Exemplo maior de tutelamento de princípios nacionalistas pelo estado militar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. E. A. de. **A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o protestantismo em Anápolis**. 1997. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_Sandra_Elaine_Aires_de_Abreu.pdfAcesso em: 18 fev. 2021.
- ABREU, S. E. A. de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX**. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2006. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1461/1/A%20ESCOLA%20DOM%C3%89STICA%20DO%20COLEGIO%20AUXILIUM%20DE%20ANAPOLIS%20TCC%20PRONTO.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- ABREU, S. E. A. de; SOUTO, D. A. O grupo escolar Antensina Santana: criação, denominação e a arquitetura escolar. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 49 – 84, jan./abr. 2015.
- ALVES, M. F. **Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás (1898/1960)**. 2000. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_M%C3%ADriam_F%C3%A1bia_Alves.pdf f. Acesso em: 03 fev. 2021.
- ALVES, M. F. **Política e escolarização em Goiás - Morrinhos na Primeira República**. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação da UFMG, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAEC-7DBKZP/1/miriam_fabia_alves_tese_ufmg_.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.
- ALVES, M. F. Instrução Primária Em Goiás: possibilidades interpretativas a partir dos discursos políticos. Universidade Federal de Goiás, 2008.
- ANAIS DA CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO. **Documentos**. Rio de Janeiro: EMP Industrial, Editora: "O Norte", 1922. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30231/pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.
- ANAIS DA CONFERÊNCIA DE ENSINO PRIMÁRIO E SEUS DISCURSOS, 1927. Santa Catarina. Repositório, UFSC.
- ANÁPOLIS. REQUERIMENTO Nº 252 DE 1948. **Infância abandonada**. In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).
- ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 238 DE 1948. **Criação de cozinha para preparo "higiénico"**. In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 252 DE 1948. **A criação de Grupo Escolar.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 253 DE 1948. **União Democrática Nacional (UDN) e criação de Escola Primárias.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 247 DE 1948. **Educação Cívica.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 22 DE 1949. **Cria Escola Isolada na Vila Góis.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 72 DE 1950. **Uniformes e Caixa Escolar.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 265 DE 1952. **Fazenda Forquilha e a retomada de atividades de uma Escola Isolada.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 249 DE 1952. **Escola rural Fazenda Varjão.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 108 DE 1955. **Ministério da Aviação e Obras Públicas (Departamento dos Correios e Telégrafos) instituindo a merenda escolar em todos os Grupos Escolares do Estado de Goiás e regulamentando a distribuição da merenda escolar.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. PROJETO DE LEI Nº 35 DE 1955. **Compra de calçados e uniformes.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANÁPOLIS. REQUERIMENTO Nº 36 DE 1960. **Transporte escolar.** In: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, A. K. G. de. **A Escola Doméstica do Colégio Auxilium de Anápolis/GO (1938 – 1950): a criação, o ensino e mercado de trabalho.** 17 f. Monografia (Curso de Pedagogia) - Universidade Evangélica de Goiás, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1461/1/A%20ESCOLA%20DOM%C3%89STICA%20DO%20COLEGIO%20AUXILIUM%20DE%20ANAPOLIS%20TCC%20PRONTO.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ANDRADE, M. M. 2010. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10ª ed. São Paulo, Atlas, 158 p.

ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F. de; PINTO, R. N. A Escola Primária segundo as Mensagens dos Presidentes da República e dos Governadores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás entre 1930 e 1961: Propósitos Comuns e Desafios. In: SOUZA, R. F. de.; PINHEIRO,

A. C. F.; LOPES, A. de P. C. (Org.). **História da Escola Primária no Brasil**: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. 1ª. ed. Aracaju, SE: Edise, 2015, v. 1, p. 47-102.

ARAÚJO, J. C. S.; SOUZA, R. F; PINTO, R. N. (Orgs.). **Escola primária na Primeira República (1889-1930)**: subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012.

ARAÚJO, J. C. S.; VALDEMARIN, V. T.; SOUZA, R. F. de. **A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da história da escola primária no Brasil**: notas de um balanço crítico.

ARAÚJO, M. M. **O estatuto público da educação escolar primária federalizada**: Brasil e rio Grande do Norte (1937 - 1961), Aracaju, 2015.

ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **Anísio Teixeira na direção do INEP: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952-1964)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

ARCE, A.; VALDEZ, D. “A primeira infância vai à escola”: o Regulamento do Jardim da Infância – Goiás/1928. **Revista História da Educação**. Pelotas-RS: ASPHE/FaE/UFPeL, n. 16, p. 129-151, set., 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo, CENEDM, 1990.

BALDUINO, J. M. **Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80**. 1991. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, 1991. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Jos%C3%A9_Maria_Baldino.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

BARRA, V. M. L. da. (Org.). **Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

BARROS, A. M. A. **No altar e na sala de aula**: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963). 2010. 466 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2240/2949.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BARROS, F. **Lyceu de Goyaz**: elitização endossada pelas oligarquias endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937. 2006. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13810/1/FERNBarrosDISSPRT.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

BENCOSTTA, M. L. **A noção de cultura material escolar em debate no campo de investigação da História da Educação**, 2013.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital**. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BILAC, O. O escotismo. **A Escola Primária**. Anno XX, nº 10, janeiro de 1937, p. 127 – 130.

BORGES, H. C. **História de Anápolis**. Goiânia: Cerne, 1975.

BORGES, S. A. **Os cursos de história da Universidade Católica de Goiás: um olhar histórico**. 2005. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2000/1/Dissertacao%20Simone%20Aparecida%20Borges.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei** nº 8.529 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Lei de Acesso a Informações (LAI) nº 11.527 de 2011. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Publicação Original. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRETAS, G. F. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF / UFG, 2001.

BURKER, P. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CANEZIN, M. T.; LOUREIRO, W. N. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos).

CARDOSO, L. B. C. O higienismo e o currículo escolar na primeira metade do século XX: um olhar sobre a escola primária em Alagoas (1899-1950). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, 2017.

CARLOS, D. M. **A Pedagogia nas relações sociais no campo brasileiro: a ação educativa da Comissão Pastoral da Terra - (1975 a 1995)**. 2000. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Divina_Maria_Carlos.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

CARVALHO, I. B. de. **O mestre-escola como preceptor particular da cultura letrada em Itaberaí-GO nas três primeiras décadas do século XX**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado

em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/IRICELMA%20BORGES%20DE%20CARVALHO.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História, n. 127, 1989.

CASTELLANOS, S. L. V.; PANIZZOLO, C.; FREITAS, A. G. B de. **A circulação dos livros de leitura como cultura material escolar na institucionalização da escola primária: Maranhão, São Paulo e Sergipe na primeira metade do século XX**.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. **A escola e seus artefatos culturais**. (org.) São Luís: EDUFMS, 2013. 224 p.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. **Os artefatos culturais na escola modelo Benedito Leite**. São Luís: EDUFMA, 2013. 224 p.

CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. **Os livros escolares nas instituições de ensino no Maranhão Imperial**, 2013.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, M. de. A escrita da História. 3. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. **Revisão técnica de Arno Vogel**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (I). Curitiba, 1927. In: CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica higiene, moral, e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931)**. EDUSF, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (II), 1928. Belo Horizonte. In: CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica higiene, moral, e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931)**. EDUSF, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (III), 1929. São Paulo. In: CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica higiene, moral, e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931)**. EDUSF, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (IV), 1931. Rio de Janeiro. In: CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica higiene, moral, e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931)**. EDUSF, 1998.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (V), 1933. Niterói/RJ. In: CARVALHO, M. M. C. **Molde nacional e fôrma cívica higiene, moral, e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 - 1931)**. EDUSF, 1998.

COSTA, D. P.; CASTRO, C. A. **A formação das elites através das festas escolares do ginásio pinheirense (1953 - 1960)**, 2013.

COSTA, P; SOARES, J. C. O centenário da independência brasileira em nossas escolas primárias: narrativas históricas escolares em disputa, 2020. **Revista Brasileira de História da Educação**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e130>. Acesso em: 19 maio 2021.

DETIENNE, M. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DOURADO, B. B. **Educação no Tocantins**: Ginásio Estadual de Porto Nacional. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1071/1/Benvinda%20Barros.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização. vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FARIA FILHO, L. M. **Dos Pardieiros aos Palácios**: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918). 1996. 285f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, C. L.; CABRERA, I. I. **A UEG no olho do furacão**: O processo de criação, estruturação da Universidade Estadual de Goiás. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

FERREIRA, H. J. **Anápolis**: sua vida, seu povo. Brasília: Senado Federal, 1981.

FERREIRA, A. E. C. S. **Organização da instrução pública primária no Brasil**: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890 1930). 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FREITAS, R. A.; PARO, V. H. **O professor em Goiás**: sociedade e estado no processo de constituição da profissão docente, na rede pública de ensino fundamental e médio do Estado. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

FURTADO, A. C.; SCHELBAUER, A. R.; SÁ, E. F. de. Escola primária rural: caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930-1961). In: SOUZA, R. F. de.; GATTI JÚNIOR, D. **História das Instituições Educativas**: um novo olhar historiográfico. Revista Cadernos de História da Educação, Uberlândia: UFU, v. 1, n. 1, (2002). p. 73-76.

GALLEGO, R. de C.; CATANI, D. B. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo**: heranças e negociações (1846-1890). 2008. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18062008-171341/>. Acesso em: 15 set. 2021.

GIRALDELLI, T. R. M.; MACHADO, M. C. G.; MÉLO, C. S. Princípios e finalidades da escola primária e comum: a perspectiva de Almeida Júnior (1940-1950). Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2018.

GONÇALVES NETO, W.; MAGALHÃES, J. Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação – RBHE**, v. 9, n. 2 (20), p. 15-39, maio/ago, 2009. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/69/77/>. Acesso em: 18 mai. 2017.

GONÇALVES, A. M. **Democratização da Educação**: uma leitura das CBES 1980/1991. 1998. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, 1998. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert-Ana_Maria_Gon%C3%A7alves.pdf. Acesso em: 03 fev. 2021.

GONÇALVES, A. M. **Educação Secundária Feminina em Goiás**: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant'Anna - 1912/1937). Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004.

GUIMARÃES, W. P. **Memória e reforma do ensino de História na Rede Municipal de Goiânia (1983-1992)**. 2004.146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1217/1/Warlucia%20Pereira%20Guimaraes.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.
Hemeroteca digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

HOELLER, S. A.de O. **As conferências educacionais**: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 – Brasil. 2014. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

HONORATO, T; MONARCHA, C. De boca de sertão à cidade da instrução: institucionalização do ensino em Piracicaba no século XIX. **Revista da Educação Pública**, Cuiabá, v.25, n.58, jan./abr, p.175-198, 2016. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1908>. Acesso em: 20 jun. 2016.

INÁCIO, F. P. de S. Formação e profissionalização do docente primário em Goiás: a realização do projeto MEC/UNICEF/UNESCO (1961-1980). In: **VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**, 2007, Vitória ES. Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste 8.:2007: Vitória [ES] programação e anais. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2007. v. 1. p. 484-484.

INÁCIO, F. P. de S. **O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930 - 1964)**. 2005. 254 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas.2005. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252366>. Acesso em: 03 fev. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística do município de Anápolis. **In**: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC).

KOSELLECK, R. **Futuro e Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2002.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2001. 224 p.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1990.

CARDOSO, L. B. C. **O higienismo e o currículo escolar na primeira metade do Século XX**: um olhar sobre a escola primária em alagoas (1899-1950). 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, 2017.

LIMA, E. M.; ROCHA, L. M. F.; CRUZ, M. S.; Histórias cruzadas da escola primária no Maranhão, Acre e Bahia. In: SOUZA, R. F.; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, P. C. (Orgs.) **História da escola primária no Brasil**: investigações em perspectiva comparada em análise nacional. Aracaju: Edise, 2015.

LISBOA, A. C. **Villa-Lobos e o Canto Orfeônico**: música, nacionalismo e ideal civilizador. 2005. 183 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

LOPES, A. P. Prefácio. In: CASTRO, C. A.; CATELLANOS, S. L. V. **Os artefatos culturais na escola modelo Benedito Leite**. São Luís: EDUFMA, 2013. 224 p.

LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. **História da Educação**: o que você precisa saber sobre. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

LOPES, L. M. **Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos**: memória, história e leitura. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2034/1/Dissertacao%20leonardo.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

MARTINS, D. G. S. M. **A reconstrução histórica da Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (FESURV)**: 1968-2004. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_Deniza_Geny_Silva_Machado_Martins.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

MENDONÇA, R. C. B. .; ABREU, S. E. A. de. Ginásio Auxilium: a inauguração do ensino secundário elitista feminino em Anápolis/GO (1943). **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 29, n. 00, p. e021011, 2021. DOI: 10.20396/resgate.v29i1.8663650. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8663650>. Acesso em: 4 fev. 2022.

MÉLO, C. S. **Condições, impasses e perspectivas do Ensino Primário brasileiro, no processo da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61 da Universidade Estadual de Maringá**. 2016. 287 p. Tese (Doutorado em Educação).

Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2016. Disponível em:

<http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Cristiane%20Silva%20Melo.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

MESQUITA, I.; NASCIMENTO, E. F. V. C. do; CORRÊA, R. L. T.; SILVA, R. R. do N. Expansão da Escola Primária, história comparada entre Sergipe e Paraná (1930-1961): entrecruzando olhares. In: SOUZA, R. F. de S.; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. de P. C. **História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Editora do Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889)**. São Paulo: Editora Nacional, v. 1, 1939. Disponível em:

<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/231/2/147%20T2%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

MODESTI, T. **A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)**. 2011. 149 f. Tese (Doutorado em Educação) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96002/300001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MOREIRA, J. B. **Mulheres Docentes: saberes e fazeres na cidade garimpeira, Cristalândia-TO (1980-2007)**. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2085/1/Dissert%20Jairo%20Barbosa%20Moreira.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

MOTTA, D. das. et al. **A expansão da Escola primária no Rio Grande do Norte e no Maranhão (1930 - 1961)**.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 2001.

NASCIMENTO, D. DO. **Inspeção Escolar, Patriotismo E Escola: organização da Inspeção Escolar E Cultura Cívica nas Escolas Primárias de Santa Catarina (1900 – 1930)**, FAPESC, 2008.

OLIVEIRA, D. A. F. B. de. **A expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia: um estudo comparativo**. 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1997/1/dissertacao%20Danusia%20-%20educacao.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

OLIVEIRA, M. G. L. **A formação do professor através da revista A Escola Primária**. (Distrito Federal, 1916 - 1938). In: Encontro internacional e XVIII encontro de história da ANPUH Rio. **História e parcerias**. Niterói/RJ: UFF, 2018. v. 1. p. 1-9.

OTTO, C. **Cultura escolar**: prescrevendo regras de bom comportamento. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

PADOVANI, R. C. **Lugar de escola e "lugar de fronteira"**: a instrução primária em Boa Vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PANIZZOLO, C. Patrimônio cultural e história da educação: reflexões investigativas acerca da escola republicana e seus materiais. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (orgs.). **A Escola e seus Artefatos Culturais**. 1ª. ed. São Luís – Maranhão: EDUFMA, 2013.

PAULA, G. C. C. de. **A atuação da União Nacional dos Estudantes - UNE**: do inconformismo à submissão do estado (1960 a 2009). 2009. 383 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1167/1/tese%20gil%20cesar.pdf> . Acesso em: 03 fev. 2021.

PEIXOTO, A. (1916). **A escola primária**. Ano 1, n.1, 1. Repositório UFSC.

PEREIRA, E. L. M. **Modernização e expansão do ensino em Porangatu na década de 1950**. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1209/1/Edna%20Lemes%20Martins%20Peira.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

PEREIRA, L. A.; FELIPE, D. A.; FRANÇA, F. F. **Origem da escola pública brasileira: a formação do novo homem**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 45e, p. 239–252, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i45e.8640120. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640120>. Acesso em: 13 jan. 2022.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PICCOLO, M. **A disciplina História da Educação em cursos de Pedagogia**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. de P. C. (Org.). **História da escola primária no Brasil**: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015. p. 103-146.

PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. de P. C.; BERGER, M. A.; RESENDE, F. M. Que escola primária? Um estudo comparado das marcas e lembranças de um nível de escolarização. In: SOUZA, R. F. de; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. de P. C. (orgs.). **História da escola no Brasil**: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional. Aracaju: Edise, 2015.

PINTO, R. N. **Goiânia, no 'coração do Brasil'** (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação. 2009. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2009.

PIRES, L. L. de A. **O ensino secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50**. 1997. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_Luciene_Lima_de_Assis_Pires.pdf Acesso em: 03 fev. 2021.

PRUDENTE, M. das G. **O Silêncio no Magistério: professoras na instrução pública em Goyaz, Séc. XIX**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/MARIA%20DAS%20GRACAS%20CUNHA%20PRUDENTE.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2021.

QUEIROZ, Z. F. de. **Materiais Escolares no Resgate da História da Educação no Cariri cearense**, 2012.

REVEL, Judith. **Nas origens do biopolítico: de Vigiar e Punir ao pensamento da atualidade**. In. GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar. Foucault 80 anos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 51-62.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: claraluz, 2005. 96p.

REZENDE, M. A. S. **O sentido histórico da criação da Faculdade de Educação na UFG**. 1997. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_Maria_Auxiliadora_Seabra_Rezende.pdf Acesso em: 12 set. 2021.

RIBEIRO, D. J. **A História da Educação em Anápolis-GO: suas escolas, seus alunos, seus professores, uma introdução aos estudos da História da Educação no município - parte I**. KELPS, 2019. 64 p.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930 a 1954). **R. Educ. Públ.** [online]. 2014, vol.23, n.54. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S223820972014000400011&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 03 fev. 2021.

ROCHA, F. R. **Cultura e educação de crianças negras em Goiás (1871-1889)**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1186/1/FERNANDA%20FRANCO%20ROCHA.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2021.

RODRIGUES, Z. de A. **Universidade Federal de Goiás: modernização da estrutura e da organização do trabalho acadêmico - 1984/1997**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

SANT'ANNA, S. B. e; MIZUTA. C. M. M. **A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO BRASIL IMPERIAL: 1850 A 1889**, 2014.

SANTOS, A. V. dos. A campanha nacionalista e a inspeção escolar em Santa Catarina. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

SANTOS, E. C. R. dos. **Escolas reunidas e grupos escolares**: similaridades e diferenças na instrução primária em Mato Grosso, 2013.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006.

SCHENA, D. R. **O lugar da Escola Primária como portadora de um projeto de nação**: o caso do Paraná (1890 - 1922). 19 p. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/8554_4698.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SHUELER, A F. M. de. **Crianças e escolas na passagem do Império para a República**. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, n.37, 1999. p.59/84.

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A. M. B. de M. **Educação Escolar na Primeira República: Memória, História e Perspectivas de Pesquisa**. Ed. UFF, 2009.

SILVA, D. J. G. **Os Cursos de Matemática da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás**: História e Memória. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1176/1/Dagmar%20Junqueira%20Guimaraes%20Silva.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, M. J. da. **A reconstrução histórica do Campus de Catalão**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, 2005.

SILVA, T. F. S e. **Gênero, história e educação**: a experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás (1827 - 1889). 2010. 240 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SILVA, V. L. G. da; PETRY, M. G. Materialidade Escolar em Cena: um pouco da produção na História da Educação. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (Org.). **A Escola e seus Artefatos Culturais**. 1ª. ed. São Luís – Maranhão: EDUFMA, 2013.

SILVA, V. L. G. da; SOUZA, G. de. Percursos e recursos de uma experiência formativa em pesquisa sobre Cultura Material Escolar. In: SOUZA, R. F.; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. P. C. (Org.). **História da escola primária no Brasil**. 1ª. ed. Aracaju: Edise, 2015.

SOARES, MAGDA. **Alfabetização no Brasil – O Estado do conhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 1989. Disponível em: <https://www.coursehero.com/file/65463001/Estado-do-conhecimento-Soarespdf/>. Acesso em: 2 jan. 2022.

SOUZA, G.de. Cultura material na escola primária paranaense: rituais e gestos de professores e autoridades de ensino na organização do cotidiano escolar no século XIX. In: CASTRO, C. A.; CASTELLANOS, S. L. V. (Org.). **A Escola e seus Artefatos Culturais**. 1ª. ed. São Luís – Maranhão: EDUFMA, 2013.

SOUZA, J. O. **Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960)**. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_Jo%C3%A3o_Oliveira_Souza.pdf. Acesso em: 12 set. 2021.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**. A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, R. F. de. (Org.). **Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)**. Araraquara: FCL/UNESP, 2011.

SOUZA, R. F. de. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo na Primeira República**: subsídio para a história comparada da escola primária no Brasil, 2010. 148-191.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, R. F. de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D. et. al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, R. F. de. **A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira**: reflexões para debate. UNESP, 2019.

SOUZA, R. F. de; SILVA, V. L. G. da; SÁ, E. F. de. **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**. Investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1930). Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013.

TEIVE, G. M. G.; CUNHA, M. T. S. **Circulação de princípios da Escola Nova no Ensino da leitura e nos livros escolares de Santa Catarina (1930 a 1960)**.

VALDEMARIN, V. T.; ROCHA, H. H. P. Métodos de ensino e renovação educacional na produção em História da Educação. In: SOUZA, R. F.; PINHEIRO, A. C. F.; LOPES, A. P. C. (Org.). **História da escola primária no Brasil**. 1ª. ed. Aracaju: Edise, 2015.

VALDEZ, D.; BARRA, V. M. L. da. História da Educação em Goiás: estado da arte. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 21, n. 45, p. 105-126, 2012. DOI: 10.29286/rep.v21i45.335. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/335>. Acesso em: 4 fev. 2022.

VEIGA, C. G. Monopolização do ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada. Campinas-SP: **Anais do X Simpósio Internacional Processo Civilizador**, abril / 2007.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIDAL, D. G. (Org.). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. **As lentes de história:** estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VIEIRA, V. D. **Goyas, século XIX:** as matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino. 2007. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102146>. Acesso em: 03 fev. 2021.

ZARATIM, J. R. **A reestruturação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás no período de 1984 a 2004.** 2006. 202 p. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Universidade Federal de Goiás, 2006. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/2054/1/ZARATIM.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ANEXOS

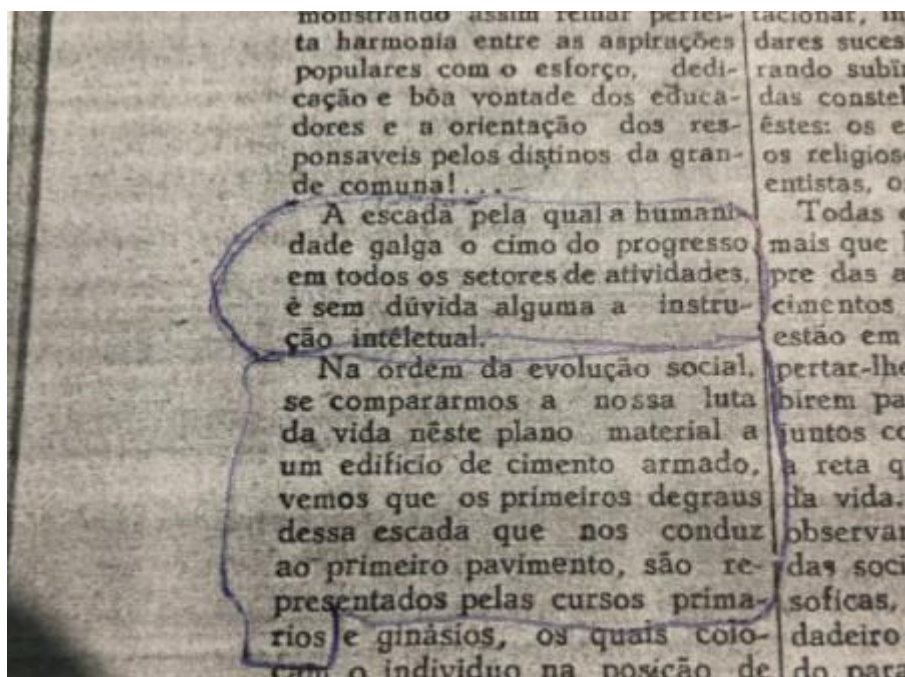
ANEXO A – FOTOGRAFIA DA PROFESSORA FRANCISCA MIGUEL

Figura 2 – Fotografia da Professora Francisca Miguel



Fonte: Museu Alderico Borges de Carvalho.

ANEXO B - JORNAL ANNÁPOLIS



Fonte: Centro de Pesquisa e documentação (CEPEDOC) da Câmara Municipal De Anápolis.

ANEXO C - JORNAL A NOTÍCIA



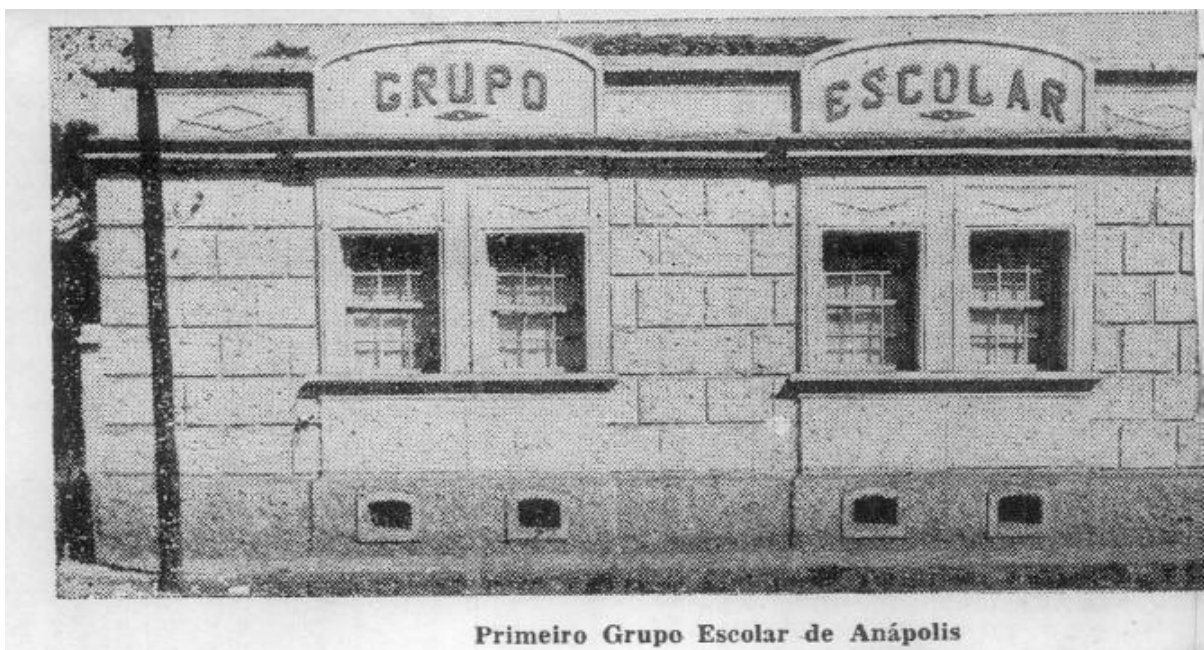
Fonte: Centro de Pesquisa e documentação (CEPEDOC) da Câmara Municipal De Anápolis.

ANEXO D - GOVERNANTES DE ANÁPOLIS ATÉ A DATA DE 1960

NOME	Período	MANDATO
José da Silva Batista	1892-1893	Nomeado
Lopo de Souza Ramos	1893-1895	Eleito
Antonio Pereira de Souza Dutra	1895-1897	Eleito
Manuel Francisco da Abadia	1897-1899	Eleito
Antonio Crispim de Souza	1899-1903	Eleito
Américo Borges de Carvalho	1903-1907	Eleito
Joaquim Prudêncio Batista	1907-1911	Eleito
Manuel Francisco da Abadia	1911-1915	Eleito
Cristóvão Campos	1915-1919	Eleito
Odorico da Silva Leão	1919-1923	Eleito
Graciano Antonio da Silva	1923-1927	Eleito
Adalberto Pereira da Silva	1927-1930	Eleito
João Luís de Oliveira	1930-1934	Nomeado
Irani Alves Ferreira	1934	Nomeado
José Fernandes Valente	1934-1940	Nom/Eleito/Nomeado
Manoel Demóstenes B. Siqueira	1940-1943	Nomeado
Joaquim Câmara Filho	1943-1945	Nomeado
Graciano Antonio da Silva	1945	Nomeado
José do Couto Dafico	1945-1946	Nomeado
Plínio A. Gonzaga Jaime	1946	Nomeado
Graciano Antonio da Silva	1946-1947	Nomeado
Adail Lourenço Dias	1947	Nomeado
Baltazar dos Reis	1947	Nomeado
Carlos de Pina	1947-1951	Eleito
Sócrates Mardocheu Diniz	1951-1953	Eleito
João Luís de Oliveira	1953-1955	Eleito
Carlos de Pina	1955-1959	Eleito
Heli Alves Ferreira	1959-1962	Eleito

Fonte: Centro de Pesquisa e documentação (CEPEDOC) da Câmara Municipal De Anápolis.

ANEXO E - PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DE ANÁPOLIS (1926)



Fonte: Centro de Pesquisa e documentação (Cepedoc) da Câmara Municipal de Anápolis..

ANEXO F - JORNAL ANNAPOLIS

A INAUGURAÇÃO

Publicamos abaixo o discurso pronunciado pelo nosso companheiro de redação Dr. Luiz de Godoy, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da estação local, em 28 de agosto de 1933.

E' uma obra prima, um estudo historico, perfeito e completo da nossa unica via ferrea, para a qual chamamos a attenção de nossos presados leitores.

Meus senhores.

Incumbido da árdua tarefa de interpretar os sentimentos do povo anapolino nesta eloquente e memorável solenidade, seja-me permitido frisar, antes de tudo, que a outro deveria ser confiada tão importante missão. Entretanto, não vos molestarei com as impertinentes excusas, nem com rasgos de modestia, porque ninguém mais do que vós, conhece melhor a minha incompetência e obscuridade. Além disso, sou dos que pensam que deve ser poupado o mais possível o palavreado inútil, a verbosidade fútil, as torrentes impetuosas da retórica fôra, porque são incompatíveis com a nova era das realizações objetivas, com a sã mentalidade moderna. O momento atual é de ação, de fatos concretos e positivos e não de palavras ócas ou de floreios de linguagem.

E' verdade que a magnitude e a alta significação desta festividade, que encadeia todos os corações goianos, deveria ser correspondida com uma peça fluente e embriagadora de algum orador consagrado. Mas já que as circunstâncias vos roubaram essa oportunidade, peço-vos me desculpei pela audácia de vir prender a vossa atenção para uma alocação tão descolorida e onde a pobreza da imaginação se alia com a rusticidade da forma. Apenas me desobrigo de um imperioso e indeclinável dever.

Senhores! O lançamento da pedra angular da estação ferroviária de Anápolis é para todos nós, de uma indelével significação, podendo-se afirmar que é a mais tocante solenidade que já se registrou nos fastos da história desta abertosa terra, desde a sua fundação por Gomes de Souza Raimos em 1870. Quando em 1910, no fecundo governo Nilo Pecanha, o engenheiro Luiz Schorler fez os estudos da E. F. Goiás até Leopoldina e iniciou a sua construção, partindo de Araguari, uma radiosa esperança inundou a alma de todos os habitantes do interior brasileiro. Foi, para a locomotiva, concebida na Inglaterra por Georges Stephenson em 1814 e somente aproveitada para meio prático de transporte em 1825, tem sido até hoje e ainda por muito tempo, em todas as regiões do planeta, a mais importante e eficiente mensageira do progresso, da riqueza e da civilização.

Anápolis, ponto forjado do traçado dessa via férrea, que, podemos considerar a mais importante do país espera de braços abertos há 23 anos, esse advento auspicioso e grandiloquente, que começamos desde hoje a presenciar, e a alegria que se estampa nesta hora em todos os semblantes e ilumina os corações de todos os que tem a ventura de pisar este solo estuante de seiva e de vitalidade, não é mais do que a explosão de dezenas de anos de esperanças aniquiladas e condensadas, mas já em vias de serem esmagadas pelo guante angustioso da Descrença. Mas não. Na luta titânica travada no subconsciente deste grande povo, a Descrença não poderia nunca perecer, embora fatos positivos nos compelssem para o fobregu abismo da Desilusão. E eis, enfim, concretizadas neste momento, as aspirações unânimes dos habitantes do coração do Brasil.

A construção da E. F. Goiás, a mais importante estrada de penetração do país, porque é a única cujo traçado ligará o norte ao sul, foi iniciada em 1910 e vinha avançando vagarosamente, em contraste alarmante com a urgência da sua necessidade e com a importância da sua finalidade.

Sob o ponto de vista cronológico e econômico, os trabalhos da sua construção, podem ser divididos em 3 etapas distintas. A primeira, sua partida de Araguari e a transposição do Paranaíba, penetrando no território goiano. A segunda o avançamento até Rocaador, onde estacionou por 7 anos, até que no governo Epitácio Pessoa, foi inaugurada a ponte no rio Corumbá,

em 1922, desaparecendo destarte, um dos maiores obstáculos para o seu prosseguimento. Posteriormente, foi construído o trecho Rocaador-Leopoldina de Bulhões, onde os trabalhos foram novamente suscitados por grande intervalo. Temos afinal a quarta etapa, ora em construção, e cuja importância econômica é superior a todas as demais porque ligará Anápolis, o maior pólo de agricultura, industrial e comercial do Estado, aos centros consumidores do sul do país. O quinto e último trecho será Anápolis-Leopoldina, cujo porto será a chave mestra para a nossa ligação com a Amazônia, com as Antilhas e com a América do Norte, pela estrada fluvial já aberta ao tráfego, que é o nosso empolgante e decantadíssimo Araguaia.

Pela sua importância econômica, estratégica e turística, o trecho Bulhões-Leopoldina suplanta a todos os outros e por isso mesmo precisava na sua direção, do pulso firme de um engenheiro, cuja energia, capacidade de trabalho e patriotismo fossem compatíveis com a grandiosidade do empreendimento. E o destino, que tem sido tão avaro para com o nosso Estado nesse particular, quiz desta vez se peticenciar das injustiças passadas e eis que surge entre nós, como um titã da fábula, o verdadeiro mensageiro da Esperança e da Fé, o apostolo do trabalho, o protótipo do civismo, o lídimo representante da nova mentalidade brasileira, o arrojado bandeirante dos tempos modernos, que é a figura do muito ilustre Dr. Wenefredo Portes.

Sem titulos de querer magoá-lo na sua modestia, seria um crime de lesa consciência, deixar consignar aqui, a impercível gratidão do povo anapolino, pelos inauditos esforços desse dileto amigo, para que os filhos desta terra vejam positivados os seus maiores anseios. Seu nome, que já está gravado em letras indeleveis na alma deste grande povo e nos anais de Anápolis, já pertence à galeria das grandes benfeitorias deste pedregal da Federação. Não podemos também ocultar a nossa admiração pelos esforços do Dr. Caminha Sampaio, D. O. Diretor da Estrada e de seus dignos auxiliares, como o dr. Raul Gonçalves e todos os outros obreiros desta ingente luta.

Senhores! Resolver o problema do transporte em Goiás é arrancá-lo do atroz da pobreza e do abandono em que jaz, para o fastígio da riqueza e do poder, porque o transporte fácil e barato é o problema pivô, em redor do qual giram todos os outros. A experiência tem demonstrado em todos os países e em todos os tempos, desde a infância da humanidade que todos os problemas se gravitam em torno de um só: o problema econômico. Resolvido este, todos os demais se solucionam automaticamente. E este não poderá ser resolvido, sem o indispensável fator transporte. Uma região sem meios fáceis e rápidos de comunicação está fatalmente condenada à pobreza e à decadência. E quanto mais aperfeiçoado e eficiente for este, mais terá riqueza, prosperidade e conforto.

O homem primitivo transportava os produtos de que necessitava com os próprios músculos. Depois aprendeu a se utilizar dos animais, como o boi, o cavalo, o burro, o bafalo. Depois foi idealizado o trenó e o rastro, para aliviar mais o esforço dos homens e dos animais. Depois concebeu o carro, usado na construção da Pirâmide de Cheops. Vem em seguida a criação da roda, cheia pressa um eixo. Depois vieram as rodas com raios e as quadrigas, puxadas por cavalos, que serviam para divertimento dos reis e dos nobres. No século quinze apareceu na Inglaterra a diligência, que já foi um notável progresso em meios de comunicação. Depois foram concebidos outros veículos com rodas e mais tarde as vias férreas a tração animal. Ainda em 1814, foi construída a primeira lo-

Pavilhão Amelia

Anápolis tem tido oportunidade de presenciar um dos melhores conjuntos artísticos, ora em excursão—o Pavilhão Amelia.

Apezar da gripe e muitos outros movimentos festivos, o Pavilhão Amelia esteve sempre concorrido.

Hoje, o ultimo? espetáculo da companhia, será sem dúvida concorridíssimo.

comotiva por Georges Stephenson e aperfeiçoada em 1816, porem a primeira estrada de ferro no mundo foi inaugurada em 1825 na Inglaterra, de Stockton a Darlington, com 25 quilômetros de extensão, sendo um acontecimento sensacional.

A primeira estrada de ferro inaugurada no Brasil foi a de Mauá à rails da serra de Petropolis, em 1854, feita por Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá. A segunda de Recife a S. Francisco em 1858 e a terceira a D. Pedro II, hoje Central do Brasil, construída por Cristiano Benedito Ottoni no mesmo ano de 1858. E ao começar a memória desses grandes benfeitores da humanidade e da Pátria, fazemo-lo como um preito do mais religioso respeito e veneração.

Senhores: Não posso concluir sem acentuar mais uma vez a importância das estradas no desenvolvimento dos povos. E parodiando o grande cientista Miguel Couto, devemos proclamar com a máxima energia, que em Goiás só existe um problema estadual: é o problema dos transportes fáceis e baratos. Sem a estrada de ferro ou outros quaisquer meios de comunicação fácil e eficiente como a navegação fluvial, não conseguiremos um grau de prosperidade compatível com as nossas decantadas riquezas latentes. Não atingiremos tão cedo ao desenvolvimento a que fazemos almejar. A experiência aí está evidente, insofismável. Bastou que a estrada de ferro rasgasse uma pequena faixa do nosso estado, para que criasse vida animação uma zona semi-morta e surgissem, como por encantos diversas cidades prósperas como Goiânia, Pires do Rio, Vianópolis e Leopoldina de Bulhões, em meio a população, a recolta e as escolas do Estado triplicaram. Anápolis não teria a vida e a vibração que tem si não fosse o traço da via férrea.

E essa vibração de cidade cosmopolita, assume neste momento proporções ainda maiores, atingindo as raias do delírio, por vir tatida no seu solo fecundo a pedra fundamental da estação da E. F. Goiás. Mas não devemos parar só nisso. O povo anapolino não admite o regionalismo estreito. Para o próprio bem de Anápolis, para glória de Goiás, para a grandeza do Brasil, estou certo do que, desta vez os trabalhos dessa estrada proseguirão galhardamente até a sua meta final, que é o porto de Leopoldina. E aí então Goiás dará o seu definitivo salto para os pináculos da opulência e do esplendor. Suas inúmeras possibilidades passarão do estado mitológico e platônico em que jazem há milênios, para o estado da riqueza política e concreta, utilizável e exportável. A nossa mentalidade evoluirá e não mais perderemos tempo em decantar em prosa e verso essas riquezas fictícias e inaproveitadas e que só tem servido até hoje para assuntos literários ou jornalísticos ou para ornamentos de plataformas políticas.

Povo de Anápolis! O advento da estrada de ferro nesta terra será em formidável passo para o seu engrandecimento e para o resurgimento deste grande Estado que tanto estremecemos. Congratulando-me com a diretoria da Estrada e convosco por este memorável acontecimento, que ora festejamos, formulo os mais ardentes votos ao Creador para que, dentro do mais curto prazo possível, possamos reunir novamente a população de Anápolis, que está certo, será a mais importante e movimentada do Estado de Goiás.

Tenho dito.

28 de Agosto de 1933.

Almanak d'O Pensamento
Para 1936-Na Typ. Annapolina

Romaria do Santuário do Bom Jesus de Anápolis

Conforme previmos, correram animadíssimas as grandes solenidades religiosas, realizadas nesta cidade, em louvor do Senhor Bom Jesus da Lapa, padroeiro da nova Matriz de Anápolis. Uma grande romaria de devotos do Bom Jesus e um leva não pequena de forasteiros, negociantes, nascentes, jogadores, etc. movimentaram durante vários dias as ruas e praças de nossa cidade, não se registrando, felizmente, nenhuma desordem de certa monta, num meio tão heterogeneo, como se nota em todas as grandes romarias. Não podemos, pois, deixar de regatear os nossos aplausos às autoridades policiais, que souberam cumprir o seu dever, e render as nossas homenagens ao espírito ordeiro do nosso bom povo sertanejo.

O Revmo. Vigário da Paróquia foi auxiliado eficientemente, em todos os actos religiosos, pelo Revmo. Mons. Abel Camello, ex-Vigário de Anápolis, e pelo Revmo. Cura de Pires do Rio, Conego J. Trindade. As pregações religiosas foram confiadas ao ultimo, que teve magnífica oportunidade de patentear os seus grandes dotes oratórios, em bellissimas praticas pronunciadas na Matriz do Bom Jesus. Ao primeiro—Mons. Abel Camello,—coube a honra de representar o Exmo. Sr. Arcebispo na administração do Sacramento da Chisma a quasi mil pessoas, apesar do aviso, a respeito, ter sido publicado com, apenas, dois dias de antecedência.

O Sr. Conego Pitulaga levava, por nosso intermedio, aos seus bons e dedicados auxiliares os mais sinceros e profundos agradecimentos, extensivos aosromeiros e catholicos em geral, que o ajudaram de qualquer forma, com suas esmolas, donativos, serviços prestados gratuitamente, etc..

A pedido de S. Revma., publicaremos no proximo numero o movimento financeiro das Festas religiosas, reiniciando, então, as noticias sobre o andamento das obras do Santuario e os donativos recebidos ultimamente.

CINE AUREA

HOJE

O magnifico drama em 8 partes fallada

OS DESAPARECIDOS

Com Lewis Stone e Petti Daves 1 parte natural

QUINTA FEIRA

Heroes da Fronteira

para baixo pela estrada para o campo com o Catingueiro. Damos de nossa livre vontade para Nossa Senhora Santa Ana e por havermos dado mandamos passar este título que ficará pertencendo de hoje em diante a essa Santa e por havermos dado mandamos este. Sítio do Monjolo 25 de Abril de 1870. A rogo de Joaquim Rodrigues dos Santos — Elias Gomes da Paixão — A rogo de Inácio José de Sousa — João Gomes de Moraes — A rogo de Manoel Roiz dos Santos — Damião Alves Peixoto — Camilo Mendes de Moraes — A rogo de Pedro Roiz dos Santos — Joaquim Inácio de Godoi".

JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS

O sr. Joaquim Rodrigues dos Santos, primeiro signatário do documento de doação de terras a Nossa Senhora Sant'Ana, era natural deste município, e filho do sr. Agostinho Rodrigues dos Santos. Faleceu a 18 de dezembro de 1912, aos 75 anos de idade, deixando quinze filhos, dos quais alguns ainda vivem. Com tantos filhos, são numerosos os seus descendentes. Seu genro, sr. Benedito Borges de Almeida, sobrinho do sr. Gomes de Sousa Ramos, teve posição de relevo na política de Anápolis, e, como o sogro, era pai de muitos filhos, que têm sobressaído em suas atividades. Muitos bisnetos do sr. Joaquim Rodrigues dos Santos projetam-se na advocacia, na política etc., havendo um que é oficial do Exército, o capitão Humberto Crispim Borges, de quem A CINQUENTENÁRIA publica um conto.

✱ CRIAÇÃO DA FREGUESIA

O sr. Gomes de Sousa Ramos, natural de Jaraguá ou de Arraias, transferiu-se de Bomfim, hoje Silvânia, para a localidade, em 1870, iniciando, no ano seguinte, a construção da capela de Nossa Senhora Sant'Ana, obra concluída em pouco tempo, pois já em maio de 1872, pleiteava-se a criação da freguesia, através do seguinte requerimento, de real importância histórica:

"Ilmo. e Exmo. Presidente da Província:

"Os abaixo assinados, moradores no bairro da capela de Sant'Ana das Antas, sentindo a necessidade do pastoreio espiritual para a cura das almas, recorrem a v. excia. para que seja a dita capela elevada à Freguesia, visto que, dentro da povoação já existem para mais de vinte casas, podendo ter nos seus arredores para mais de três mil almas povoando a sua aglomeração de fogão, o fato de, em seis meses, ter-se feito cento e sessenta batizados pela Capela, que a custa do povo assiste na dita capela, e como este requerimento seja um benefício dos abaixo assinados — por isso suplicam a v. excia. para, por seu intermédio, fazer chegar esta aspiração à Assembléia Legislativa desta Província. E. R. Incê.

✱ Capela de Sant'Ana das Antas, 2 de maio de 1872. (as.) O Cura Padre Francisco Inácio da Luz".

Além do padre Francisco Inácio da Luz, duzentas e sessenta e seis pessoas assinaram a representação.

Era Presidente da Província o barão Antero Cicero de Assis, que exerceu o cargo de 25 de abril de 1871 a 25 de junho de 1878.

A representação foi levada a Goiás pelo sr. Gomes de Sousa Ramos, que a encaminhou ao Presidente da Província com outro requerimento, datado da capital, do seguinte teor:

"Ilmo. e Exmo. Senhor:

"Diz Gomes de Sousa Ramos que, havendo com os demais habitantes do lugar-Capela de Sant'Ana de Antas, feito o abaixo assinado que este tem a honra de submeter à consideração de v. excia., no qual pedem a criação de uma freguesia no dito lugar, deixando de consignar as divisas que deve ter a freguesia, de acordo com as quais todos os ditos signatários veem por este expor a v. excia. que a ser atendido a representação, os limites que podem ser mais naturais são: ao sul da cabeceira do ribeirão João Leite a barra do mesmo com o córrego das Árábias, ao nascente — e por este córrego até sua cabeceira e desta a ca-



Primeiro Grupo Escolar de Anápolis

babeira do Piracanjuba; ao norte da cabeceira do Piracanjuba a do córrego Sítio Velho pelo espigão além do mesmo até a ponte das Antas na fazenda João Dutra, e daí rio Antas abaixo até a barra do rio Corumbá; ao poente da barra das Antas no Corumbá, e por este acima até a barra do Capivari e por este acima até a fazenda Porquilha e daí pelo espigão em direção ao morro de Santa Rita até a estrada real que vai ter ao Mato Grosso, pela mesma até a ponte denominada do Padre Sousa e desta pelo espigão até a dita cabeceira do rio João Leite. E. R. Mcê. Goiás, 10 de junho de 1872. (As.) Gomes de Sousa Ramos".

Os dois documentos que transcrevemos foram publicados no jornal "O Anápolis", de 9 de maio de 1943, pelo saudoso historiador goiano, J. Lupus, (José Lôbo) e sobre o andamento que tiveram prestou, ainda, as seguintes informações, das mais valiosas:

"Remetido o requerimento à Assembléia Legislativa, a comissão de estatística, depois de examiná-lo, juntamente com a representação dos primitivos habitantes do lugar, conhecido por Capela-das-Antas, foi de parecer que fossem enviados, por cópia, ao exmo. sr. Bispo Diocesano Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo para que fosse dada a sua respeitável opinião referente à parte espiritual, e às Câmaras dos municípios das cidades de Meia-Ponte e Bomfim, às quais pertenciam o território pleiteado para a criação da Paróquia de Sant'Ana.

"O então bispo Diocesano foi de opinião que, tratando-se de um movimento religioso digno de louvores, julgava justo o pedido de criação de freguesia no lugar conhecido por Capela-de-Sant'Ana-das-Antas.

"O então presidente da Câmara de Meia-Ponte (Pirenópolis) cel. Manuel Joaquim de Mendonça, submeteu o caso à apreciação do vigário da dita cidade, padre Joaquim José do Nascimento, e este foi de opinião que:

"Sendo o bairro das Antas bastante populoso, seus habitantes entenderam que deviam ali erigir uma capela, visto a distância em que estão da Matriz desta cidade, e de fato levantaram uma capela em ponto muito pequeno, e mais tarde levantaram o corpo, servindo aquela da Capela-Mór. Esta obra, que está por se acabar, falta-lhe todo o azeite necessário; não tem trono, sacrário, batistério, coro, cruzeiro etc. Está sem assaolho algum, ocorrendo que a terra é solta e muito vermelha e quanto a paramentos, não tem nenhum: quando lá vou celebrar conduzo tudo daqui. Sou informado que os contribuintes não podem socorrer as despesas que são necessárias para se concluir já a Igreja, e muito menos para compra dos paramentos. É o que tenho a informar a V.S.S. em cumprimento ao ofício a mim dirigido em data de 14 do corrente, o qual assim fica respondido. Deus guarde a V.S.S. Cidade de Meia Ponte, 12 de Março de 1873 (a.) O vigário José Joaquim do Nascimento".

"Processado o pedido da criação da freguesia de Sant'Ana de Antas, pela lei provincial nº 514, de 6 de agosto de 1873, foi a mesma criada, tendo sido seu primeiro vigário o padre Francisco da Luz que ali já se achava como cura desde 1871".

Vê-se que a informação do padre José Joaquim do Nascimento nenhum embargo causou ao andamento do processo, pois menos de cinco meses depois era criada a freguesia de Sant'Ana de Antas. A pretensão dos habitantes da terra de Joaquim Rodrigues dos Santos fora atendida.

GOMES DE SOUSA RAMOS

Sabe-se que Gomes de Sousa Ramos muito lutou em favor do movimento que objetivava a criação da freguesia de Sant'Ana de Antas. Tratando do assunto como vimos, esteve em Goiás, capital do Estado, e lá empenhou-se com pessoas de influência e as convenceu de que a sua causa era justa. E de fato o era. Seus esforços foram coroados de pleno êxito. Criada a freguesia, continuou a trabalhar para que os seus limites fossem traçados, o que somente conseguiu em 1879. Pelo que fez, é considerado o fundador de Anápolis. Faleceu a 22 de setembro de 1889, aos 52 anos de idade, pois nasceu a 17 de setembro de 1837. Foi sepultado na Igreja por ele construída, havendo na lápide de seu túmulo a seguinte inscrição: "Aqui jaz Gomes de Sousa Ramos, nascido a 17 de setembro de 1837 — Falecido a 22 de setembro de 1889. Saudade de seu sobrinho Lôbo". A laje em referência está sob a guarda do vigário da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana. Deixou viúva, d. Messias Gomes Pereira, e seis filhos, dos quais três ainda vivem.

LIMITES DA FREGUESIA

Os limites da freguesia de Sant'Ana de Antas estabelecidos pela lei 2.514, de 18 de junho de 1879, são do teor seguinte:

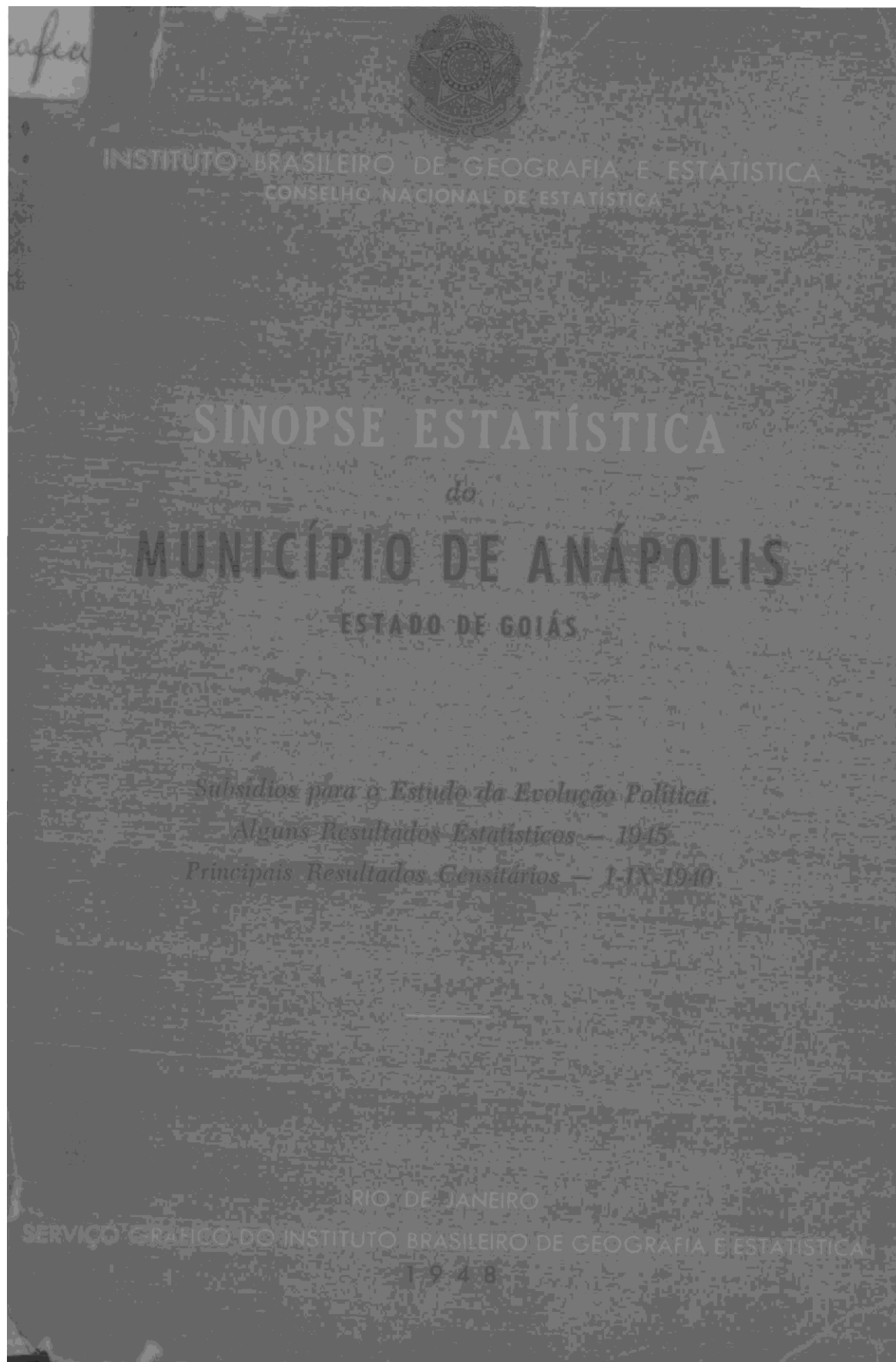
"Marcando os limites da freguesia de Sant'Ana das Antas — O Presidente da Província, usando da autorização que lhe confere a resolução presidencial nº 514, de 6 de agosto de 1873, de acordo com o ordinário, que declarou satisfeitas as condições exigidas pela citada resolução e canonicamente instituída a freguesia de Sant'Ana de Antas, segundo consta do ofício Vigário Capitular do Bispado, de do corrente mês, resolve que os limites da mesma freguesia sejam os seguintes:

"Pelo espigão que divide as águas vertentes da Extrema e do Piracanjuba, pelo mesmo espigão abaixo até a casa ou morada de João Dutra; daí pela estrada antiga em direção à Porquilha; pela mesma estrada até Santa Rita, seguindo pela ponte do mesmo lugar e d'outro lado pelo espigão a que divide as águas do ribeirão Padre Sousa com as do Coriangu e beirão Alagoas; dêste em rumo direto ao rio Meia-Ponte; e por este abaixo até a barra do rio João Leite; dêste em direção ao espigão que divide as vertentes da Extrema e Piracanjuba. Manda, portanto, que

SUBSÍDIOS À HISTÓRIA DE ANÁPOLIS —

Fonte: Centro de Pesquisa e documentação (Cepedoc) da Câmara Municipal De Anápolis.

ANEXO G – CENSO DE 1944



*"Faça o Brasil a Estatística que deve ter, e
a Estatística fará o Brasil como deve ser".*

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

73/0013



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



SINOPSE ESTATÍSTICA
do
MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
ESTADO DE GOIÁS

Subsídios para o Estudo da Evolução Política.

Alguns Resultados Estatísticos — 1945

Principais Resultados Censitários — 1-IX-1940.

MUSEU HISTÓRICO DE ANÁPOLIS	
DATA	08/18/1989 + Anápolis
REG. N.º	73/0013 N.º H.B.
FOLHA	15 Anápolis

RIO DE JANEIRO

SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1 9 4 8

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

MUNICÍPIO	ESTADO DE GOIÁS	POLIS
DATA	13/08/2004	Hortência
REG. N.º	038	
FOLHA	13	m. de Anápolis

ÁREA, POPULAÇÃO E POSIÇÃO



ÁREA

(calculada para 31-XII-1945)

do Município..... 2 541 km²
do Estado..... 622 463 km²
% sobre o total do Estado: 0,41

POPULAÇÃO

(estimada para 31-XII-1945)

do Município..... 43 843 hab.
do Estado..... 925 518 hab.
% sobre o total do Estado: 4,74

POSIÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO

Latitude: S. 16°19'30" Longitude: W. Gr. 48°58'02"
Distância em linha reta da Capital do Estado: 50 km
Rumo em direção à Capital do Estado: NNE



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	VII
-------------------	-----

I PARTE

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO POLÍTICA

Formação Administrativa.....	3
Formação Judiciária.....	3
Distritos Componentes.....	4

II PARTE

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

Produção.....	7
Transportes.....	7
Agências do Departamento dos Correios e Telégrafos.....	8
Melhoramentos Urbanos das Sedes Municipais.....	8
Assistência Médico-Sanitária.....	8
Ensino Primário Fundamental Comum.....	8
Bibliotecas, Periódicos e Diversões.....	8
Representações de Estabelecimentos de Crédito.....	9
Finanças Municipais.....	9

III PARTE

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — 1-IX-1940

Censo Demográfico.....	13
Censo Agrícola.....	15



APRESENTAÇÃO

É com justa satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao público as Sinopses Estatísticas dos Municípios Brasileiros.

A iniciativa reveste-se, sem dúvida, de especial significação. É que se inicia, por esse modo, o lançamento periódico de uma série de publicações que, destinadas às comunas brasileiras, atendem a compromissos estabelecidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

O plano de que se trata abrangerá, em princípio, um conjunto de 1 669 Sinopses,¹ organizadas de maneira sistemática, a fim de facilitar a comparabilidade dos respectivos números. É trabalho de vulto, que deve ser visto como síntese do esforço empreendido com objetivos comuns por todos os órgãos componentes do Sistema Estatístico Nacional. Oferecendo a cada Município a sua Sinopse Estatística, o I. B. G. E. visa a contribuir para o esclarecimento das realidades locais e a colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional.

Empreendimento de largas proporções, ressentido-se, nesta primeira experiência, de lacunas inevitáveis e facilmente compreensíveis, dadas as condições especiais sob as quais se processa o trabalho do desdobramento e da apresentação de dados por Município. Por isso mesmo, a Secretaria-Geral do I. B. G. E. receberia com vivo regozijo quaisquer sugestões sobre a presente Sinopse, bem como críticas e informações suplementares, à vista das quais será possível o enriquecimento do elenco numérico ora apresentado.

De acordo com o plano estabelecido, cada Sinopse Municipal é dividida em três partes.

A primeira, de extensão variável, reúne dados e aspectos históricos e geográficos do Município. Constitui uma tentativa no sentido de agrupar, com adequada sistematização, elementos até hoje esparsos em diferentes documentos, publicações, monografias, artigos de jornal, etc. No caso especial de Goiás, o vulto do material a ser criticado permitiu apenas fôsse divulgados, nesta primeira edição, alguns "Subsídios para o Estudo da Evolução Política" das comunas goianas. Em relação a alguns Municípios, ocorrem, na compilação executada, divergências de opinião entre autores consultados. Sempre que isso se verificou, foi adotado o critério do registro das várias versões, deixando-se para exame posterior o necessário esclarecimento da matéria. Para o preenchimento completo dessa parte, nas próximas edições das

¹ Conforme a Divisão Territorial vigente em 1945.

VIII

Sinopses Estatísticas dos Municípios, será acolhida com o maior interesse, por parte do I. B. G. E., toda e qualquer cooperação, especialmente a dos historiadores e geógrafos, a fim de que possamos apresentar de futuro, sem receio de controvérsia, o esboço histórico e o panorama geográfico de cada uma dessas unidades municipais.

A segunda parte apresenta resultados estatísticos referentes a vários assuntos, todos correspondentes a 1945, em comparação percentual com os do total da respectiva Unidade da Federação.

A terceira e última parte, finalmente, reproduz, para os Municípios existentes em 1940, resultados inéditos dos censos demográfico e agrícola, realizados em 1.º de setembro daquele ano, com várias discriminações que bem caracterizam cada assunto.

Das Sinopses dos Municípios das Capitais consta uma outra parte, especial, em que figuram dados periodicamente divulgados no "Boletim Estatístico", editado pelo I. B. G. E., sob o título "Estatísticas dos Municípios das Capitais".

Os elementos nelas apresentados abrangem o triênio 1944/1946.

Entregando ao público as Sinopses Estatísticas Municipais, o I. B. G. E. acredita estar iniciando uma fase de atividades destinada a prestar ao país, em geral, e aos Municípios em particular, um serviço de apreciável alcance cultural, dentro da esfera de suas atribuições.

CONVENÇÕES

%	Os números percentuais que figuram neste volume referem-se à relação entre os resultados do Município e os do Estado.
...	O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno exista.
—	O fenômeno não existe.
0 = 0,0 = 0,00	O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena, que não atinge a unidade adotada no quadro.

I Parte

Subsídios para o Estudo da Evolução Política

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO POLÍTICA

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

O distrito foi criado por força da Lei ou Resolução provincial nº 514, de 6 de agosto de 1873.

Em virtude da Lei provincial nº 811, de 15 de setembro de 1887, foi criado o Município de Anápolis, com o nome de Santana das Antas e território desmembrado do de Meia Ponte - posteriormente Pirenópolis. Segundo outros autores, data a criação do referido Município de novembro ou dezembro de 1877. Verificou-se sua instalação em 10 de março de 1892.

A Lei estadual nº 320, datada de 31 de julho de 1907, que concedeu à sede municipal foros de cidade, alterou para Anápolis o toponímico do distrito e o do Município, que se denominavam, respectivamente, Santana de Campos Ricos e Santana das Antas.

Segundo a divisão administrativa do Brasil, referente ao ano de 1911, o Município se compõe dos distritos de Anápolis e Boa Vista de Traíras.

Na relativa a 1933, Anápolis figura com os seguintes distritos: Anápolis, Aracati, Cerrado, Nova Veneza e Santo Antônio do Capoeirão.

Por efeito do Decreto estadual nº 327, de 2 de agosto de 1935, que criou o Município de Goiânia, parte do território do de Anápolis foi desmembrado a fim de constituir aquela nova comuna.

Nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual nº 557, de 30 de março de 1938, Anápolis aparece constituído dos distritos de Anápolis, Aracati, Nerópolis, Nova Veneza e São Sebastião do Capoeirão, notando-se, porém, que, no referido quadro anexo o distrito de São Sebastião do Capoeirão, antigo Santo Antônio do Capoeirão, passou a denominar-se simplesmente Capoeirão.

Tal situação permanece no quadro da divisão territorial, judiciário-administrativa, do Estado, fixado pelo Decreto-lei estadual nº 1 233, de 31 de outubro de 1938, para vigorar no quinquênio 1939-1943.

Segundo o quadro fixado pelo Decreto-lei estadual nº 8 305, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no quinquênio 1944-1948, o Município de Anápolis passou a abranger o novo distrito de Brazabrantes, criado com partes dos territórios dos de Goianás (ex-Nova Veneza) e Damolândia (ex-Capoeirão), ambos do Município de Anápolis. Assim, o referido Município ficou constituído dos distritos de Anápolis, Brazabrantes, Damolândia (ex-Capoeirão), Goianás (ex-Nova Veneza), Nerópolis e Souzaia (ex-Aracati).

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA

A comarca de Anápolis foi criada por força do Decreto estadual nº 496, de 29 de julho de 1914.

De acordo com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual nº 557, de 30 de março de 1938, o

Município de Anápolis compreende o termo judiciário único da comarca de mesmo nome, assim figurando no quadro fixado pelo Decreto-lei estadual nº 1.233, de 31 de outubro de 1938, para vigorar no quinquênio 1939-1943. Essa situação foi confirmada pelo Decreto-lei estadual nº 3.174, de 3 de maio de 1940.

Segundo o quadro da divisão territorial, judiciário-administrativa, do Estado, em vigência no quinquênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, Anápolis permanece como único termo judiciário da comarca de igual nome.

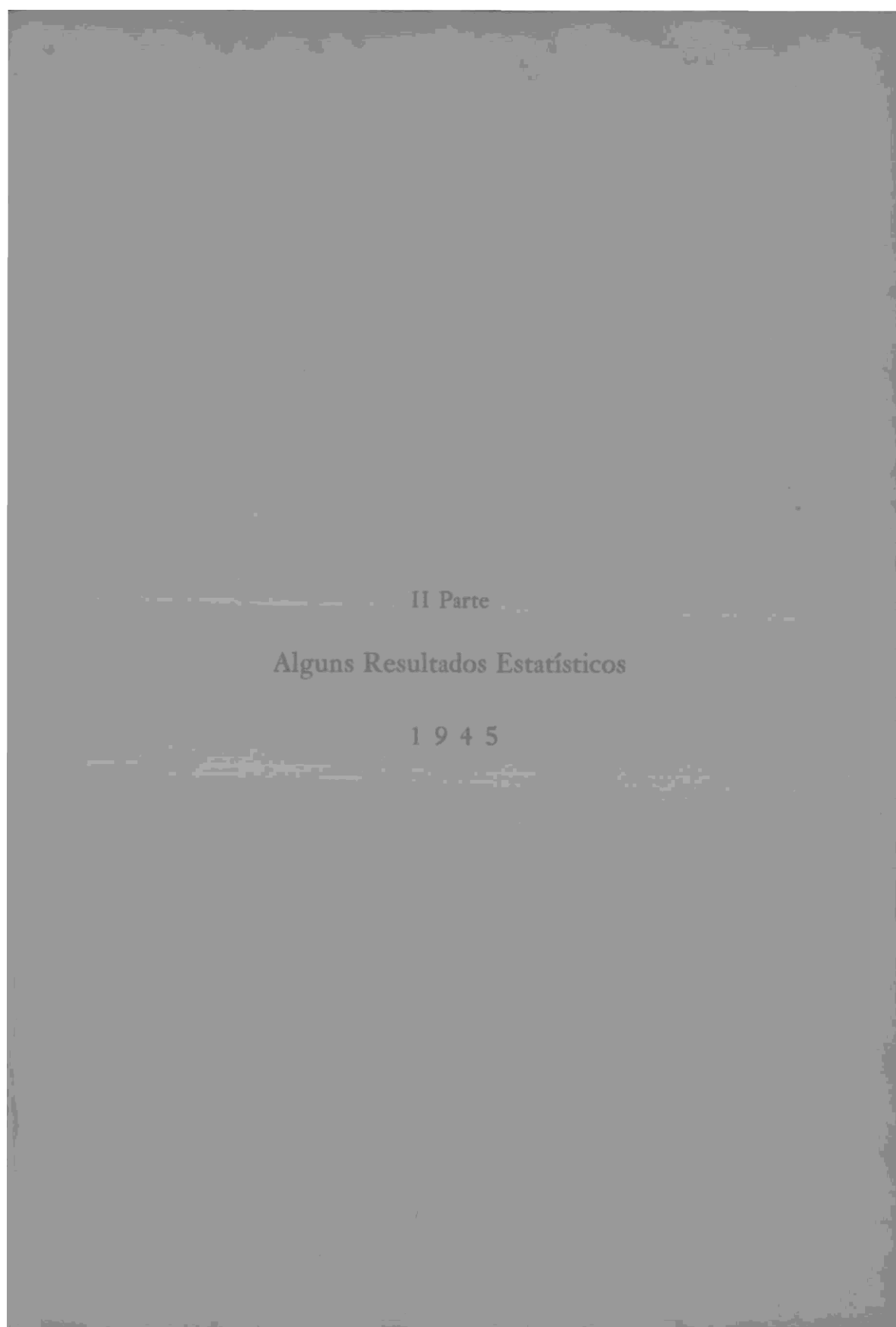
DISTRITOS COMPONENTES

- | | | |
|------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| 1 - Anápolis | 3 - Damolândia
(ex-Capoeirão) | 5 - Nerópolis |
| 2 - Brazabrantes | 4 - Goianás
(ex-Nova Veneza) | 6 - Souzaânia
(ex-Aracati) |

BIBLIOGRAFIA

- 1) - Divisão Administrativa em 1911, da República dos Estados Unidos do Brasil - Diretoria do Serviço de Estatística - (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) - Rio - 1913.
- 2) - Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nº 10 - Junho - 1935.
- 3) - Sinopse Estatística do Estado, nº 2 (Goiás) - (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, 1937) - 1938.
- 4) - Sinopse Estatística do Estado, nº 3 (Goiás) - (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, 1938) - 1940.
- 5) - Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil (1939-1943) - Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1942.
- 6) - Divisão Territorial do Brasil (1944-1948) - Serviço Gráfico do I.B.G.E. - Rio de Janeiro, D.F. - 1945.
- 7) - Documentação Municipal do I.B.G.E.





ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%
PRODUÇÃO (1)			
PRODUÇÃO AGRÍCOLA			
Culturas temporárias			
Área cultivada (ha).....	40 541	261 531	15,50
Valor da produção (Cr\$).....	(2) 89 848 830	437 306 453	20,55
Culturas permanentes			
Área cultivada (ha).....	1 772	10 226	17,33
Valor da produção (Cr\$).....	(3) 7 602 000	41 013 011	18,54
PRODUÇÃO DE CARNE			
Número de cabeças abatidas			
Bovinos.....	7 413	130 800	5,67
Suínos.....	2 306	59 953	3,85
Ovinos.....	25	950	2,63
Caprinos.....	40	1 404	2,85
Quantidade de carne produzida (kg)			
Bovinos.....	1 158 508	16 031 702	7,23
Suínos.....	63 482	1 744 261	3,64
Ovinos.....	300	11 400	2,63
Caprinos.....	400	14 040	2,85
Valor de carne produzida (Cr\$)			
Bovinos.....	7 086 549	94 476 833	7,50
Suínos.....	364 760	8 188 380	4,45
Ovinos.....	1 379	31 731	4,35
Caprinos.....	1 881	37 853	4,97
TRANSPORTES			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Veículos a motor.....	276	1 572	17,56
Veículos a força animada.....	1 060	11 570	9,16
TRANSPORTE FERROVIÁRIO (4)			
Estações.....	2	23	8,70
Paradas.....	-	-	-
Postos telegráficos.....	-	-	-
Estribos.....	-	1	-

(1) Consideradas somente as produções apuradas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. - (2) Principalmente: Arroz em casca (Cr\$ 72 000 000); Milho (Cr\$ 8 178 950); Feijão (Cr\$ 5 800 000); Cana-de-açúcar (Cr\$ 2 250 000); Fumo (Cr\$ 689 000). - (3) Principalmente: Café beneficiado (Cr\$ 7 200 000); Banana (Cr\$ 324 000); Laranja (Cr\$ 78 000). - (4) Servido pela Estrada de Ferro Goiás.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%

AGÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Agências postais	3	45	6,67
Agências postais-telegráficas	1	25	4,00
Outras agências	-	21	-

MELHORAMENTOS URBANOS DAS SEDES MUNICIPAIS

Logradouros públicos	66	1 508	4,38
Dos quais, iluminados a eletricidade	65	988	6,58
Iluminação domiciliária a eletricidade (ligações domiciliares)	1 498	13 612	11,00
Abastecimento d'água (prédios abastecidos)	-	2 845	-
Esgotos sanitários (prédios esgotados)	-	1 040	-

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA (1)

Hospitais, casas de saúde, etc.			
Estabelecimentos	3	21	14,29
Leitos	79	302	26,16
Centros, postos de saúde, etc. (estabelecimentos)	-	6	-

ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM

Unidades escolares	27	502	5,38
Corpo docente	52	1 000	4,86
Matrícula geral	2 166	38 138	5,68
Matrícula efetiva	1 728	31 937	5,41
Frequência	1 569	20 914	5,83
Aprovações em geral	1 167	21 088	5,53
Conclusões de curso	150	2 009	7,25

BIBLIOTECAS, PERIÓDICOS E DIVERSÕES

Bibliotecas públicas e semipúblicas	-	24	-
Jornais e outros periódicos	2	26	10,00
Almanacs, álbuns e similares	1	26	4,00

(1) Os dados referentes a assistência médica são referentes ao ano de 1944.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%

REPRESENTAÇÕES DE ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO (1)

Banco do Brasil.....	-	6	-
Caixa Econômica Federal.....	-	1	-
Caixa Econômica Estadual.....	-	-	-

FINANÇAS MUNICIPAIS (Cr\$)

RECEITA ORÇADA PARA 1945

ORDINÁRIA, TOTAL.....	1 032 000	14 308 810	7,21
Tributária, total.....	969 000	12 919 220	7,50
Total.....	810 000	11 090 920	7,30
Impostos			
Predial.....	160 000	1 279 900	12,50
Indústrias e profissões.....	40 000	422 450	9,47
Outros.....	610 000	9 388 570	6,50
Taxas.....	159 000	1 828 300	8,70
Patrimonial.....	1 000	136 680	0,73
Industrial.....	-	497 750	-
Receitas diversas.....	62 000	755 160	8,21
EXTRAORDINÁRIA.....	68 000	1 700 190	4,00
TOTAL DA RECEITA.....	1 100 000	16 009 000	6,87

DESPESA FIXADA PARA 1945

Administração geral.....	215 700	3 552 188	6,07
Educação e fiscalização financeira.....	103 700	1 284 160	8,08
Segurança pública e assistência social.....	50 020	667 532	7,49
Educação pública.....	100 700	1 622 296	6,21
Saúde pública.....	7 200	188 740	3,81
Fomento.....	-	74 500	-
Serviços industriais.....	20 800	477 940	4,35
Dívida pública.....	-	483 384	-
Serviços de utilidade pública.....	523 280	6 581 380	7,95
Encargos diversos.....	78 600	1 080 880	7,27
TOTAL DA DESPESA.....	1 100 000	16 013 000	6,87

FONTES — Sistema Regional e Órgão Federal de Estatística.

(1) Os dados referem-se apenas às representações do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas Federais e Estaduais. As demais instituições bancárias não foram motivo de inquérito para esta Sinopse.

III Parte

Principais Resultados Censitários

1-IX-1940

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — 1-IX-1940

A população da sede municipal representava 20,67 % da população total do Município. A densidade demográfica do Município foi calculada em 14,93 habitantes por km.²

I — CENSO DEMOGRÁFICO

1. População por distritos

DIVISÃO DISTRITAL	POPULAÇÃO DE FATO		
	TOTAL	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
1. Anápolis	23 959	8 091	15 868
2. Aracati	3 502	409	3 093
3. Capoeirão	2 952	321	2 631
4. Zerópolis	4 758	1 226	3 532
5. Nova Venéza	3 977	727	3 250

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
TOTAL.....	39 148	826 414	4,74
Localização			
Urbana e suburbana.....	10 774	142 110	7,58
Rural.....	28 374	684 304	4,15
Sexo			
Homens.....	20 001	418 707	
Mulheres.....	19 147	407 707	
Idade			
De 0 a 6 anos.....	9 264	190 834	
De 7 a 14 anos.....	8 497	179 114	
De 15 a 19 anos.....	4 036	89 073	
De 20 a 59 anos.....	16 268	341 394	
De 60 e mais anos.....	1 075	25 546	
De idade ignorada.....	8	458	
Estado conjugal			
Solteiros.....	25 269	553 482	
Casados.....	12 270	235 210	
Separados, desquitados, divorciados.....	51	85	
Víduos.....	1 552	36 827	
De estado conjugal não declarado.....	6		

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

I — CENSO DEMOGRÁFICO

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
Nacionalidade			
Brasileiros natos	38 663	823 871	4,69
Brasileiros naturalizados	62	653	9,49
Estrangeiros	422	1 854	22,76
De nacionalidade não declarada	1	36	2,78
Instrução (1)			
Sabem ler e escrever	9 596	156 662	6,13
Não sabem ler nem escrever	22 776	530 769	4,29
De instrução não declarada	9	1 180	0,76
Religião			
Católicos romanos	37 031	795 153	4,66
De outras religiões	2 028	28 425	7,13
Sem religião	71	1 960	3,62
De religião não declarada	18	876	2,05
Atividades principais (2)			
Agricultura, pecuária, silvicultura	9 446	215 372	4,39
Indústrias extrativas	14	5 626	0,25
Indústrias de transformação	893	18 640	4,79
Comércio de mercadorias	661	6 535	10,11
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	33	162	20,37
Transportes e comunicações	360	2 977	12,09
Administração pública, justiça, ensino público	147	3 106	4,73
Defesa nacional, segurança pública	26	1 348	1,93
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	112	1 372	8,16
Serviços, atividades sociais	831	10 290	8,08
Atividades domésticas, atividades escolares	11 053	235 531	4,69
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	2 874	62 303	4,61

* Instituto Nacional de Recenseamento.

(1) População de 5 anos e mais. — (2) População de 10 anos e mais.

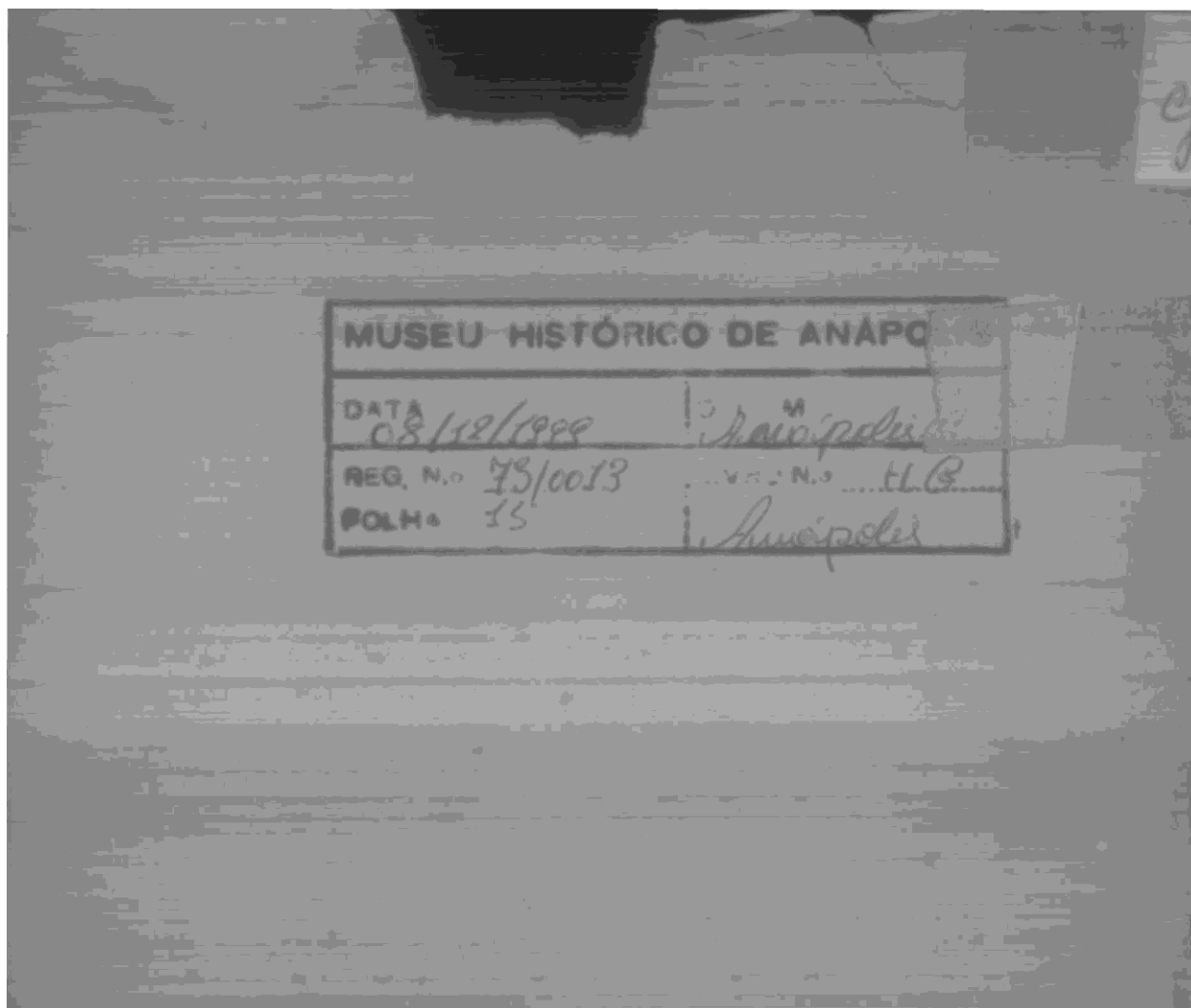
PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — 1-IX-1940

II — CENSO AGRÍCOLA

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS		
	Município	Estado	%
Estabelecimentos recenseados			
Número.....	1 838	18 908	3,29
Área (ha)			
Total.....	153 903	19 603 521	0,79
Cultivada.....	15 700	352 667	4,45
Em matas.....	49 032	3 486 875	1,41
Em pastagens.....	71 086	13 839 557	0,51
Outras (1).....	18 085	1 924 422	0,94
Valor total (Cr\$ 1 000) (2).....	40 453	1 176 689	3,44
Pessoal ocupado (permanente).....	11 985	290 137	4,13
Valor da produção em 1939 (Cr\$ 1 000)			
Agrícola.....	5 145	92 329	5,57
Extrativa.....	241	6 210	3,88
Animal e produtos animais.....	2 105	96 737	2,18
Total.....	7 491	195 276	3,84
Gado recenseado (cabeças)			
Bovino.....	48 285	2 975 305	1
Equino.....	6 887	380 513	1
Asinino e muar.....	695	41 009	1
Suíno.....	18 016	653 537	1
Ovino.....	422	34 199	1
Caprino.....	204	46 370	1
Aves.....	100 414	2 212 334	1

FONTE — Serviço Nacional do Recenseamento.

(1) Referem-se a terras improdutivas e a terras inaproveitadas. — (2) Inclusive benfeitorias.



Fonte: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO (CEPEDOC) DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS.

ANEXO H - Carta de obrigatoriedade do ensino Cívico

2
Elvira

SNR. PRESIDENTE:

A' proxima ordem de
Dir. 27-10-48

[REDACTED]

Em resposta ao pedido formulado pela Agencia Nacional sugiro que a Camara Municipal de Anápolis se manifeste junto a S. Excia. e Snr. Presidente da Republica ao Snr. Ministro da Educação para em comemoração ao 29 de Outubro seja estabelecido em caracter obrigatorio o ensino da Educação Cívica, da Escola Primária aos cursos universitarios.

Sala das Sessões da Camara Municipal
em 21 de Outubro de 1948.

[REDACTED]

ANEXO I - Telegrama do Ministério da Educação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

4
[Assinatura]

G. 168

Em 6 de novembro de 1948

Ilmo. Sr.
Adahil Lourenço Dias
Presidente da Câmara Municipal
Anápolis - Goiás

Senhor Presidente:

Em nome do Senhor Ministro da Educação venho agradecer-lhe a comunicação constante do telegrama de Vossa Senhoria, de 24 de outubro último, e ao mesmo tempo declarar-lhe que a sugestão nele contida foi muito bem recebida e que este Departamento fará editar brevemente uma publicação que será intitulada "A Constituição explicada ao povo".

Nesta oportunidade apresento a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

*De-se conhecimento a
Câmara. Junte-se ao pro-
cesso a que se refere.
d. das ls. 13-11-48*

[Assinatura]
Lourenço Filho
Diretor Geral

APC/oa

FONTE: Centro de Pesquisa e Documentação da Câmara Municipal de Anápolis (CEPEDOC)